

LEANDRO APARECIDO FONSECA MISSIATTO
ROBERTA CRISTINA GARCIA MACEDO

MANUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA EMERON

Normas e orientações

Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Cúpula Diretiva - Biênio 2024-2025

Presidente - Des. Raduan Miguel Filho

Vice-Presidente - Des. Glodner Luiz Pauletto

Corregedor-Geral - Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Diretor - Des. Alexandre Miguel

Vice-Diretor - Juiz Johnny Gustavo Clemes

Coordenador do Núcleo Pedagógico de Cacoal - Juiz Elson Pereira de Oliveira Bastos

Secretário Geral - José Miguel de Lima

Centro de Pesquisa Inovação e Publicação Acadêmica - Cepep

Coordenador - Juiz Johnny Gustavo Clemes

Núcleo de Pesquisa e Publicação

Coordenador - Juiz Eduardo Abílio Kerber Diniz

Comitê de Redação Científica e Conselho Editorial

Presidente - Des. Álvaro Kalix Ferro

Membro - Juiz Arlen José Silva de Souza

Membro - Juíza Inês Moreira da Costa

Membro - Juiz Audarzean Santana da Silva

Membro - Juiz Lucas Niero Flores

Membro adm. - Jean Carlo Silva dos Santos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Sede

Rua José Camacho, 585, Bairro Olaria

CEP 76801-330

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Tel.: (69) 3309-6237

presidencia@tjro.jus.br



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986

Conhecimento a Serviço da Cidadania

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

Av. Rogério Weber, 1872, Centro

CEP: 76.801-906

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Tel.: (69) 3309-6440

emeron.ceppep@tjro.jus.br - emeron@tjro.jus.br

Diagramação

Ronaldo Marcelo Avelino Knyppel

Núcleo de Serviços Gráficos

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Servidora Maria da Conceição Peres

M678m Missiatio, Leandro Aparecido Fonseca

Manual de trabalhos acadêmicos da EMERON : normas e orientações da produção da pesquisa ao trabalho escrito / Leandro Aparecido Fonseca Missiatio e Roberta Cristina Garcia Macedo. - Porto Velho : Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, 2025.

Publicação digital (e-book) no formato PDF.

Disponível em:

<https://emeron.tjro.jus.br/biblioteca/e-books>

<https://emeron.tjro.jus.br/escola/legislacao-e-normas/manuais>

ISBN 978-65-989690-1-1

1. Trabalhos acadêmicos - Manual. 2. Normalização. 3. Publicação científica. I. Macedo, Roberta Cristina Garcia. II. Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. III. Título.

CDU 001.81

Bibliotecária: Dyeyme Ferreira Moraes da Costa - CRB 11º/1.213

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610 de 19/2/1998. A reprodução, total ou parcial, desta obra é permitida desde que seja feita a sua citação como fonte.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
UNIDADE I.....	11
CIÊNCIA, CONHECIMENTO E PESQUISA.....	11
1 O que é Ciência?	12
1.1 O conhecimento.....	14
2 Ciência como Processo e Produto	18
2.1 O processo científico e seu método.....	18
2.2 O produto científico.....	21
3 A Pesquisa Científica	24
3.1 Motivação para a pesquisa científica no Direito	26
3.2 A identidade de uma pesquisa científica	28
3.3 A pesquisa segundo o estilo de pensamento	29
3.4 Classificação das pesquisas	32
3.4.1 Classificação segundo a abordagem.....	32
3.4.1.1 Pesquisa quantitativa	32
3.4.1.2 Pesquisa qualitativa.....	33
3.4.1.3 Pesquisas quantitativa-qualitativa (quanti-quali).....	35
3.4.2 Classificação segundo os objetivos.....	37
3.4.2.1 Pesquisas exploratórias.....	37
3.4.2.2 Pesquisas descritivas.....	38
3.4.2.3 Pesquisas explicativas	39
3.4.3 Classificação segundo os procedimentos	40
3.4.3.1 Estudo de caso	40
3.4.3.2 Pesquisa documental.....	43
3.4.3.3 Pesquisa bibliográfica.....	44
3.4.3.4 Pesquisa participante	49
3.4.3.5 Pesquisa-ação	50
3.4.3.6 Pesquisa etnográfica.....	51
UNIDADE II	53
PESQUISA CIENTÍFICA	54
4 A pesquisa científica no Direito.....	56
4.1 Fases da pesquisa científica	56
4.1.1 Pré-pesquisa	56
4.1.2 Pesquisa	56
4.1.3 Pós-pesquisa	56
5 Pré-Pesquisa: O Projeto.....	58
6 Introdução	61
Dicas práticas para escrever uma boa introdução	62
6.1 Técnicas de estruturação da introdução.....	62
6.1.1 Outras técnicas de introdução	63
6.1.1.1 Introdução com narrativa	63
6.1.1.2 Introdução em formato de pergunta.....	64

6.1.1.3 Introdução cronológica.....	65
6.1.1.4 Introdução comparativa.....	65
6.2 Habilidades de escrita	66
6.2.1 Consciência narrativa	66
6.2.2 Clareza da intencionalidade	67
6.2.3 Escrever pedagogicamente	68
7 Pergunta	70
7.1 Qualidades de uma boa pergunta científica	71
7.1.1 Clareza	71
7.1.2 Relevância	72
7.1.3 Viabilidade.....	73
7.1.4 Foco	74
7.1.5 Originalidade	74
7.1.6 Capacidade de gerar hipóteses	75
7.1.7 Conexão com a literatura existente	75
7.1.8 Verificabilidade e/ou falseabilidade	75
7.2 Construção da pergunta	76
8 Hipóteses.....	79
8.1 Conhecendo o que são hipóteses	79
8.2 Dispensa de hipóteses.....	79
8.3 Elaboração de hipóteses	79
9 Objetivos.....	81
9.1 Objetivo geral	81
9.2 Objetivos específicos	81
9.3 Construção de objetivos específicos	82
10 Metodologia	83
10.1 Escolha da metodologia	83
10.1.1 Tipo de dados	84
10.1.2 Complexidade do objeto ou fenômeno estudado	84
10.1.3 A Expertise do(a) pesquisador(a) na metodologia	85
10.2 Descrição do método.....	86
11 Cuidados Éticos	88
11.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	89
11.2 Lei nº 14.874/2024	89
11.3 Procedimentos antes da realização da pesquisa.....	90
11.4 Pesquisas em ciências humanas e sociais	91
11.5 Documentos.....	92
11.6 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	94
11.7 O Termo de Assentimento	98
UNIDADE III	101
NORMAS TIPOGRÁFICAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS.....	101
12 Projeto de Pesquisa	104
12.1 Regras gerais.....	104
12.2 Elementos pré-textuais	108

12.2.1 Capa do projeto de pesquisa	108
12.2.2 Folha de rosto.....	110
12.2.3 Sumário	111
12.3 Elementos textuais	111
12.3.1 Introdução.....	111
12.3.2 Fundamentação teórica	112
12.3.3 Metodologia	112
12.3.4 Recursos	112
12.3.5 Cronograma	113
12.4 Elementos pós-textuais.....	114
12.4.1 Referências	114
12.4.2 Glossário.....	114
12.4.3 Apêndice(s).....	114
12.4.4 Anexo(s).....	115
13 Regras gerais de normalização.....	116
13.1 Parte externa	117
13.1.1 Capa (obrigatório)	117
13.1.2 Lombada (opcional)	120
13.2 Parte interna.....	121
13.2.1 Elementos pré-textuais	121
13.2.1.1 Folha de rosto (obrigatório).....	122
13.2.1.2 Errata (opcional).....	124
13.2.1.3 Folha de aprovação (obrigatório).....	125
13.2.1.4 Dedicatória (opcional)	125
13.2.1.5 Agradecimentos (opcional)	126
13.2.1.6 Epígrafe (opcional)	128
13.2.1.7 Lista de ilustrações (opcional)	128
13.2.1.8 Lista de tabelas (opcional)	129
13.2.1.9 Lista de abreveaturas e sigras	130
13.2.1.10 Lista de simbolos (opcional)	130
13.2.1.11 Sumário (obrigatório)	131
13.2.1.12 Resumos em língua portuguesa e estrangeira (obrigatório).....	132
13.2.2 Elementos textuais	133
13.2.2.1 Introdução.....	133
13.2.2.2 Desenvolvimento	133
13.2.2.3 Conclusão.....	134
13.2.3 Elementos pós-textuais	134
13.2.3.1 Referências.....	134
13.2.3.2 Glossário.....	135
13.2.3.3 Apêndice.....	135
13.2.3.4 Anexos	135
13.2.3.5 Índice	136
14 Diferentes Tipos de Trabalhos Acadêmicos	137
14.1 Monografia.....	137

14.1.1 A estrutura da monografia	138
14.2 Artigo Científico.....	141
14.2.1 Estrutura do artigo científico.....	141
14.2.1.1 Elementos estruturais do artigo.....	142
14.2.1.2 Elementos pré-textuais	142
14.3 Projeto de intervenção	145
14.3.1 Estrutura do projeto de intervenção	148
14.3.1.2 Elementos textuais.....	149
14.3.1.3 Elementos pós-textuais	150
14.4 Dissertação e Tese	150
UNIDADE IV	153
CITAÇÕES E REFERÊNCIAS.....	153
15 Citações	154
15.1 Tipos de citações	157
15.1.1 Citação direta.....	157
15.1.2 Citação indireta	157
15.1.3 Citação de citação	158
15.2 Sistema de citações	159
15.2.1 Autor-data.....	159
15.2.1.1 Regras gerais.....	159
15.2.1.2 Casos especiais.....	160
15.3 Sistema Numérico.....	162
15.3.1 Regras gerais.....	162
15.4 Uso de expressões latinas.....	163
15.5 Outros detalhes.....	166
16 Referências.....	170
16.1 Regras gerais.....	171
16.2 Modelos de referências	173
16.2.1 Documento jurídico	173
16.2.2 Legislação.....	173
16.2.3 Legislação em meio eletrônico	174
16.2.4 Jurisprudência	174
16.2.5 Jurisprudência em meio eletrônico	175
16.2.6 Atos administrativos normativos.....	176
16.2.7 Atos administrativos normativos em meio eletrônico	177
16.2.8 Documentos civis e de cartórios	177
16.2.9 Livros	178
16.2.10 Trabalhos acadêmicos	179
16.2.11 Monografias no todo em meio eletrônico	179
16.2.12 Parte de monografia em meio eletrônico	180
16.2.13 Publicações periódicas	181
16.2.14 Coleção de publicação periódica.....	181
16.2.15 Coleção de publicação periódica em meio eletrônico.....	182
16.2.16 Parte de coleção de publicação periódica	182

16.2.17 Fascículo, suplemento e outros.....	182
16.2.18 Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica	183
16.2.19 Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica em meio	
eletrônico.....	184
16.2.20 Artigo e/ou matéria de jornal.....	185
16.2.21 Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico	185
16.2.22 Evento	186
16.2.23 Evento no todo em monografia	186
16.2.24 Evento no todo em publicação periódica.....	186
16.2.25 Documentos com autoria desconhecida	187
Referências	188
Biografia dos autores	188

APRESENTAÇÃO

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron tem a honra de apresentar à comunidade acadêmica este Manual de Trabalhos Acadêmicos, cuja finalidade é oferecer parâmetros claros e uniformes para a produção científica e técnica realizada em seus cursos.

A elaboração deste Manual foi solicitada por esta Direção, diante do crescimento expressivo dos trabalhos científicos desenvolvidos em nossos programas e da necessidade de consolidar uma referência metodológica própria, capaz de orientar alunos e professores. Não se trata de limitar a criatividade ou engessar o pensamento, mas sim de aperfeiçoar o que já é excelente, garantindo qualidade, consistência e uniformidade à produção intelectual vinculada à nossa instituição.

O Manual está estruturado em três grandes eixos.

Na **Unidade I** – Ciência, Conhecimento e Pesquisa, são apresentados os fundamentos teóricos da pesquisa científica, discutindo o conceito de ciência, as formas de conhecimento, o processo e o produto científico, bem como a classificação das pesquisas segundo abordagens, objetivos e procedimentos, incluindo pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso, participante, pesquisa-ação e etnográfica.

Na **Unidade II** – Pesquisa Científica, o texto aborda as fases da pesquisa (pré-pesquisa, pesquisa e pós-pesquisa), detalhando elementos essenciais como o projeto, a introdução e suas técnicas de construção, desenvolvimento e conclusão. Esta seção também trata de normas para projetos de pesquisa, alinhadas à ABNT NBR 15287:2011, que prevê a organização em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Na **Unidade III** – Normas Tipográficas e Normalização, o Manual apresenta as regras que regem a padronização formal dos trabalhos acadêmicos na Emeron, baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). São contempladas, entre outras, a NBR 14724:2024 (trabalhos acadêmicos), a NBR 6023:2025 (referências), a NBR 6028:2021 (resumos), a NBR 10520:2023 (citações em documentos) e a NBR 6024:2012 (numeração progressiva das seções). Além disso, detalha-se a padronização de elementos externos (capa e lombada) e internos (pré-textuais, textuais e pós-textuais), como resumo, sumário, referências, anexos e apêndices.

Como lembra Antônio Joaquim Severino¹ em sua clássica obra Metodologia do Trabalho Científico: “A pesquisa é, antes de tudo, uma atividade criadora; ela exige método, mas também exige ousadia” (2016, p. 23).

Esse equilíbrio entre rigor e criatividade norteia o presente Manual, que busca orientar e, ao mesmo tempo, incentivar a autonomia dos acadêmicos em suas produções.

Cumpre, por fim, reforçar o compromisso institucional da Emeron com a formação integral de seus alunos, reafirmando nossa missão de unir ensino jurídico, pesquisa científica e compromisso social.

Porto Velho, novembro de 2025

Desembargador Alexandre Miguel
Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

¹SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Unidade I

CIÊNCIA, CONHECIMENTO E PESQUISA

Objetivos Desta Unidade:

Compreender os fundamentos epistemológicos da ciência e suas diferenças em relação a outros conhecimentos, identificando características e aplicações no campo jurídico.

Analisar o processo científico como uma metodologia sistemática para a produção do conhecimento, diferenciando suas etapas, métodos e resultados na pesquisa acadêmica.

Classificar os tipos de pesquisa científica de acordo com abordagens, objetivos e procedimentos, reconhecendo suas aplicações na investigação de fenômenos jurídicos.

Avaliar a importância da pesquisa científica para o conhecimento jurídico, considerando suas motivações, identidade metodológica e contribuições para entender fenômenos sociais e normativos.

1 O que é Ciência?

Imagine acordar em uma manhã, como outra qualquer, e descobrir que a internet simplesmente deixou de existir. Seu smartphone não consegue se conectar a nenhuma das suas redes sociais preferidas, seu computador exibe apenas uma tela escura, e não aparenta mais nenhuma utilidade. À medida que o tempo passa, cada vez mais seus planos são frustrados. Aquele importante e-mail de trabalho que você precisava enviar fica preso em sua caixa de saída. Você passa no posto de gasolina, abastece seu carro, mas as máquinas de cartão não funcionam sem conexão e sua tentativa de fazer o pagamento por meio de uma transferência bancária online é frustrada. Então, você abre sua carteira e busca dinheiro e não encontra nada, as praticidades das transações virtuais fizeram com que há muito você abandonasse o hábito de carregar dinheiro em espécie.

Logo, as consequências se espalham rapidamente. Os sistemas de segurança ficam comprometidos. Os tribunais de justiça não conseguem acessar os processos eletrônicos, audiências atrasam e julgamentos deixam de ser realizados. No sistema de saúde, tudo parece desmoronar. Hospitais lutam para acessar prontuários eletrônicos de pacientes e coordenar os cuidados entre diferentes departamentos, laboratórios não conseguem enviar exames urgentes aos pacientes, de modo que cirurgias precisam ser suspensas. O sistema financeiro global é o primeiro a sucumbir. As bolsas de valores não são capazes de operar, as transações internacionais e o rastreamento de remessas deixam de ser realizados. As notícias viajam lentamente, voltando aos meios de comunicação tradicionais, e a disseminação rápida de informações essenciais, como alertas de desastres naturais, é severamente prejudicada.

O cenário que acabamos de descrever parece uma cena de filme apocalíptico, mas, embora hipotético, ilustra com intensidade como a internet, uma invenção relativamente recente, tornou-se fundamental em praticamente todas as áreas de nossas vidas. E aqui está o ponto crucial que nos interessa: a internet, como tantas outras tecnologias que revolucionaram nossas vidas, é o resultado de um processo longo e contínuo desenvolvido por uma área do conhecimento humano que chamamos de ciência.

A ilustração de um mundo sem internet demonstra o impacto da ciência em nossas vidas. Seja na área da saúde, com remédios, vacinas e intervenções pautadas em tecnologias que prolongam e melhoram nossas vidas, nos smartphones que usamos a todo tempo, nos satélites que gravitam em torno de nosso planeta conectando os países e servindo para diversas formas de monitoramento, nos sistemas que permitem

o compartilhamento de decisões e outras informações judiciais, há significativas contribuições da ciência. A ciência está presente nos laboratórios das universidades, nos centros modernos de tecnologia, tanto quanto na casa de cada um de nós, sendo uma dimensão indispesável à vida humana.

Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a ciência faz parte da vida dos cientistas, mas também dos demais cidadãos que, por meio do uso de seus produtos, constroem mais que uma área de conhecimento, mas um modo de existir social moderno.

É bem provável que sejam mínimas as contestações aos argumentos apresentados que tratam do impacto da ciência na vida contemporânea; contudo, ainda nos falta uma definição conceitual sobre o que ela é. Como você verá mais adiante, dentro desta área de conhecimento a definição de fenômenos¹, eventos e terminologias é uma tarefa constante do(a) cientista. Neste capítulo, vamos explorar um pouco o que é esta importante área do conhecimento humano, apresentaremos algumas características que a definem, seus métodos e, com um foco particular, sua relevância para o Direito.

¹Neste Manual, utilizamos o termo “fenômeno” para designar qualquer objeto ou evento passível de investigação pelo método científico. Exemplos incluem a jurisprudência, a efetividade de uma prática jurídica, o movimento dos corpos celestes e a percepção humana. Em suma, “fenômeno” refere-se aos diversos objetos de estudo científico.

1.1 O conhecimento

Ao longo da história, a humanidade conseguiu se preservar e prosperar fundamentalmente pela habilidade de pensar e encontrar soluções criativas para os desafios que emergiram em seu caminho. Um exemplo notável dessa engenhosidade humana reside na capacidade de correr, uma habilidade que revela aspectos fascinantes de nossa evolução e natureza.

Hoje, considerando as comodidades que possuímos para deslocamento, bicicletas, carros, aviões e outros meios de transporte, correr não parece representar uma habilidade vital para nossa sobrevivência. Entretanto, em épocas primitivas, quando a vida era constantemente ameaçada por grandes predadores, a sobrevivência dependia essencialmente da capacidade de lutar ou fugir (Harari, 2020). Nesse contexto, correr rapidamente poderia ser decisivo entre aqueles(as) que sobreviveriam e os(as) que pereceriam. Paradoxalmente, porém, correr não era uma das maiores virtudes humanas quando comparada às capacidades de outros animais.

Para ilustrar essa limitação física, consideremos uma situação reveladora: o guepardo, soberano absoluto da velocidade na natureza, atinge impressionantes 115 km/h em sua corrida (National Geographic Brasil, 2022), enquanto o ser humano, com todo o seu potencial, mal chega a 64 km/h no auge de sua capacidade (BBC News Brasil, 2010). Diante de um guepardo faminto, seria melhor torcer para que ele estivesse de estômago cheio, pois nessa disputa puramente física, escapar seria praticamente impossível.

No entanto, embora a velocidade e a força bruta sejam vantagens inquestionáveis no reino animal, o diferencial humano reside em algo que transcende o físico: a mente. É precisamente essa capacidade cognitiva que não apenas equilibra a balança, mas a inclina decisivamente a nosso favor, permitindo-nos criar ferramentas, tecnologias e conhecimentos que revolucionaram nossa relação com o mundo. Ao explorarmos as potencialidades da mente, alteramos substantivamente o curso de nossa história e nos transformamos. A base de toda essa complexa evolução encontra-se naquilo que denominamos conhecimento.

A **epistemologia**, área da filosofia dedicada à compreensão do que é o conhecimento em sua forma, origem e limites (Antiseri, 2024), nos oferece caminhos para entender essa dimensão fundamental da experiência humana. Definir o conhecimento não constitui tarefa simples; contudo, em termos gerais, podemos

caracterizá-lo como a compreensão obtida por meio de experiências, vivências, interações com os fenômenos e o mundo, percepções, descobertas e aprendizagens. Para fins didáticos, é comum categorizá-lo em diferentes áreas com base em elementos afins.

Tradicionalmente, divide-se o conhecimento em cinco grandes modalidades: o senso comum, que envolve crenças e práticas cotidianas; o filosófico, que busca respostas sobre a existência e a realidade; o religioso, que aborda questões de fé e espiritualidade; o artístico, que expressa a criatividade e a emoção humana; e o científico, caracterizado pelo método sistemático e empírico (Oliveira, 2011).

Além dessas categorias já estabelecidas, propomos reconhecer uma modalidade de saber que, embora nem sempre identificada explicitamente na literatura como um tipo formal de conhecimento, exerce papel central na vida em sociedade: o **conhecimento político**.

Conhecimento político é uma forma de saber que transcende as teorias acadêmicas, ele envolve a compreensão dos mecanismos de poder, das relações entre diferentes grupos sociais e dos processos que permeiam as tomadas de decisão coletiva. O conhecimento político emerge tanto da vivência cotidiana e da participação social quanto da análise crítica sobre como se desenvolvem os processos de dominação, resistência, negociação e transformação das estruturas sociais. Reconhecê-lo como categoria própria mostra-se fundamental para compreender adequadamente a dinâmica das sociedades e o funcionamento da vida pública.

Quando analisamos, por exemplo, o funcionamento de instituições públicas, a elaboração de políticas públicas ou os movimentos sociais, o(a) pesquisador(a) lida com informações, valores e estratégias que compõem o universo do conhecimento político. Esse saber manifesta-se na capacidade de interpretar contextos, articular interesses, promover o diálogo e influenciar decisões que afetam a coletividade. A própria atuação no campo do Direito, quando voltada para a efetivação da justiça e a defesa dos direitos fundamentais, exige do(a) profissional uma compreensão apurada das estruturas e dos processos políticos que permeiam a sociedade.

Dessa forma, o conhecimento político distingue-se por seu caráter prático e relacional, sendo indispensável para quem deseja compreender a complexidade das relações sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Reconhecê-lo como uma categoria específica amplia o horizonte da investigação científica e valoriza a pluralidade de saberes presentes na vida pública.

Embora nos esforcemos para agrupar o conhecimento em áreas distintas, numa tentativa de dinamizar e organizar nossos processos de aprendizagem, a realidade revela que se trata de dimensões complexas da humanidade que não podem ser facilmente expressas em enunciados simples (Antiseri, 2024). Isso ocorre porque o conhecimento não constitui um mero resultado da ação humana, mas uma necessidade que nos é inerente, um impulso poderoso que nos define e nos impulsiona constantemente.

A verdade é que o mundo nunca se conformou facilmente dentro da mente humana. Pelo contrário, ele sempre nos desafiou, nos confrontou e moldou as estruturas internas da nossa espécie. Talvez, inicialmente, essa capacidade de questionar e buscar compreender tenha surgido como uma variação evolutiva incidental que nos diferenciou dos demais animais. Independentemente de qual seja o princípio mobilizador de nossa inteligência, o que realmente caracterizou os primeiros passos da nossa espécie foi o desconforto gerado pela ignorância. Esse mal-estar instaurou uma imensa vontade de entender, uma pequena chama que, ao se acender, despertou uma infinidade de estranhamentos, perguntas e descobertas maravilhosas (Lívio, 2018).

A curiosidade nos lançou em um caminho sem volta de exploração e descoberta que se tornaria a essência do que somos. Questões fundamentais emergiram: o que é esse mundo ao nosso redor? Como funciona? E, talvez a mais profunda de todas: quem somos nós dentro deste vasto mistério? Esse impulso por respostas nos estabeleceu em uma relação profunda com o mundo. Não apenas existimos passivamente; agimos, interagimos, exploramos e compreendemos. Esse movimento de curiosidade e descoberta nos fez avançar tecnicamente, mas também nos conectou intensamente ao universo natural e, simultaneamente, ao nosso próprio ser interior.

Durante essa jornada contínua, inventamos e reinventamos a nós mesmos(as) e aos espaços compartilhados. Construímos cidades, nos organizamos no que chamamos de sociedade e, nesse processo, geramos fatos e dados sobre praticamente tudo o que se possa imaginar. Esse fenômeno revela o grande paradoxo humano: a constante fragilidade e grandeza da condição humana. Questionar e conhecer transcendem os atos da razão, constituindo também uma condição de vida feita de vontade, desejo e emoção - um mergulho profundo nas águas do que significa ser verdadeiramente humano.

Afirmamos que na trajetória do desenvolvimento do conhecimento, a ciência não se eleva acima dos outros modos de conhecimento, mas se manifesta como uma esfera específica que reúne uma abordagem particular para compreender fenômenos e intervir na realidade. Ela atua a partir de proposições ou hipóteses que necessitam ser testadas por meio da experimentação, distinguindo-se da filosofia, que fundamenta seus argumentos principalmente na lógica e na razão (Abrahamsohn, 2021). Com o intuito de alcançar a verdade sobre os fenômenos analisados, a ciência age de modo sistemático, caracterizando-se como um saber meticulosamente organizado a partir de evidências rigorosamente coletadas e analisadas.

Essas evidências, exaustivamente analisadas e experimentadas, formam um sistema coerente de ideias que denominamos teorias, algo profundamente diferente do senso comum, em que os conhecimentos se apresentam dispersos, desconexos e sem rigorosa validação experimental (Bacchi, 2024). A ciência, contudo, não representa conhecimento infalível. Pelo contrário, sua essência abraça o fato de que nenhum de seus conhecimentos são definitivos ou imutáveis. Ela busca com veemência aproximar-se da exatidão o máximo possível, reconhecendo que novas proposições e o avanço de técnicas têm o potencial de reformular e enriquecer continuamente o corpo teórico existente (Hossenfelder; Schulz, 2023).

Essa característica dinâmica da ciência reflete, em última instância, a própria natureza humana: somos seres em constante transformação, movidos pela curiosidade e pela necessidade de compreender nosso lugar no universo. Desde os primeiros momentos em que nossos(as) ancestrais(as) precisaram correr para sobreviver até os dias atuais, em que desenvolvemos tecnologias sofisticadas, o fio condutor permanece o mesmo: nossa capacidade de pensar, questionar e buscar soluções criativas para os desafios que enfrentamos (Harari, 2020).

Assim, o conhecimento em todas as suas formas, seja ele comum, filosófico, religioso, artístico, científico ou político, representa não apenas ferramentas para nossa sobrevivência e prosperidade, mas também a expressão mais genuína de nossa humanidade. É por meio da busca incessante pelo saber que continuamos a reinventar-nos e a transformar o mundo ao nosso redor, mantendo viva aquela pequena chama de curiosidade que nos distingue no reino animal e nos impulsiona em direção a horizontes sempre renovados de possibilidades e descobertas.

2 Ciência como Processo e Produto

Ao se abordar o conceito de ciência, é frequente que surja a imagem popular de um cientista de jaleco branco, cabelos desalinhados, manipulando tubos de ensaio em um laboratório. Embora essa representação, amplamente difundida por figuras icônicas como a de Albert Einstein, reflita alguns elementos reais do fazer científico, ela oferece uma visão limitada sobre o que realmente constitui a ciência. Mais do que realizar experimentos em laboratórios, a ciência caracteriza-se fundamentalmente como uma forma particular de pensar e de investigar o mundo, orientada pela busca sistemática do conhecimento (Lívio, 2018). Esse empreendimento científico envolve tanto um processo contínuo de investigação quanto a obtenção de resultados que ampliam nossa compreensão. Para aprofundar essa compreensão, é importante analisar de forma detalhada essas duas dimensões: o percurso investigativo e os produtos dele decorrentes.

2.1 O processo científico e seu método

Um conhecimento não é considerado científico simplesmente por empregar termos correlatos à ciência ou por utilizar uma linguagem que se aproxime do léxico científico. Para que um conhecimento seja classificado como científico, ele deve seguir rigorosos processos de investigação e fundamentação.

Afirmar que um conhecimento é científico implica reconhecer que ele foi gerado por meio de um processo que lhe é genuíno, denominado **método científico**.

O método científico são procedimentos utilizados pelos(as) profissionais da ciência para gerar o conhecimento e produtos científicos que envolve um conjunto de práticas, princípios e técnicas sistemáticas de investigação que garantem a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos (Marconi; Lakatos, 2021). Ao seguir esse rigoroso caminho, a pessoa que estuda um fenômeno, seja qual for, será capaz de produzir conhecimentos sólidos que poderão ser testados, revisados e, se necessário, aprimorados por outras pessoas também interessadas em compreender este fenômeno (Gil, 2022).

O método científico é o que distingue um trabalho e seu produto como reconhecidamente científicos. Ele fundamenta-se na formulação de questionamentos centrais que emergem em relação a conhecimentos prévios e nuances ainda não esclarecidas sobre um fenômeno específico (Köche, 2014). A

partir desse embasamento, surgem ideias que funcionam como possíveis respostas a essas indagações, conhecidas como hipóteses (Gil, 2022). Essas hipóteses são então testadas por meio de procedimentos estabelecidos previamente, considerados confiáveis para alcançar respostas científicas.

A fase de experimentação gera informações que precisam ser analisadas de acordo com suas características. Por exemplo, se a metodologia aplicada resultar em dados numéricos, o pesquisador precisará realizar uma análise estatística dessas informações (Marconi; Lakatos, 2021). Se, por outro lado, os dados coletados forem de natureza qualitativa, como relatos narrativos, deverá utilizar métodos de análise específicos para esse tipo de conteúdo (minayo, 2014). Pode ainda necessitar aplicar vários modos de análises caso tenha utilizado metodologia que incorpore vários tipos de procedimentos. Após esse processo rigoroso e detalhado, o(a) pesquisador(a) chega a conclusões que podem confirmar ou refutar as hipóteses inicialmente propostas. Esses achados têm a capacidade de validar, contestar ou mesmo sugerir novas perspectivas sobre o fenômeno investigado.

Compreender a ciência como um processo significa assumi-la como uma área dos saberes humanos em que o conhecimento deriva de uma metodologia que segue etapas claras, lógicas e constantemente revisadas. Imagine um crime: este evento poderia ser analisado pelo âmbito da ética (filosofia), ou ser uma discussão normativa no campo parlamentar (política), ou ainda poderia ser questionado se é um fato passível de perdão ou punição divina (religioso), mas ele poderia também ser investigado.

O(a) investigador(a) encarregado desse crime provavelmente iniciaria seu trabalho formulando uma série de perguntas fundamentais para o esclarecimento do caso. Mas, certamente, não tentaria responder a esses questionamentos apenas com argumentações, mesmo que parecessem lógicas, seria insustentável incriminar alguém apenas por um conteúdo dissuasivo da narrativa. O tribunal exigirá provas, e é delas que deverão surgir os argumentos. Para isso, necessitará coletar todas as evidências possíveis, garantindo que nada seja negligenciado, pois cada elemento é vital para desvendar a verdade oculta. Com todas essas informações, o investigador já é capaz de realizar uma análise minuciosa de cada dado, fato e circunstância em que o crime ocorreu. Essas análises o(a) conduzirão às grandes respostas: quem

cometeu o crime, como o fez e por que o fez. Essas conclusões surgem, portanto, exclusivamente das evidências reunidas e pela rigorosa análise realizada, isentas de influências morais, políticas ou espirituais. Ninguém pode negar que essa abordagem objetiva e sistemática é fundamental para o trabalho do(a) investigador(a) criminal em sua busca pela verdade.

De igual modo, podemos dizer que o trabalho científico se equipara ao de investigar, sendo um conjunto de ações logicamente organizadas que seguem procedimentos tecnicamente estabelecidos, na tentativa de encontrar respostas sobre os fenômenos que estão sendo analisados. Este modo específico de investigar fenômenos é o que garante que distintas disciplinas sejam consideradas como científicas. Quando se diz que um conhecimento da física, da biologia, da psicologia ou das ciências jurídicas, por exemplo, é científico, é porque este conhecimento deriva de um processo metodológico adequadamente aplicado pelo(a) pesquisador(a).

Outro aspecto que caracteriza a ciência como um processo é que o saber científico é cumulativo, todo o conhecimento que ainda buscamos está enraizado naqueles que já foram estabelecidos (Bynum, 2017). O ser humano, por sua própria natureza, nunca poderá conhecer tudo; somos limitados em nossa capacidade de compreensão. Portanto, nossa jornada de aprendizado é gradual, construída em camadas, onde a cada nova descoberta se adiciona uma pequena parte a um vasto mosaico de saberes.

Nesse sentido, cada pequena parte do universo e de nós que exploramos e compartilhamos contribui para a construção do legado científico. Este legado é oferecido para que as futuras gerações cresçam, tendo bases sólidas para avançarem além do que fomos capazes. Essa não é uma construção individual, é sempre coletiva, por isso, o resultado das experiências e estudos científicos possuem valor quando são compartilhados, um pouco mais adiante falaremos sobre a comunicação do conhecimento científico (Mochel Filho, 2022). É por meio do acesso ao conhecimento que novas ideias surgem, não para pura e simplesmente eliminar as anteriores, na ciência nem o que é refutado perde valor. Os novos saberes complementam os anteriores, inovam e expandem o legado construído, gerando um quadro mais rico e complexo da realidade.

Um exemplo emblemático de que nada se perde na ciência é a maneira como, em épocas passadas, o pensamento científico apoiou a ideia de racismo a

partir da teoria das raças. Essa perspectiva promovia a noção de que as diferenças raciais refletiam hierarquias biológicas, classificando as pessoas de acordo com características físicas supostamente associadas a valores e capacidades intelectuais (Souza, 2022).

Contudo, com o avanço científico, tornou-se evidente que essa classificação não se sustentava. Um importante marco para isso foi o Projeto Genoma Humano, este projeto reuniu pesquisadores do mundo inteiro para uma grande e audaciosa tarefa de mapear e compreender todos os genes do corpo humano. Este trabalho começou em 1990 e foi terminar apenas em 2003, gerando uma grande base de informações disponibilizadas publicamente para várias disciplinas científicas. Um dos grandes achados do Projeto Genoma foi que, biologicamente, todas as pessoas pertencem a uma única espécie e que existe uma variação genética muito maior dentro de grupos considerados da mesma “raça” do que entre grupos diferentes (Teixeira, 2000). Isso não implica dizer que raça não existe, significa que não é uma dimensão orgânica entre os seres humanos, mas uma construção cultural forjada por valores que sustentam a assimetria entre grupos sociais (Kahn, 2013).

Essas descobertas geram aprendizados que enriquecem nossos entendimentos sobre o que somos e catalisam o compromisso ético para que a comunidade científica jamais perca de vista seu compromisso com a promoção da igualdade e a erradicação de preconceitos. Por fim, a partir do que foi apresentado, fica claro que a ciência não é um caminho linear, pelo contrário, é uma construção contínua que se alimenta de seus erros para avançar em busca de verdades mais palpáveis e inclusivas.

2.2 O produto científico

Quando se fala sobre produtos científicos, faz-se referência aos resultados concretos do trabalho dos(as) cientistas e pesquisadores(as), frutos da aplicação rigorosa do método científico diante de questionamentos e desafios. Esses produtos, longe de se limitarem a teorias abstratas, constituem conhecimentos que frequentemente encontram aplicação prática, seja no cotidiano das pessoas, seja na transformação de setores inteiros da sociedade. A verdade é que o conhecimento científico percorre trajetórias distintas antes de alcançar o reconhecimento público e acadêmico. Muitas vezes, teorias e descobertas permanecem restritas a círculos especializados por anos, ou até mesmo décadas, antes de serem amplamente

compreendidas ou valorizadas (Bynum, 2017). Há inúmeros casos de cientistas cujas ideias só ganharam notoriedade após sua morte. Um exemplo emblemático é o de Gregor Mendel, cujos experimentos com ervilhas lançaram as bases da genética moderna, mas só foram devidamente reconhecidos muitos anos depois de sua publicação e do falecimento do(a) autor(a) (Henig, 2001). Esse fenômeno revela como a aceitação e a disseminação do conhecimento científico dependem não apenas da qualidade da descoberta, mas também do contexto histórico, das possibilidades de comunicação, dos valores e estruturas de poder, além do interesse da comunidade.

Mas a verdade é que, uma vez produzido, o conhecimento científico de qualidade tende a ser compartilhado, seja por meio de artigos em periódicos especializados, livros, congressos, seminários, reportagens e outras formas de divulgação (Branco, 2015). Essa circulação é fundamental para que as contribuições de pesquisadoras e pesquisadores ultrapassem fronteiras, dialoguem com outros saberes e, eventualmente, transformem a sociedade, seja imediatamente ou ao longo do tempo. Ao serem compartilhados, os conhecimentos científicos não apenas impulsionam o debate acadêmico, mas também servem de alicerce para o avanço colaborativo e inovador da ciência.

Na essência, o verdadeiro produto da ciência é sempre o conhecimento, seja ele manifestado em uma teoria abstrata, em um artigo, em um medicamento ou até mesmo em um aparelho como o celular, cuja existência só é possível graças à soma de inúmeros saberes científicos acumulados ao longo do tempo (Cardoso; Conceição, 2022).

Não importa a forma que assuma, toda contribuição científica representa uma oferta de conhecimento à humanidade, ampliando as fronteiras do que é possível. Dessa maneira, cada pesquisador(a), ao realizar seu trabalho, contribui para a construção de um patrimônio coletivo, que ultrapassa gerações e beneficia a sociedade como um todo.

Um bom exemplo disso é a pronta resposta que a comunidade científica deu no enfrentamento da covid-19. Laboratórios do mundo inteiro atuaram rapidamente no sequenciamento do genoma da covid, estas informações eram imprescindíveis para que os especialistas em vacinas pudessem começar seus trabalhos na construção de um imunizante. Para se ter uma ideia, o sequenciamento do vírus que transitava nas Américas aconteceu 48 horas após o primeiro diagnóstico no Brasil. Este

sequenciamento contou com a parceria de três grandes instituições de pesquisa, o Instituto Adolfo Lutz, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Oxford, e foi liderado por uma cientista baiana, a Dra. Jaqueline Goes de Jesus (gov.br, 2021).

Esse episódio, além de ilustrar a agilidade e a cooperação internacional entre cientistas, evidencia como o conhecimento gerado pela ciência pode resultar em benefícios concretos e imediatos para toda a sociedade. Entretanto, o impacto da ciência não se limita a momentos de crise ou a respostas emergenciais. Ele se manifesta, de forma contínua e abrangente, na variedade de produtos que a cada segundo são disponibilizados por pesquisadoras e pesquisadores em todo o mundo (Forattini, 2000). Esses produtos transformam o modo como as pessoas vivem, auxiliam no fortalecimento das democracias, possibilitam formas de organização e desenvolvimento sustentável das sociedades, além de expandir consideravelmente a nossa compreensão do mundo e do universo natural (Mitre, 2016). Cada vez mais, a ciência gera conhecimentos sensíveis às necessidades de nosso tempo, como, por exemplo, os vastos estudos e materiais produzidos voltados a superar os desafios impostos pelas mudanças climáticas (IPCC, 2023). Estes produtos atendem às demandas contemporâneas por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, produzem conhecimentos que geram novas tecnologias capazes de antever problemas futuros.

Enfim, os produtos ou resultados científicos demonstram o potencial da inovação e do desenvolvimento humano, enriquecem a vida cotidiana e proporcionam novas possibilidades e perspectivas para o futuro. Diante dessa compreensão sobre a magnitude e o alcance da produção científica, evidencia-se que o(a) aluno(a) da Emeron assume a responsabilidade de construir uma pesquisa científica capaz de contribuir efetivamente para o legado da ciência. Não há dúvidas de que, ao desenvolver um estudo metodologicamente consistente e rigorosamente elaborado, sua investigação oferecerá valiosa contribuição tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para o desenvolvimento social.

3 A Pesquisa Científica

Tendo já abordado o conceito de ciência no capítulo anterior, é fundamental aprofundar o olhar sobre uma de suas expressões mais relevantes: a pesquisa científica. Para quem trilha o caminho do Direito, a pesquisa não pode ser vista apenas como um requisito escolar ou mera formalidade acadêmica. Trata-se de um instrumento essencial para a compreensão, o desenvolvimento e a transformação do conhecimento jurídico e, por consequência, para a promoção da justiça.

Em linhas gerais, a pesquisa científica consiste em um processo estruturado, guiado por métodos e critérios rigorosos, cujo objetivo é produzir conhecimento novo ou ampliar a compreensão sobre temas, dúvidas ou problemas específicos (Bacchi, 2024). Este percurso compreende desde a leitura, o estudo e a compreensão de determinados assuntos, até a organização da curiosidade na forma de questionamentos, formulação de hipóteses, levantamento e análise de dados ou argumentos, além de uma avaliação crítica e imparcial dos resultados alcançados (Köche, 2014). É esse rigor que distingue a pesquisa científica de outros tipos de investigação, garantindo solidez e confiabilidade às conclusões.

No campo do Direito, a pesquisa assume características próprias. Aqui, investigar significa examinar, com profundidade, os fundamentos das normas, os princípios constitucionais, as decisões judiciais, os conflitos sociais e as transformações que ocorrem na legislação e na sociedade (Mezzaroba; Monteiro, 2023). Assim, o trabalho acadêmico no campo do Direito expressa entendimentos consolidados, mas não se restringe a isso, problematizando-os, buscando soluções inovadoras e contribuindo para o aprimoramento da ordem jurídica.

A pesquisa jurídica, nessa perspectiva, ultrapassa deliberadamente os limites convencionais das leis, doutrinas e jurisprudências, reconhecendo que o fenômeno jurídico se manifesta de forma muito mais ampla e complexa. Desse modo, é preciso considerar que o(a) pesquisador(a) das ciências jurídicas se depara com questões que permeiam múltiplas dimensões da experiência humana, e este elemento torna imprescindível a habilidade de estabelecer pontes dialógicas com outros campos do

conhecimento (Gustin; Dias; Nicácio, 2020). Assim, disciplinas como Sociologia, Filosofia, Psicologia, Economia e, mais recentemente, as Ciências da Computação, emergem como parceiras indispensáveis na construção de um conhecimento jurídico mais robusto e contextualizado.

Esta abertura epistemológica revela-se particularmente necessária quando o(a) investigador(a) se volta para fenômenos contemporâneos que desafiam as estruturas tradicionais do pensamento jurídico. Por exemplo, a incorporação de novas tecnologias no sistema judiciário, suscita questões que transcendem a mera aplicação normativa, demandando compreensão sobre algoritmos, inteligência artificial e seus impactos na garantia de direitos fundamentais (Toledo; Pessoa, 2024). Paralelamente, a proteção de dados pessoais emerge como território que exige conhecimentos técnicos sobre sistemas informatizados, enquanto os desafios da justiça ambiental requerem compreensão sobre ecossistemas, mudanças climáticas e sustentabilidade.

Consequentemente, as repercussões sociais de determinadas normas somente podem ser adequadamente dimensionadas quando o(a) pesquisador(a) inclui instrumentais analíticos provenientes de diferentes áreas, permitindo uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar (Oliveira, 2004). Esta postura metodológica enriquece não só a investigação, como também confere maior legitimidade e efetividade às propostas jurídicas resultantes, assegurando que respondam de maneira mais precisa e responsável aos complexos desafios da sociedade contemporânea.

Assim, temas complexos e atuais exigem do(a) pesquisador(a) jurídico tanto conhecimento técnico do Direito como disposição e habilidade para transitar por outros campos do saber, construindo análises mais abrangentes e fundamentadas. Essa postura interdisciplinar amplia as possibilidades de compreensão e intervenção do Direito na realidade, tornando a pesquisa jurídica uma ferramenta ainda mais poderosa para enfrentar os dilemas contemporâneos.

É compreensível que estudantes de Direito, sobretudo no início da graduação, sintam-se inseguros diante do universo da pesquisa científica. Isso ocorre, em parte, porque a formação jurídica tradicional valoriza fortemente a análise de textos legais, a redação de peças processuais e o domínio da linguagem técnica do Direito. Embora essas habilidades sejam indispensáveis para a prática forense, elas não substituem a lógica e a metodologia próprias da pesquisa científica.

Transitar nesse universo normativo para o campo da investigação exige desenvolver habilidades de questionamento, análise crítica e sistematização do conhecimento a partir de metodologias científicas sustentadas em evidências, competências que nem sempre fazem parte do cotidiano jurídico.

Diferentemente das atividades diárias de um(a) advogado(a) ou do(a) julgador(a), que muitas vezes se debruça sobre a aplicação imediata da lei a casos concretos, o(a) pesquisador(a) em ciências jurídicas busca compreender causas, efeitos e tendências mais amplas, propondo interpretações e alternativas para problemas ainda não solucionados. Essa postura investigativa é fundamental para que o Direito acompanhe as transformações sociais e responda de modo adequado às novas demandas da sociedade.

Foi pensando nestas questões que desenvolvemos este Manual, cujo objetivo é justamente servir de guia para quem deseja dar os primeiros passos, ou mesmo se aprofundar, no universo da investigação científica aplicada ao Direito. Neste capítulo, vamos abordar um pouco sobre os estilos de um estudo, as várias faces que pode apresentar e outros elementos que constituem a sua identidade. Mas antes de detalhar a classificação das investigações, começemos por algo que precede o trabalho do(a) pesquisador(a): a motivação para desenvolver um trabalho científico.

3.1 Motivação para a pesquisa científica no Direito

É provável que você, que lê este Manual, esteja trilhando o caminho de uma pesquisa voltada à pós-graduação, já tendo experimentado o método científico durante a graduação. Porém, se este não for o seu caso, não se preocupe: aqui, abordaremos a construção da pesquisa científica de maneira ampla, acolhendo desde o(a) pesquisador(a) iniciante até o(a) mais experiente, sempre buscando fomentar o interesse de todos(as).

No universo jurídico, a pesquisa científica é mais do que um requisito acadêmico, trata-se de um instrumento essencial para a formação de profissionais críticos(as), reflexivos(as) e socialmente comprometidos(as), além de impulsionar o aprimoramento das ciências jurídicas. Os motivos que levam alguém a se dedicar à pesquisa científica são variados e vão muito além do simples cumprimento de uma etapa no percurso acadêmico.

Independentemente da motivação inicial, é indispensável que a escolha do tema e o engajamento na pesquisa tenham significado real para o(a) pesquisador(a). A pesquisa de valor é aquela que nasce não apenas do raciocínio lógico, mas também do entusiasmo e da paixão pessoal. Quando o(a) pesquisador(a) se identifica com o tema, sente-se parte de algo maior, capaz de transformar sua trajetória acadêmica, profissional e, por que não, a própria sociedade.

Vivemos tempos nos quais a gestão do tempo e a saúde mental são bens preciosos. Realizar uma pesquisa desprovida de sentido pessoal pode levar à procrastinação, ao retrabalho e a erros que fragilizam os resultados. Mais do que isso, pode impactar negativamente a saúde mental do(a) pesquisador(a), gerando ansiedade, frustração e até sentimentos de desistência. Nesses casos, perde-se duplamente: o(a) pesquisador(a) se afasta do universo científico e a sociedade deixa de receber valiosas contribuições.

A pesquisa científica, especialmente no campo do Direito, é resultado de uma construção única, que reflete não só o rigor do método, mas também a subjetividade do(a) pesquisador(a): sua história, valores, escolhas e visão de mundo. Cada artigo, dissertação ou tese traz a marca da individualidade de quem o(a) produziu. Por trás das palavras, do estilo e da organização das ideias, está o olhar singular do(a) pesquisador(a), que se revela e engrandece o debate científico.

Essa originalidade é o motor da inovação. É graças à diversidade de olhares e interpretações que o Direito evolui, desafia verdades estabelecidas e propõe novas soluções para velhos dilemas. Por isso, antes de iniciar sua pesquisa, sugerimos um momento de reflexão e autoconhecimento, para que você, futuro(a) pesquisador(a), descubra onde reside sua verdadeira motivação.

Roteiro de Autoconhecimento para o(a) Pesquisador(a) Jurídico(a)

- ✓ **Identificação de motivações:** Pergunte-se: por que escolhi este tema? O que me fascina nele? Que paixões e interesses pessoais se conectam a esse assunto?
- ✓ **Definição de objetivos pessoais:** Esclareça o que deseja alcançar. Quais são suas expectativas com a pesquisa? Como ela pode contribuir para seu desenvolvimento pessoal e profissional?
- ✓ **Reflexão sobre o impacto:** Avalie as possíveis implicações de sua pesquisa. Como ela pode influenciar a sociedade, a comunidade acadêmica ou sua atuação no universo jurídico?

- ✓ **Avaliação do processo:** Periodicamente, analise como se sente em relação ao seu trabalho. Sente-se motivado(a)? Há algo dificultando seu avanço? O tema continua pulsando em você?
- ✓ **Ajuste de rumo:** Caso perceba que a pesquisa se tornou um peso, reavalie seus objetivos e motivações. Considere um novo enfoque ou abordagem que reacenda sua paixão.

3.2 A identidade de uma pesquisa científica

Conforme já mencionado, o que diferencia o conhecimento científico de outras formas de saber, como o religioso, o senso comum ou o filosófico, é precisamente o método que utiliza. Toda pesquisa, independentemente de sua área ou abordagem, compartilha um mesmo padrão de pensamento: a chamada lógica ou **pensamento científico**.

Pensamento científico é o modo de pensar caracterizado pela busca sistemática do conhecimento, pelo questionamento constante, pela análise crítica de evidências e pela disposição para revisar conceitos à luz de novos dados (Marconi; Lakatos, 2021). A lógica científica valoriza a clareza, a objetividade e o rigor metodológico, elementos que conferem confiabilidade e transparência aos resultados alcançados.

No entanto, embora a pesquisa científica siga essa lógica comum, ela pode ser construída de diferentes maneiras. Cada forma de pesquisa, seja exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica, de campo, experimental, entre outras, representa uma identidade própria dentro do vasto universo científico. É por isso que, ao iniciar um texto científico, os(as) pesquisadores(as) geralmente apresentam o tipo de pesquisa que foi ou será adotado. Essa apresentação funciona quase como um “cartão de visitas”, semelhante à forma como, ao nos apresentarmos a um novo público, destacamos características que ajudam as pessoas a entender quem somos e qual é o nosso propósito.

Compreender os tipos de pesquisa vai além de um aspecto meramente formal: trata-se de uma escolha estratégica, que orienta o(a) pesquisador(a) no percurso mais adequado para alcançar seus objetivos. Além disso, essa identificação inicial permite que a comunidade científica, ao tomar contato com um

novo estudo, compreenda de imediato aspectos essenciais, como o grau de aprofundamento sobre o tema, a natureza das fontes utilizadas e o potencial de inovação da investigação. Por exemplo, ao saber se um tema é investigado sob uma abordagem exploratória, já se pode deduzir que se trata de um campo ainda pouco estudado, enquanto uma pesquisa descritiva ou explicativa pode indicar maior maturidade da discussão científica naquele assunto (Gil, 2022).

Portanto, assim como a identidade de uma pessoa é fundamental para que seja compreendida em seu contexto social, a identidade metodológica de uma pesquisa é essencial para situá-la no contexto científico. Saber distinguir e escolher entre os tipos de pesquisa é um passo fundamental para quem deseja desenvolver estudos acadêmicos sólidos, transparentes e reconhecidos pela comunidade científica.

Na **pesquisa indutiva**, o(a) pesquisador(a) busca inferir conceitos teóricos e padrões a partir das informações coletadas em campo. É comum dizermos que este pensamento ou raciocínio se caracteriza por partir de fatos específicos, organizados em uma sequência lógica, para a elaboração de uma regra geral (Marconi; Lakatos, 2021).

3.3 A pesquisa segundo o estilo de pensamento

Imagine-se diante de um grande desafio: desvendar os caminhos do conhecimento científico. Para avançar nessa jornada, é essencial compreender que a pesquisa científica não é feita de um único molde. Ao contrário, ela se constrói a partir de diferentes estilos de pensamento, que influenciam a forma como os(as) pesquisadores(as) enxergam o objeto ou fenômeno de estudo, planejam suas etapas e interpretam os resultados. Esse estilo de pensar pode ser basicamente de dois modos: indutivo e dedutivo.

Na pesquisa indutiva, o(a) pesquisador(a) busca inferir conceitos teóricos e padrões a partir das informações coletadas em campo. É comum dizermos que este pensamento ou raciocínio se caracteriza por partir de fatos específicos, organizados em uma sequência lógica, para a elaboração de uma regra geral (Marconi; Lakatos, 2021).

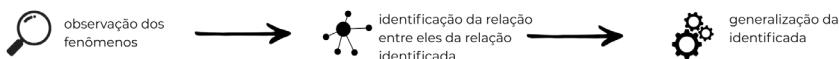
Exemplo:

O homem 1 respira
 O homem 2 respira
 O homem 3 respira
 O homem n respira
 A mulher 1 respira
 A mulher 2 respira
 A mulher 3 respira
 A mulher n respira

Conclusão: todo ser humano respira

Outro exemplo do pensamento indutivo, agora aplicado em um estudo no Direito. Uma pesquisa pode envolver a observação de diferentes decisões judiciais (decisão 1, decisão 2, decisão 3, ..., decisão n) em casos de violência doméstica para identificar padrões comuns na interpretação da lei pelos juízes. A partir dessas observações, o pesquisador poderia construir uma teoria sobre como fatores sociais influenciam a aplicação da Lei Maria da Penha, a partir da identificação do que se repete nestas decisões.

Neste tipo de pensamento o(a) pesquisador(a) atua por meio de algumas regras importantes que caracterizam o modo indutivo:



A **pesquisa dedutiva**, o foco está em testar conceitos e padrões previamente estabelecidos que já foram generalizados, para verificar casos específicos. Neste caso, o pesquisador parte de uma teoria existente e utiliza dados empíricos para validar ou refutar essa teoria (Marconi; Lakatos, 2021).

Exemplo:

Todo ser humano respira,
João é um ser humano,

Conclusão: logo, João respira.

Para ilustrar essa dinâmica no caso de um estudo no campo do Direito, considere um(a) pesquisador(a) que desenvolve a hipótese de que a implementação de políticas públicas de proteção à mulher tem contribuído para a redução das taxas de violência doméstica (premissa geral). Neste cenário, ele(a) pode proceder à coleta sistemática de dados estatísticos sobre as ocorrências desse tipo de violência direcionada especificamente a mulheres negras (análise específica), buscando evidências empíricas que sustentem, refutem ou delineem sua hipótese inicial (Michel, 2009).

Estabelece-se, portanto, uma distinção fundamental entre os propósitos investigativos: enquanto a pesquisa indutiva caracteriza-se primordialmente como um empreendimento voltado para a construção e formulação de teorias a partir da observação de fenômenos particulares, a pesquisa dedutiva orienta-se predominantemente para o teste e validação de teorias preexistentes. Nessa segunda modalidade, os objetivos concentram-se em refinar, validar e potencialmente expandir o arcabouço teórico já estabelecido, submetendo-o ao crivo da verificação empírica (Marconi; Lakatos, 2021).

Consequentemente, a escolha entre esses distintos estilos de pensamento científico encontra-se intrinsecamente vinculada aos objetivos específicos do estudo proposto (Marconi; Lakatos, 2021). Quanto maior a clareza que o(a) pesquisador(a) desenvolve acerca daquilo que genuinamente almeja alcançar com sua investigação, mais refinada torna-se sua consciência sobre como estruturar e conduzir o processo científico de maneira coerente e eficaz.

Salientamos que, independentemente do estilo de pesquisa adotado, é muito importante que o(a) investigador(a) inevitavelmente considere que ao assumir uma abordagem epistemológica específica, ela exerceirá influência sobre o desenvolvimento metodológico, a execução das etapas investigativas, os procedimentos de análise de dados e a elaboração das conclusões finais. Desse modo, o estilo do pensamento, seja indutivo ou dedutivo, refletirá em todo o trabalho acadêmico, imprimindo

características que indicarão tanto sobre a pesquisa em si, quanto sobre a identidade do(a) pesquisador(a).

3.4 Classificação das pesquisas

Ao dar os primeiros passos no universo da pesquisa científica, é natural deparar-se com uma diversidade de métodos e caminhos possíveis. Para não se perder nesse ambiente de vastas possibilidades, é fundamental conhecer as formas de classificação das pesquisas. Essa organização não é um mero exercício de catalogação: ela serve como um verdadeiro mapa, guiando o(a) pesquisador(a) na escolha dos procedimentos mais adequados para alcançar seus objetivos e resolver as questões que motivam sua investigação.

Classificar as pesquisas significa agrupá-las conforme critérios bem definidos, como a abordagem utilizada, os objetivos do estudo, os procedimentos técnicos empregados e até mesmo o tempo de realização. Cada um desses critérios revela um pouco mais sobre a natureza, o alcance e as limitações do trabalho científico. Essa estrutura facilita o planejamento do estudo e no diálogo com outros(as) pesquisadores(as), permitindo que os resultados sejam compreendidos, comparados e, quando necessário, replicados.

Além disso, para quem está começando a trilhar o caminho da pesquisa, compreender essas classificações é uma maneira de ampliar horizontes e entender que não existe um único modo de se fazer ciência. Esse conhecimento permite que o(a) pesquisador(a) escolha metodologias alinhadas às perguntas, hipóteses e contextos do seu estudo.

3.4.1 Classificação segundo a abordagem

3.4.1.1 Pesquisa quantitativa

A **pesquisa quantitativa** se diferencia pela uso sistemático de dados numéricos e pela aplicação rigorosa de métodos estatísticos na análise dos resultados obtidos.

Esta abordagem metodológica mostra-se valiosa quando o objetivo principal é mensurar e contar fenômenos específicos, fornecendo ao(à) pesquisador(a) informações claras e facilmente comparáveis entre diferentes lugares ou tempos (Creswell; Creswell, 2021).

Tipicamente, os dados são coletados em grande escala e submetidos à análise por meio de ferramentas matemáticas sofisticadas, cujos resultados normalmente se apresentam através de tabelas, gráficos e representações percentuais (Monteiro *et al.*, 2024).

Tal formato de apresentação facilita a compreensão dos achados pelos diversos públicos interessados, além de otimizar a comunicação científica, contribuindo para a tomada de decisões fundamentadas em evidências e para o direcionamento estratégico de investigações subsequentes. Quando envolve a participação direta de pessoas, esse tipo de investigação trabalha com amostras amplas, estratégia que potencializa significativamente a representatividade das informações obtidas (Creswell; Creswell, 2021).

Uma de suas vantagens reside na possibilidade de extrapolar os resultados obtidos na amostra para toda a população de interesse, isto é, quando padrões estatísticos são satisfeitos é possível dizer que os achados no grupo estudado representam toda a população a qual pertence (Miot, 2011). Para que esta generalização se revista de validade científica, torna-se fundamental que a seleção da amostra seja conduzida segundo critérios estatísticos rigorosamente estabelecidos, incluindo o cálculo apropriado do tamanho amostral e a garantia de diversidade representativa entre os(as) participantes (Fernandes; Lima; Carvalho, 2025).

No mundo do direito, um exemplo claro de estudo quantitativo seria o levantamento organizado sobre o efeito de programas de incentivo à leitura aplicados entre apenados(as) no regime fechado. O(a) estudoso(a) poderia examinar, a partir de dados estatísticos quantos(as) participantes realmente voltaram aos estudos e ampliaram sua escolarização depois de participar destas iniciativas.

3.4.1.2 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa se destaca por buscar uma compreensão aprofundada dos fenômenos, utilizando, para isso, materiais que vão além dos números. Em vez de se apoiar em dados estatísticos, ela valoriza fontes como entrevistas, relatos, observações, textos e imagens com o objetivo de captar sentidos, experiências e percepções dos participantes (Minayo, 2014). Trata-se de um método especialmente útil quando se deseja explorar aspectos subjetivos ou contextos complexos que não podem ser traduzidos por simples quantificações (Gil, 2022).

Diferentemente da pesquisa quantitativa, que normalmente exige amostras grandes e cálculo estatístico para garantir representatividade, a pesquisa qualitativa pode ser realizada com poucos participantes, às vezes, até mesmo com um único indivíduo (Gil, 2025). Isso se deve ao fato de que, ao trabalhar com conteúdos narrativos e descritivos, o pesquisador acaba gerando um volume considerável de material para análise, tornando desnecessário (e muitas vezes inviável) ampliar excessivamente o grupo estudado (Minayo, 2014).

Uma dúvida recorrente de iniciantes na pesquisa qualitativa é sobre a quantidade de participantes. Para isso, usualmente utiliza-se o procedimento conhecido como **saturação**.

A **saturação** ocorre quando, após certa quantidade de entrevistas ou observações, as informações começam a se repetir e deixam de acrescentar novos elementos ao estudo (Bauer; Gaskell, 2015). Ou seja, o(a) pesquisador(a) percebe que já explorou suficientemente o tema e que novas coletas não trarão contribuições relevantes (Minayo, 2017).

O ponto de saturação pode variar bastante, dependendo do tema, do objetivo da pesquisa, do contexto em que ela é realizada e da complexidade dos fenômenos investigados (Bauer; Gaskell, 2015). Nesse sentido, a saturação pode ser alcançada com 15 ou 30 participantes, por exemplo, não havendo como definir propriamente um número que funcione como regra para todos os estudos, devendo o(a) pesquisador(a) justificar com consistência por que, no seu caso, a quantidade limite que saturou a composição dos(as) participantes (Rego; Cunha; Meyer Jr., 2019).

De modo geral, muitos especialistas consideram que, em pesquisas qualitativas, um número em torno de dez participantes costuma ser suficiente para alcançar esse ponto. O mais importante é garantir que a análise seja densa e significativa, respeitando a profundidade necessária.

Para identificar o ponto de saturação, os(as) pesquisadores(as) contam com a experiência, observando nas entrevistas as repetição de narrativas que indicam que daquele momento em diante, a diferença será uma excessão.

A seguir apresentamos algumas diferenças entre uma pesquisa qualitativa e quantitativa:

Quadro 1 — Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa

Aspecto	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Linguagem	Descritiva e interpretativa; utiliza textos, narrativas e relatos. É comum o uso de termos como: protocolo, conteúdo, material de análise, sentidos, percepções, etc.	Objetiva e numérica; utiliza dados estatísticos e gráficos. É comum o uso de termos como: dados, variáveis, correlação, porcentagem, inferência, etc.
Quantidade de Participantes	Geralmente envolve um número menor de participantes, focando na profundidade. Composição da amostra por saturação.	Costuma contar com um grande número de participantes, visando representar a população. Composição da amostra por cálculo estatístico.
Instrumentos	Entrevistas, grupos focais, observação, diários de campo.	Questionários, testes padronizados, surveys, dados estatísticos.
Metodologias de Análise	Análise temática, análise de conteúdo, análise narrativa, análise do discurso, método fenomenológico, etc.	Análise estatística, análise descritiva, inferencial, correlacional, etc.
Apresentação de Resultados	Resultados apresentados em forma de texto, narrativas e descrições detalhadas, quadros e figuras.	Resultados apresentados por meio de tabelas, gráficos e estatísticas.

3.4.1.3 Pesquisas quantitativa-qualitativa (quanti-quali)

Essa modalidade investigativa combina estratégicamente elementos das metodologias quantitativa e qualitativa, proporcionando um olhar simultaneamente abrangente e aprofundado sobre fenômenos de natureza complexa (Creswell; Creswell, 2021).

Essa modalidade investigativa combina estratégicamente elementos das metodologias quantitativa e qualitativa, proporcionando um olhar simultaneamente abrangente e aprofundado sobre fenômenos de natureza complexa (Creswell; Creswell, 2021). Ao articular a análise rigorosa de dados numéricos com a exploração minuciosa de narrativas, experiências vivenciais e significados subjetivos, o(a) pesquisador(a) torna-se capaz de apreender tanto a dimensão estatística quanto a

riqueza multifacetada das vivências humanas inerentes ao tema investigado (Paranhos et al., 2016).

Um dos principais diferenciais da abordagem mista reside na possibilidade de triangulação metodológica dos dados coletados. Ao reunir informações por diferentes estratégias investigativas e utilizar múltiplos métodos complementares, o(a) pesquisador(a) pode confrontar e validar os resultados sob variados ângulos analíticos, contribuindo decisivamente para conferir maior confiabilidade e completude às conclusões alcançadas (Paranhos et al., 2016). Entretanto, cabe ressaltar que não basta meramente aplicar métodos quantitativos e qualitativos de forma isolada ou justaposta em um mesmo estudo.

Portanto, para que a pesquisa seja genuinamente considerada quanti-quali ou mista, é essencial que haja integração orgânica e sistemática entre as abordagens empregadas, de modo que os dados coletados estabeleçam diálogos produtivos entre si e enriqueçam mutuamente a análise desde as etapas iniciais até a interpretação final dos resultados (Creswell, 2012).

Um exemplo de pesquisa mista nas ciências jurídicas seria um estudo sobre a eficácia de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários direcionadas a adolescentes em conflito com a lei. Neste caso, o(a) pesquisador(a) poderia adotar, simultaneamente, o levantamento de dados quantitativos sobre as taxas de reincidência entre os(as) jovens que cumpriram essa modalidade de medida, bem como poderia realizar entrevistas qualitativas para compreender com os(as) próprios(as) adolescentes, os(as) profissionais do sistema de justiça e familiares envolvidos(as) percebem esse fato em suas vidas e trabalho. Esta estratégia poderia potencializar análises mais precisas sobre as motivações subjacentes, os desafios enfrentados e os resultados alcançados, a partir de quem vive essas realidades.

Destacamos que esta modalidade de pesquisa apresenta habitualmente maior grau de complexidade metodológica, pois exige do(a) pesquisador(a) domínio técnico tanto de ferramentas quantitativas quanto de métodos qualitativos. Por esta razão, é comum que estes estudos sejam desenvolvidos por equipes multidisciplinares, nas quais cada integrante contribui com sua especialidade específica, conferindo maior robustez e consistência ao trabalho investigativo.

3.4.2 Classificação segundo os objetivos

Toda pesquisa nasce de uma inquietação ou de uma dúvida que o(a) pesquisador(a) deseja esclarecer. Nesse sentido, a pesquisa tem um objetivo a ser alcançado, uma resposta ou resultado que satisfaça o questionamento inicial. Disso decorre a possibilidade de classificá-las de acordo com os objetivos que pretendem alcançar. Essa classificação ajuda a compreender não apenas o que se busca investigar, mas também a melhor forma de estruturar o trabalho e escolher os métodos adequados.

Nos manuais de metodologia científica, geralmente, a divisão das pesquisas em razão dos objetivos é feita considerando três grandes categorias, definidas conforme suas finalidades: **pesquisas exploratórias**, **pesquisas descritivas** e **pesquisas explicativas**. Cada tipo possui características próprias e atende a propósitos distintos, influenciando diretamente as estratégias adotadas ao longo da investigação. Essa distinção é fundamental para quem deseja planejar um estudo sólido e alinhado às suas expectativas e necessidades acadêmicas.

3.4.2.1 Pesquisas exploratórias

Pesquisas exploratórias são especialmente indicadas quando o pesquisador se depara com um tema ainda pouco estudado ou sobre o qual existe escassa produção científica (Gil, 2022). O objetivo principal desse tipo de investigação é proporcionar um primeiro contato com o fenômeno, ajudando a compreender suas características iniciais e a identificar questões relevantes que merecem ser aprofundadas em estudos futuros (Marconi; Lakatos, 2021). Por isso, as pesquisas exploratórias costumam ser utilizadas em áreas onde o conhecimento é limitado ou está em fase inicial de desenvolvimento.

Uma das principais marcas desse tipo de pesquisa é a flexibilidade metodológica. Sem amarras a um único método, o pesquisador pode lançar mão de entrevistas, grupos focais, análise documental e revisões de literatura, por exemplo, buscando reunir informações diversificadas que ajudem a mapear o cenário investigado (Marconi; Lakatos, 2021).

Tal flexibilidade metodológica permite ao(a) investigador(a) formular hipóteses consistentes, sinalizar direcionamentos promissores para futuras pesquisas e estabelecer alicerces teóricos que sustentem posteriores investigações. Uma ilustração deste tipo de pesquisa no âmbito jurídico pode ser a análise das percepções sociais acerca de inovações legislativas recentes, como, por exemplo, a Lei n.º 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel. Nesta situação, o(a) pesquisador(a) teria a oportunidade de desenvolver sua investigação junto a diferentes segmentos

sociais como pais, educadores(as) e representantes de organizações da sociedade civil. Os resultados poderiam ajudar a compreender como esses diferentes grupos sociais interpretam, avaliam e respondem às mudanças normativas introduzidas pela nova legislação.

3.4.2.2 Pesquisas descritivas

A **pesquisa descritiva** tem como principal objetivo delinear e caracterizar um fenômeno, oferecendo um retrato detalhado de suas propriedades, comportamentos e do contexto em que se manifesta (Tonetto; Brusk-Renck; Stein, 2014). Diferentemente da pesquisa exploratória, que busca abrir caminhos e identificar questões ainda pouco conhecidas, a pesquisa descritiva se concentra em aspectos mais delimitados, voltando-se para a observação criteriosa e a descrição minuciosa do objeto de estudo (Gil, 2022).

Uma das características fundamentais desse tipo de investigação é a organização e a sistematicidade na coleta de dados. Para garantir a precisão e a confiabilidade das informações, o(a) pesquisador(a) utiliza instrumentos estruturados, como questionários, entrevistas, observações diretas e até levantamentos documentais (Marconi; Lakatos, 2021). Assim, é possível reunir dados quantitativos e qualitativos capazes de compor um quadro fiel da realidade analisada. Vale destacar que, apesar de sua riqueza descritiva, esse tipo de pesquisa não se propõe a explicar causas ou consequências, mas sim a descrever com clareza como determinado fenômeno se apresenta (Gil, 2022).

Nas ciências jurídicas, um exemplo de pesquisa descritiva seria analisar as condições de funcionamento de delegacias de polícia em determinada cidade. O(A) pesquisador(a) poderia, neste caso, descrever a infraestrutura disponível, a quantidade e o perfil dos(as) profissionais e os tipos de serviços ofertados e ainda levantar a percepção da comunidade local sobre a atuação desse órgão. Para tanto, pode empregar questionários direcionados a policiais e funcionários(as) das delegacias, além de realizar entrevistas com moradores(as) da região para captar suas experiências e opiniões.

Com base nesse retrato detalhado, a pesquisa descritiva permitiria identificar deficiências e apontar áreas que demandam intervenção e fornecer subsídios concretos para debates e propostas de melhoria no sistema de segurança pública. Assim, esse tipo de estudo mostra-se uma ferramenta essencial para operadoras(es) do Direito e gestores(as) públicos, pois pode favorecer uma compreensão mais

profunda das condições presentes e ajudar na elaboração de políticas públicas mais alinhadas com a realidade.

3.4.2.3 Pesquisas explicativas

As **pesquisas explicativas** têm como principal objetivo compreender os motivos e as causas que estão por trás dos fenômenos.

Diferentemente das pesquisas descritivas, que se limitam a apresentar as características de um determinado fato, as explicativas vão além, buscando desvendar as relações de causa e efeito entre diferentes variáveis (Gil, 2022). Em outras palavras, enquanto a pesquisa descritiva responde ao “o quê” e ao “como”, a pesquisa explicativa procura responder ao “porquê”.

Nestes tipos de estudo o(a) pesquisador(a) busca identificar, analisar e interpretar uma série de fatores que, em conjunto, ajudam a esclarecer as relações existentes. Para alcançar esse nível de compreensão, é comum que as pesquisas explicativas recorram a uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, de modo a unir a objetividade dos dados numéricos à riqueza de detalhes das informações obtidas em entrevistas, relatos e observações (Creswell; Creswell, 2021; Gil, 2022). Muitas vezes, é também por meio de experimentos ou análises comparativas que se busca testar hipóteses e confirmar ou refutar as suposições levantadas no início do estudo.

Em pesquisas jurídicas, realizar estudos explicativos pode ser desafiador. Diferentemente de áreas como as ciências naturais, em que é possível simular situações em laboratório e controlar variáveis com maior precisão, nas ciências sociais e no Direito, o contexto é mais complexo e dinâmico, o que dificulta isolar os fatores em estudo. Contudo, mesmo com essas dificuldades, as pesquisas explicativas têm papel central na compreensão de questões complexas, como a reincidência criminal.

Por exemplo, ao investigar por que algumas pessoas voltam a cometer crimes após cumprir pena, o(a) pesquisador(a) necessita compreender alguns fatores que estão associados a esse fenômeno. Ao identificar esses fatores, é possível propor intervenções que realmente façam diferença na realidade enfrentada por essas pessoas.

3.4.3 Classificação segundo os procedimentos

As pesquisas científicas também podem ser classificadas de acordo com os procedimentos adotados para a coleta de informações (Gil, 2022). Esses procedimentos consistem em técnicas reconhecidas pela comunidade científica como eficazes e seguras para a obtenção de dados, materiais ou conteúdos relevantes ao estudo. Não há uma ordem de importância entre eles, cada procedimento tem suas vantagens e limitações. O termo adotado para essa forma de classificação de pesquisas é **delineamento**, em inglês é chamado de *design* (Gil, 2022). Deste modo, quando se fala em delineamento de pesquisa, trata-se do modo se procedeu à coleta de dados ou informações.

Vale lembrar que cada procedimento metodológico tem suas próprias formas de condução e pode, inclusive, ser subdividido em categorias mais específicas, conforme a necessidade da pesquisa. Neste Manual, vamos apresentar os procedimentos mais comuns, mostrando de forma objetiva as diferentes possibilidades para quem deseja realizar uma investigação científica. Além disso, daremos atenção especial àqueles procedimentos que costumam ser mais utilizados nas pesquisas jurídicas, ajudando você a escolher o caminho mais apropriado para o seu trabalho.

3.4.3.1 Estudo de caso

Há situações em que a compreensão de determinados fenômenos só é possível por meio de uma investigação minuciosa e individualizada. Nesses casos, o estudo de caso se apresenta como a alternativa mais adequada, pois permite ao(à) pesquisador(a) aprofundar-se em um único caso, ou em um pequeno conjunto de casos, para desvendar suas particularidades e compreender os múltiplos fatores envolvidos no fenômeno estudado (Gil, 2022).

O estudo de caso se destaca justamente pela flexibilidade: ele permite ao(à) pesquisador(a) escolher diferentes caminhos de investigação, podendo assumir um perfil mais exploratório ou experimental, conforme o que se deseja descobrir (Pereira; Godoy; Terçariol, 2009). No campo do Direito, essa metodologia tem sido bastante valorizada, pois possibilita analisar de perto como as leis são aplicadas na prática, avaliar a efetividade de certos procedimentos judiciais ou até acompanhar de que maneira uma inovação foi incorporada ao funcionamento de um tribunal

(Tassigny *et al.*, 2016). Por exemplo, é possível investigar em detalhes como uma nova norma influenciou um processo específico ou observar os impactos concretos de uma mudança administrativa em determinada instituição.

Apesar dos procedimentos do estudo de caso serem, em geral, mais simples do que os de outros métodos experimentais, é essencial que o(a) pesquisador(a) detalhe cuidadosamente todas as etapas do seu trabalho. Esse cuidado não apenas assegura transparência na apresentação dos resultados, mas também permite que outros(as) estudiosos(as) possam verificar ou até mesmo replicar a investigação (Gomes Neto; Albuquerque; Silva, 2024). A flexibilidade metodológica, característica desse procedimento, não deve ser confundida com ausência de rigor. Pelo contrário, é fundamental que cada etapa do estudo seja apresentada de forma clara, com as devidas referências e justificativas para as escolhas feitas durante a pesquisa.

Vale lembrar que os estudos de caso podem ser bastante variados quanto ao formato. Em alguns casos, o foco recai sobre a história de vida de uma pessoa; em outros, a análise se volta para a trajetória de uma comunidade, de uma organização ou mesmo para um processo judicial específico (Mendonça, 2014). No contexto do Direito, é especialmente comum aprofundar-se em demandas jurídicas concretas ou examinar a atuação de um(a) magistrado(a) diante de situações controversas. Essa diversidade permite ao(à) pesquisador(a) adaptar o estudo de caso conforme a natureza do fenômeno investigado.

Não há entre os pesquisadores adeptos ao estudo de caso um acordo sobre as etapas que devem ser seguidas no desenvolvimento desse tipo de pesquisa. Para Chizzotti (2006), esse processo envolve três etapas principais, que são:

- Seleção e delimitação do caso;
- Trabalho de campo;
- Organização e redação do texto acadêmico

Seleção e delimitação do caso: O primeiro passo é escolher qual caso será estudado. Essa decisão deve ser justificada: por que esse caso, e não outro? É importante deixar claro o que será analisado e por quais razões esse caso merece a atenção do(a) pesquisador(a). Uma boa delimitação ajuda a manter o foco do estudo e evita conclusões apressadas ou generalizações inadequadas (Mendonça, 2014).

Trabalho de campo: Depois de definir o caso, chega o momento de reunir informações. Isso pode significar entrevistar pessoas envolvidas, analisar documentos, sentenças ou decisões judiciais, dependendo do que se pretende investigar (Mendonça, 2014). Na área jurídica, é bastante comum mergulhar em processos para entender as nuances de uma situação. O fundamental aqui é organizar os passos, registrar o que foi feito e tratar os dados com responsabilidade e ética.

Organização e redação do texto: Com as informações em mãos, é hora de analisar o que foi coletado. O ideal é buscar padrões, levantar hipóteses e articular as descobertas de forma clara (Mendonça, 2014). O texto deve ser bem estruturado, com referências e explicações que facilitem a compreensão de quem for ler depois. Assim, outros(as) pesquisadores(as) podem entender o caminho percorrido e, quem sabe, até se inspirar para estudar novos casos parecidos.

Ao escolher o estudo de caso, o(a) pesquisador(a) se propõe a olhar de perto situações concretas, muitas vezes únicas, que ajudam a desvendar questões mais amplas do Direito. Esse tipo de pesquisa valoriza os detalhes e pode trazer à tona aspectos que passariam despercebidos em estudos que olham só para o geral.

✓ Identificação do Tema

Definir a área do Direito que será analisada.

Exemplo: Direito Ambiental.

✓ Seleção do Caso

Escolher um caso concreto relevante para o tema.

Exemplo: Sentença em processo xx sobre aterro sanitário.

✓ Delimitação do Caso

Especificar aspectos ou questões jurídicas a serem investigados. Aqui, se elabora a(s) pergunta(s) que serão exploradas neste caso. Exemplo: A sentença utiliza o paradigma ecocêntrico da Natureza como sujeito de direitos?

✓ Pesquisa do Caso

Coletar informações básicas sobre o caso;

Examinar as informações do caso para identificar padrões e relações;

Destacar termos e entendimentos relativos ao caso;

Verificar a aplicação de princípios e normas jurídicas cabíveis, ou esperados, ao caso estudado;

Criar fluxogramas com as ideias, destacar os achados obtidos.

✓ Organização do Texto Acadêmico

Estruturar a redação do estudo com introdução, desenvolvimento com diálogo com a literatura e conclusão;

Revisar o texto para garantir clareza, coesão e conformidade com normas acadêmicas.

3.4.3.2 Pesquisa documental

Antes de mais nada, é importante reconhecer que boa parte do trabalho científico se apoia na busca e interpretação de registros já existentes. Entre as diferentes formas de pesquisa, a documental merece destaque por permitir que o(a) pesquisador(a) mergulhe em materiais variados para compreender fenômenos, levantar hipóteses ou fundamentar análises.

Não por acaso, é comum que a pesquisa documental seja confundida com a pesquisa bibliográfica, já que ambas utilizam documentos como fonte de informação. Apesar dessa semelhança, há diferenças significativas entre elas, principalmente quanto ao tipo de material consultado e à finalidade com que esses materiais são utilizados ao longo da investigação (Gil, 2022).

Quando falamos em documento para fins de pesquisa, não estamos nos limitando apenas a textos escritos. Documentos podem ser registros em papel, mas também podem assumir outras formas, como fotografias, vídeos, filmes, gravações de áudio, pôsteres, mapas e até objetos físicos (Mendonça, 2014). Todos esses materiais servem como fontes de informação, ajudando o(a) pesquisador(a) a compreender melhor o fenômeno estudado ou a reunir evidências para sustentar uma hipótese (Figueiredo, 2007).

A pesquisa bibliográfica, por outro lado, tem como foco principal os documentos escritos tradicionais, como livros, artigos científicos, teses, enciclopédias, dicionários e outros textos acadêmicos (Oliveira, 2007). É comum que, ao longo de um estudo, o(a) pesquisador(a) acabe utilizando tanto fontes documentais quanto bibliográficas. Nesses casos, o que determina a classificação da pesquisa é o tipo de fonte que predomina na construção do trabalho.

No universo do Direito, a pesquisa documental é especialmente útil. Por meio dela, é possível analisar decisões judiciais, sentenças, leis, regulamentos, pareceres e outros registros oficiais, permitindo acompanhar a evolução de entendimentos jurídicos ao longo do tempo. Dessa forma, a pesquisa documental ajuda não só a contextualizar questões jurídicas, mas também a fundamentar análises e argumentos em dados concretos e verificáveis.

No caso de pesquisas no Direito, a pesquisa documental é uma ferramenta valiosa para quem busca informações preexistentes e pode ser usada, por exemplo, para analisar decisões judiciais passadas e entender a evolução de interpretações jurídicas ao longo do tempo.

O passo a passo da pesquisa documental varia conforme o objetivo do estudo e o documento consultado. O que apresentamos a seguir foi proposto por Mendonça (2014), com adaptações:

1. Escolha do tema;

Define-se a área do Direito.

Exemplo: Infância e Juventude

2. Formulação do problema;

A pesquisadora apresenta a pergunta que orienta seu estudo.

Exemplo: Quais são os principais desafios enfrentados por adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme evidenciado em relatórios de instituições de proteção à infância e juventude?

3. Identificação, localização das fontes e obtenção do material;

Deve a pesquisadora indicar onde se localizam estes documentos, além de outras informações como período temporal dos documentos (de xx a yy), considerar, ainda, se o acesso a esses documentos exige dispensa de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, submetendo-o ao comitê de pesquisa quando necessário.

Exemplo: Arquivos da casa de acolhimento do município.

4. Tratamento das informações coletados;

O tratamento das informações pode variar, dependendo do objetivo da pesquisa.

Exemplo: Análise de conteúdo; Análise documental.

5. Tomada de apontamentos;

A pesquisadora evidencia os achados de modo organizado, permitindo a verificação por outros pesquisadores e o alcance de conclusões.

6. Redação do trabalho.

Escrita do texto acadêmico.

3.4.3.3 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é uma das bases da produção acadêmica, especialmente no campo do Direito, onde o conhecimento acumulado em teorias, normas e decisões já consolidadas é fundamental para o desenvolvimento de novos estudos. Mas, afinal, o que caracteriza uma pesquisa desse tipo? Em linhas

gerais, trata-se do processo de reunir, analisar e interpretar livros, artigos, teses e outros textos já publicados que abordam o tema escolhido. Esse levantamento de referências permite ao(à) pesquisador(a) construir uma base consistente que apoie adequadamente suas reflexões em argumentos que já foram produzidos por outros autores.

Na prática, a pesquisa bibliográfica conta com uma variedade de meios para obtenção de informações como livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e outros documentos acadêmicos ou científicos são consultados para fundamentar e aprofundar a investigação (Gil, 2022). O principal objetivo desse tipo de pesquisa é dar o suporte teórico necessário para que qualquer leitor(a) possa compreender melhor o contexto da investigação científica e guiar a análise do(a) pesquisador(a).

No Direito, a pesquisa bibliográfica é muito utilizada, contudo, é comum identificarmos alguns tipos de erros, entre os mais comuns estão a confusão entre pesquisa documental e bibliográfica, a ausência de fundamentação teórica sólida por meio de citações e referências, e a falta de clareza na apresentação dos procedimentos adotados para selecionar e analisar as fontes.

Por isso, é fundamental que o(a) pesquisador(a) detalhe como selecionou e utilizou cada material consultado, sempre apresentando as referências de forma adequada. Essa postura fortalece a credibilidade do trabalho e amplia sua contribuição para o campo jurídico e científico. Para fins de desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica sólida, adaptamos as etapas indicadas em Gil (2022) para este Manual. As fases a seguir podem funcionar como um protocolo da pesquisa bibliográfica, sendo, inclusive, detalhadas na metodologia descrita no trabalho de conclusão de curso.

- 1. Escolha do tema:** neste momento o pesquisador define a área de conhecimento em que irá atuar, definindo claramente o tema da sua pesquisa.
- 2. Levantamento bibliográfico preliminar:** nesta etapa da pesquisa, realiza-se uma pesquisa ampla para compreender o que já foi abordado sobre o fenômeno de interesse, hipóteses já formuladas que precisam ser confirmadas, ou, até mesmo, o que passou despercebido e que precisa ser investigado. Essa busca ocorre livremente sem maior rigor de especificações de como ocorreu o levantamento, algo imprescindível na fase das *buscas nas fontes*.

3. **Formulação do problema:** é vital que neste processo o(a) pesquisador(a) tenha clareza da pergunta que deseja responder, além de compreender muito bem quais são as áreas temáticas envolvidas. Essa pergunta fica mais consistente após o levantamento bibliográfico preliminar.
4. **Elaboração do plano provisório de assunto:** Conforme Gil (2022), essa fase consiste em criar uma espécie de sumarização dos temas da pesquisa, em que fique evidente o que precisará ser abordado pela pesquisa bibliográfica.
5. **Identificação das fontes:** esta é uma parte muito importante que deve ser indicada na metodologia da pesquisa, as fontes de consulta, que nada mais são do que as bases em que se concentram as pesquisas publicadas na área, por exemplo: SciELO, Biblioteca Virtual da Saúde, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Google Acadêmico, Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações, etc. Ainda é importante deixar claro quais foram as palavras utilizadas nas buscas, as quais chamamos de descritores, além de sua estratégia de busca.
6. **Leitura do material:** este não é um momento único, ele acontece em toda pesquisa, o que fica em destaque aqui, é uma leitura comprometida em compreender a ideia geral defendida na obra selecionada. Isso é muito importante, pois é importante que o(a) pesquisador(a) argumente de modo global sobre as reflexões expressas no material analisado, evitando afirmações que não refletem a produção do(a) autor(a) da obra.
7. **Fichamento:** nesta etapa o(a) pesquisador(a) anota e organiza as principais informações e ideias das leituras feitas. Esse procedimento pode parecer uma “perda de tempo”, mas pelo contrário, ele acelera os processos seguintes, facilitando a consulta e a utilização das informações na fase de redação. No passado, o fichamento era feito em blocos de cartão que poderiam ser adquiridos em papelarias, hoje há modos mais práticos e ecologicamente sustentáveis. É possível fazer o fichamento em aplicativos como Mendeley, Zotero e Evernote, que permitem armazenar e organizar referências e anotações de forma prática e acessível.
8. **Organização lógica do assunto:** após realizar o fichamento, o(a) pesquisador(a) deve organizar as informações de maneira lógica e coerente. Isso envolve agrupar as ideias principais, criar uma estrutura clara e definir a sequência em que os tópicos serão abordados. Podem ser construídos

fluxogramas, tabelas e quadros, materiais que podem ser até mesmo incluídos no texto final do trabalho de conclusão de curso ou artigo. Com essa esquematização visual é possível fazer uma progressão natural, facilitando a compreensão da pessoa que lê.

9. **Redação do texto:** nesta etapa, o(a) pesquisador(a) deve integrar as informações de forma articulada, sempre fundamentando as discussões com referências bibliográficas adequadas. Além disso, é essencial revisar e ajustar o texto, assegurando que ele esteja bem escrito e livre de erros. A inclusão de citações e referências deve ser feita de acordo com os padrões exigidos, reforçando a credibilidade e a integridade do trabalho. Neste momento surge a originalidade da pessoa que escreve, fazendo análises e considerações, mesmo de temas amplamente explorados, de forma única.

Para fins ilustrativos, vamos apresentar a aplicação das etapas deste protocolo em uma possível pesquisa na área do Direito. Para contextualizar:

João é um estudante da EDCM (Especialização em Direito Para a Carreira da Magistratura) oferecida pela Emeron. Ele decide pesquisar sobre “A aplicação da Lei Maria da Penha nas decisões judiciais em Rondônia”; contudo, não tem muita clareza ainda de como irá conduzir sua pesquisa. Seu orientador indicou a possibilidade de usar o protocolo constante no Manual de Trabalhos Acadêmicos da Emeron.

1. **Escolha do tema:** O tema já está visível no interesse de João, geralmente é aquilo mais amplo que norteia o interesse da pessoa que pesquisa. Neste caso, o tema é: A aplicação da Lei Maria da Penha nas decisões judiciais em Rondônia.
2. **Levantamento bibliográfico preliminar:** Neste caso, João não tem muita clareza ainda sobre sua pesquisa, então vai para a segunda fase do protocolo e começa a fazer um levantamento bibliográfico preliminar. Atenção, mesmo que João já soubesse especificamente o que pesquisar, seria indicado ainda o cumprimento desta fase, pois deste modo iria se inteirar com os debates mais recentes em torno da temática. Então João realiza uma busca inicial para entender o que já foi estudado sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação no Judiciário. Ele lê artigos, livros e dissertações para identificar hipóteses já formuladas, tanto no campo do Direito como em outras áreas como Psicologia, Sociologia e etc., essa diversidade teórica lhe ajudará a compreender o que ainda ainda precisa ser explorado. É justamente neste

ponto que deve nascer a pesquisa, naquilo que falta, pois somente assim irá ampliar os saberes na área. Esse levantamento é feito de maneira ampla e livre, sem maiores especificações, apenas para ganhar uma visão geral do tema.

3. **Formulação do problema:** Após o levantamento preliminar, João compreendeu melhor sobre o cenário atual envolvendo o seu tema e foi a partir daí que formulou a pergunta central deste estudo: “Quais são os principais desafios na aplicação da Lei Maria da Penha nas decisões judiciais brasileiras?”. Mais à frente exploraremos mais sobre a qualidade da pergunta, por ora, observe que a pergunta de João permite identificar outros elementos importantes de sua pesquisa, que são as áreas correlatas ao estudo como Direito Penal, Direito Processual e Sociologia Jurídica.
4. **Elaboração do plano provisório de assunto:** Mesmo agora com a pergunta, João não começa de cara escrevendo, ele detém um tempo especial na organização de sua escrita: a criação de um sumário provisório de sua pesquisa. Neste sumário ele destaca os temas que serão abordados, como: histórico da Lei Maria da Penha, análise de jurisprudência, desafios na aplicação da lei e possíveis soluções.
5. **Identificação das fontes:** Veja como seguir os procedimentos conduz naturalmente João no desenvolvimento de seu trabalho. Tendo os tópicos sumarizados ele sabe que deve procurar, então surge para si a pergunta: onde encontrar estas informações. Aqui entra a fase de identificação das fontes. Neste momento, João define as bases de dados onde realizará suas buscas, como SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal e a Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ele também anota os descritores que usará, como “Lei Maria da Penha”, “decisões judiciais”, “violência doméstica” e “jurisprudência”. João ainda pode dizer o período que irá considerar, como por exemplo, produções dos últimos cinco anos.
6. **Leitura do material:** João, encontrou e selecionou o material de sua pesquisa, então começou a ler atentamente cada um deles, buscando compreender a ideia geral defendida em cada obra. Ele se compromete a entender profundamente as reflexões apresentadas, evitando interpretações equivocadas.
7. **Fichamento:** Durante a leitura, João começou a destacar argumentos que

lhe chamaram a atenção, fichando esses trechos no aplicativo Mendeley, onde armazenava os artigos, organizava suas referências e fazia as anotações de forma prática e acessível, facilitando a consulta posterior.

8. **Organização lógica do assunto:** Com os fichamentos prontos, João agrupou as ideias principais e criou uma estrutura clara que definia o curso de sua escrita em cada um dos tópicos sumarizados. Para deixar tudo ainda mais evidente, ele criou um fluxograma, ajudando a visualizar a progressão natural do texto, algo que irá usar ainda na versão final do trabalho.
9. **Redação do texto:** Somente agora João parte para a redação do texto de sua pesquisa. Neste momento ele se sente seguro e sabe para qual direção deve levar seu texto, deste modo, cria uma redação consistente que integra as informações de forma articulada, fundamentando suas discussões com referências bibliográficas adequadas. Depois de escrever, João revisa e ajusta o texto para garantir que esteja bem escrito e livre de erros, incluindo citações e referências conforme os padrões acadêmicos. Ele também faz análises e considerações próprias, trazendo uma perspectiva única para um tema amplamente explorado.

3.4.3.4 Pesquisa participante

A pesquisa participante funciona como um mergulho do pesquisador no universo que deseja estudar. Em vez de apenas observar de longe, ele se insereativamente no grupo ou ambiente em análise. Essa proximidade permite captar não apenas fatos objetivos, mas também aspectos sutis da convivência, como gestos, tom de voz e relações informais (Brandão; Borges, 2008).

No Direito, essa abordagem ganha vida prática. Um(a) acadêmico(a) interessado(a) em desvendar o funcionamento de um fórum, por exemplo, pode passar semanas acompanhando audiências, ajudando na organização de processos e conversando informalmente com juízes(as) e servidores(as). Dessa forma, percebe como as leis são aplicadas na realidade concreta, incluindo improvisos, interpretações e até contradições que escapariam a métodos tradicionais de investigação.

A riqueza desse método está na capacidade de revelar o “não dito”. Um desabafo durante o café, a expressão de cansaço de um advogado ao final do expediente ou a maneira como os estagiários negociam prazos entre si, esses elementos constroem um retrato multidimensional. Claro, é preciso cuidado para

que a participação não vire interferência: combinam-se regras claras de conduta, transparência sobre os objetivos do estudo e respeito aos limites profissionais e pessoais de todas as pessoas envolvidas (Novaes; Souza; Drummond, 2019).

Assim, quando bem executada, essa estratégia transforma o(a) pesquisador(a) em testemunha qualificada. Ele(a) não apenas descreve mecanismos jurídicos, mas interpreta como esses se entrelaçam com a cultura organizacional, com as relações de poder e até aspectos emocionais, peças-chave para entender qualquer sistema complexo.

3.4.3.5 Pesquisa-ação

A pesquisa-ação é um modelo de estudo muito dinâmico e amplamente utilizado pela Educação, Psicologia Social, Sociologia e Antropologia. Essa pesquisa se define a partir de uma metodologia bem peculiar, na qual o(a) pesquisador(a) não apenas estuda um fenômeno, mas também busca promover mudanças práticas ao mesmo tempo em que desenvolve sua investigação (Tripp, 2005). De tal modo, pode-se dizer que é um tipo de pesquisa que envolve diretamente os(as) participantes no processo, que atuam como colaboradores(as) do conhecimento produzido, seja como fonte ou como articuladores(as) de mudanças (Tripp, 2005).

A aplicação de uma pesquisa desta natureza no campo jurídico ainda é tradicional, o que faz com que haja alguns limites que vão desde aspectos culturais às habilidades de pesquisadores(as) altamente treinados para esse tipo de estudo. Contudo, é viável o uso de pesquisas-ação em estudos que visam, por exemplo, desenvolver e implementar novas práticas dentro de uma instituição de justiça, avaliando seus impactos em tempo real e ajustando estratégias conforme necessário.

Também no mapeamento de conflitos fundiários, em que juristas pesquisam e atuam com uma determinada comunidade, visando não apenas estudar, mas para criar soluções aplicáveis nesse território. Essa metodologia transforma o conhecimento jurídico em ferramenta concreta: em vez de analisar problemas de forma estática, propõe intervenções práticas que são testadas e ajustadas em tempo real.

Isso se materializa, por exemplo, quando advogados(as) e líderes comunitários desenvolvem cartilhas de direitos trabalhistas diretamente nas associações de bairro. Durante o processo, percebem que os termos jurídicos precisam ser adaptados à linguagem local, e essa adaptação só surge por meio da troca constante com os(as)

envolvidos(as). Cada reunião vira uma etapa de diagnóstico e ação simultânea: identificam entraves no acesso à justiça e imediatamente criam mutirões para retificação de documentos, ajustando a estratégia conforme os resultados aparecem.

O diferencial está no ciclo contínuo: agir, observar os efeitos, refletir coletivamente e replanejar (Silva; Oliveira; Ataídes, 2021). Por tais razões, estas pesquisas geralmente tomam a estrutura de projetos. Por exemplo, um projeto sobre violência doméstica, por exemplo, pode começar com palestras tradicionais, mas ao perceber que as vítimas não se sentiam seguras para denunciar, a equipe muda tática, cria com a comunidade um protocolo sigiloso para o registro das denúncias, com o tempo, avalia a eficácia do instrumento e, novamente com a comunidade, altera para o maior benefício das denunciantes.

Um grande desafio para essa abordagem está em sua forte demanda por flexibilidade e humildade intelectual por parte dos(as) pesquisadores(as) (Venâncio, 1996). Os(as) juristas envolvidos(as) deixam de ser “especialistas” para se tornarem facilitadores(as) — aprendem tanto quanto ensinam. A legitimidade vem justamente dessa cocriação: as soluções jurídicas ganham raízes porque foram cultivadas no terreno real, com todas suas complexidades e imprevistos.

3.4.3.6 Pesquisa etnográfica

Por sua vez, a pesquisa etnográfica é um tipo de estudo de metodologia qualitativa que envolve a imersão do(a) pesquisador(a) na cultura ou grupo social que está sendo estudado (Mattos, 2011). Busca-se com isso compreender os comportamentos, rituais, crenças e interações sociais do grupo. Desta forma, essa abordagem permite captar nuances e contextos que enriquecem a análise e a compreensão do que está sendo estudado. Um(a) pesquisador(a) do Direito que adota essa abordagem não se limita a analisar processos judiciais: passa semanas em delegacias anotando como policiais interpretam leis, ou meses em comunidades ribeirinhas registrando como acordos verbais substituem contratos formais (Lima *et al.*, 1996).

No campo jurídico, essa imersão revela o que está por trás das letras da lei. Imagine um estudo em um presídio: enquanto estatísticas mostram taxas de reincidência, o etnógrafo percebe que os detentos criam seus próprios “códigos

de conduta” paralelos ao regimento interno, regras não escritas sobre respeito, hierarquia e solução de conflitos. São essas dinâmicas subterrâneas que explicam por que certas normas estatais falham ou são ressignificadas.

A chave está nos detalhes que escapam aos registros oficiais. Um(a) promotor(a) pode não notar que os moradores de um bairro evitam denunciar crimes por medo de represálias sociais, não apenas legais. Já o(a) pesquisador(a)-etnógrafo(a), após participar de reuniões de associações e almoços comunitários, descobre que a desconfiança nas instituições vem de décadas de abandono – e que isso molda até a maneira como interpretam direitos básicos.

Unidade II

PESQUISA CIENTÍFICA

Objetivos Desta Unidade:

Elaborar projetos de pesquisa científica no campo jurídico, desenvolvendo introduções estruturadas, perguntas de pesquisa consistentes, hipóteses fundamentadas e objetivos claros que atendam aos critérios de relevância acadêmica e social.

Aplicar metodologias científicas adequadas aos diferentes tipos de investigação jurídica, selecionando métodos compatíveis com os dados disponíveis e a expertise do(a) pesquisador(a) para garantir a viabilidade do estudo.

Analizar as qualidades essenciais das perguntas científicas (clareza, relevância, viabilidade, foco, originalidade e verificabilidade) para construir questionamentos que orientem efetivamente o processo investigativo no Direito.

Implementar os procedimentos éticos necessários à pesquisa científica, compreendendo as exigências dos Comitês de Ética, a legislação vigente e os instrumentos de proteção aos participantes, especialmente nas pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas ao campo jurídico.

4

A pesquisa científica no Direito

Uma das questões centrais que estudantes e profissionais do Direito devem compreender é que, independentemente de sua posição acadêmica ou trajetória profissional, a entrada no universo da pesquisa científica traz consigo a responsabilidade de seguir rigorosamente o método científico. É exatamente pela observância deste método, conforme anteriormente enfatizamos, que o conhecimento produzido se distingue das demais categorias epistemológicas disponíveis (Severino, 2017). Constitui responsabilidade intransferível do(a) pesquisador(a) manter-se fiel ao processo científico, assegurando que as conclusões elaboradas tenham confiabilidade e validade reconhecidas.

Conforme destacamos, o método científico estabelece um conjunto estruturado de etapas que orientam sistematicamente a pesquisa, procedimentos que conquistaram consistência e legitimidade no campo científico ao longo de séculos de desenvolvimento (Popper, 2005). A adesão consciente a este método insere o(a) investigador(a) em uma tradição secular que confere à ciência sua identidade distintiva, o método não apenas qualifica como científico o conhecimento produzido, mas também proporciona ao(a) pesquisador(a) o pertencimento efetivo à comunidade científica internacional, incluindo-o(a) em uma rede colaborativa sem fronteiras geográficas de compartilhamento de saberes.

A observância atenta do método científico garante que qualquer pessoa com acesso às informações disponibilizadas reconheça imediatamente que a pesquisa apresentada transcende uma mera coleção de opiniões pessoais ou relatos subjetivos, constituindo um trabalho solidamente embasado em evidências e rigor analítico criterioso (Furlan, 2017). Em períodos caracterizados pela intensa circulação de informações falsas e manipuladas, a segurança e credibilidade do conhecimento científico tornam-se elementos cruciais para o bem-estar coletivo, especialmente no campo jurídico, em que as investigações podem exercer impacto direto na produção de decisões judiciais e interpretações normativas com repercussões significativas na vida das pessoas e na organização social como um todo (Michel, 2009).

Dessa forma, um trabalho metodologicamente bem estruturado, que respeita as normas estabelecidas da pesquisa científica, fortalece a credibilidade pessoal do(a) investigador(a), além de contribuir para a construção de um acervo de conhecimento sólido, confiável e democraticamente acessível.

Nessa perspectiva, quando um(a) novo(a) pesquisador(a) inicia suas atividades no universo científico, seu comprometimento genuíno com o método científico constituirá um divisor de águas determinante em sua trajetória acadêmica e profissional, possibilitando crescimento intelectual sustentado e reconhecimento respeitoso entre pares da comunidade científica. Este rigor metodológico manifesta-se concretamente na forma como o(a) pesquisador(a) conduz todas as fases de sua investigação, demonstrando clareza conceitual, objetividade analítica e respeito irrestrito às normas éticas estabelecidas.

É importante destacar que o Direito é reconhecidamente uma ciência social aplicada, pois, embora possua fundamentos teóricos consistentes, sua aplicação prática desenvolve-se em um contexto dinâmico e multifacetado com repercussões diretas na organização social (Mezzaroba; Monteiro, 2023). Sendo assim, a pesquisa científica no âmbito jurídico transcende a busca meramente informativa por dados, mas envolve a construção sistemática de conhecimento especializado que pode conduzir efetivamente a melhorias nas legislações vigentes e na aplicação equânime da justiça.

Talvez você se questione sobre como realizar uma pesquisa consistente no campo jurídico. A resposta apresenta-se de forma relativamente direta: assim como em qualquer outra disciplina científica, deve-se aplicar rigorosamente os princípios do método científico. Naturalmente, existem particularidades metodológicas específicas em cada área do conhecimento, mas o rigor procedural e os processos metodológicos fundamentais são, em sua essência, convergentes e complementares.

4.1 Fases da pesquisa científica

O ensino da pesquisa pode ser conduzido de diversos modos e reflete a versatilidade dos processos didáticos que, por sua vez, são influenciados por alguns fatores: as abordagens dos professores, as características dos alunos, os objetivos específicos de aprendizagem e a área científica em questão. Nesse sentido, o que apresentaremos não se trata de algo universal sobre como se divide uma pesquisa científica, mas uma concepção que entendemos facilitar este processo formativo. Assim, dividimos a pesquisa científica em três partes principais: a pré-pesquisa, a pesquisa, e a pós-pesquisa.

4.1.1 Pré-pesquisa

A pré-pesquisa engloba todas as ações preparatórias que antecedem o início da investigação propriamente dita. É o momento em que o(a) pesquisador(a) se debruça sobre o planejamento, identifica o problema jurídico a ser enfrentado, revisa a literatura, estabelece hipóteses e define métodos e instrumentos. Nessa etapa, antecipar possíveis desafios e organizar os recursos são atitudes fundamentais para garantir que o trabalho científico seja bem estruturado e produtivo.

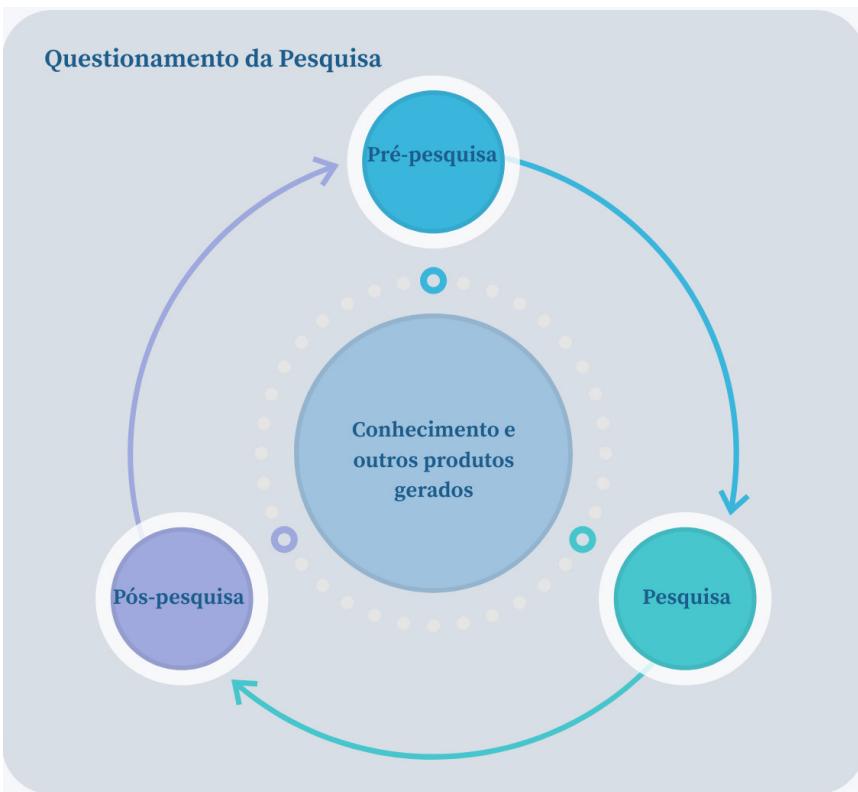
4.1.2 Pesquisa

Chegada a fase da pesquisa, o(a) pesquisador(a) coloca em prática o que foi planejado. Aqui, são aplicados os métodos escolhidos, sejam eles empíricos (como entrevistas ou análise de processos judiciais) ou teóricos (como revisão sistemática de literatura). É o momento de coletar dados, organizar informações e, sobretudo, garantir rigor e ética em cada procedimento. A experimentação e a análise crítica são essenciais para testar hipóteses e gerar resultados confiáveis.

4.1.3 Pós-pesquisa

A pós-pesquisa, por sua vez, envolve a interpretação dos resultados obtidos e a elaboração de conclusões que respondam ao questionamento inicial. É também nessa etapa que a disseminação do conhecimento ocorre, por meio da redação de relatórios, artigos ou apresentações, permitindo que a comunidade científica e outros interessados possam se beneficiar do conhecimento gerado.

Embora estas três fases apresentem distinções claras, elas não funcionam de forma isolada. Cada etapa está interconectada e orientada por um objetivo comum: responder a um questionamento que deu origem a todo o processo de pesquisa. Assim, acontece o que podemos chamar de espiral da ciência, um processo contínuo que não tem fim, no qual cada resposta pode levar a novas perguntas e caminhos investigativos. Nos próximos capítulos, detalharemos cada uma dessas fases.



5 Pré-Pesquisa: O Projeto

Podemos relacionar essa fase a situações cotidianas bastante comuns. Por exemplo, quando alguém planeja uma viagem de férias, especialmente para o exterior, onde a cultura pode ser bem diferente daquela de origem, a pessoa geralmente constrói um roteiro detalhado, planeja os gastos e antevê possíveis problemas e soluções, como a necessidade de seguro de viagem. Aventurar-se a sair do país sem o mínimo de planejamento implica riscos como perder tempo, não visitar locais de interesse e transformar as férias em uma experiência frustrante.

Outro exemplo é o preparo de uma receita culinária. Antes de começar a cozinhar, é comum que organizemos todos os ingredientes e utensílios necessários para a execução daquele prato. Imagine que, ao preparar um bolo, quando chega o momento de adicionar o açúcar, percebe que ele está em falta. Essa desatenção poderia causar prejuízos e resultar no desperdício dos ingredientes. Na gastronomia, esse processo de preparação antecipada é denominado *mise en place*, uma expressão francesa que significa algo como “colocar em ordem”. O conceito de *mise en place*, tão conhecido na gastronomia, refere-se à seleção e organização prévias de todos os materiais necessários para o preparo eficiente de um prato. Na ciência, nosso “*mise en place*” é o projeto de pesquisa.

No universo jurídico, o projeto de pesquisa funciona como o roteiro inicial que orienta e estrutura toda a investigação científica. Ao dedicar tempo à elaboração desse documento, o(a) pesquisador(a) cria uma base sólida para o desenvolvimento do trabalho, reduzindo a possibilidade de surpresas desagradáveis e otimizando cada etapa da jornada investigativa (Gil, 2022). Assim como um(a) chef prepara minuciosamente seus ingredientes antes de iniciar uma receita, o(a) pesquisador(a) em Direito planeja cada detalhe: desde a escolha do tema, por exemplo, a análise da constitucionalidade de determinada lei, até a definição dos métodos, a previsão dos possíveis desafios e a organização dos recursos. Com um projeto de pesquisa bem estruturado, o(a) pesquisador(a) garante não apenas eficiência, mas também maior segurança na condução do trabalho, facilitando o alcance dos objetivos propostos e promovendo resultados de maior relevância para a ciência jurídica (Mezzaroba; Monteiro, 2023).

Em seu famoso livro *Como elaborar projetos de pesquisa*, Antônio Carlos Gil (2022) define projeto de pesquisa como um documento que detalha as ações a serem realizadas durante todo o processo de pesquisa.

Esse documento orienta não apenas o(a) pesquisador(a), mas é uma fonte de consulta e verificação que poderá ser acessado por várias pessoas: o financiador, em casos em que a pesquisa recebe recursos financeiros de órgãos de apoio à pesquisa, por exemplo; aos pareceristas de um comitê de ética em pesquisa com seres humanos ou animais; aos(as) orientadores(as), em caso de graduação e pós-graduação, ou mesmo a comunidade científica e social em circunstância de grande interesse coletivo, como foi o caso dos projetos de criação de uma vacina contra covid-19.

Agora, imagine que cada pesquisador(a), ao organizar sua pesquisa, seguisse uma formatação própria. Seria, no mínimo, caótico lidar com a extensa diversidade de tipos de documentos resultantes. Para evitar esse problema, as instituições de ensino e pesquisa adotam padrões específicos que orientam os(as) pesquisadores(as) em aspectos que vão desde elementos mais simples, como a formatação de espaços e o tipo de fonte utilizada na digitação, até questões mais estruturais, como a metodologia a ser empregada.

Existem no mundo vários modelos de normas, a escolha de uma delas depende de fatores como a área de conhecimento, ou mesmo a cultura local. Por exemplo, na psicologia, é comum a utilização das diretrizes da *American Psychological Association* (APA), enquanto nas engenharias, prevalece o padrão do *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE). Nas ciências naturais, muitos pesquisadores optam pelo estilo do *Council of Science Editors* (CSE), e no Brasil, são amplamente utilizadas as normas produzidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), adota-se a norma da ABNT, razão pela qual seguimos essa diretriz neste Manual.

Ao utilizar as normas da ABNT, é fundamental que o(a) pesquisador(a) esteja ciente de que essas diretrizes são identificadas por numerações específicas e abordam aspectos distintos do trabalho acadêmico. Por exemplo, a norma NBR 10520 estabelece as diretrizes para a elaboração de citações dentro do texto, enquanto a norma NBR 6023 rege a formatação das referências dessas citações, que geralmente são apresentadas ao final do trabalho. Compreender e aplicar corretamente essas normas é essencial para garantir a clareza e a consistência na apresentação do conteúdo acadêmico.

Neste caso, a norma principal é a NBR 15287:2011, pois é ela que orienta como devem ser redigidos os projetos de pesquisa. Ao escrever o projeto, o(a) pesquisador(a), observando a NBR 15287, perceberá que é na introdução que a pesquisa é praticamente toda apresentada. Segundo essa norma, é na seção introdutória que devem constar obrigatoriamente o problema (pergunta), justificativa(s), hipótese(s) e os objetivos. Essa organização é bastante lógica, já que o projeto de pesquisa é um documento sucinto, objetivo, expresso em linguagem organizada, coerente e técnica que permite a quem o lê ter uma visão rápida, porém detalhada da intenção do(a) pesquisador(a). Outra função importante do projeto de pesquisa é que, além de organizar o processo de pesquisa, ele é indispensável quando o estudo se enquadra em alguns dos critérios da Lei nº. 14874/2024, que dispõe sobre pesquisas com seres humanos, tornando obrigatório que este projeto seja encaminhado a um Comitê de Ética em Pesquisa.

Considerando estes elementos, entendemos que mais do que aplicar a formatação tipográfica que a NBR 15287:2011 preconiza para os projetos de pesquisas, é importante compreender sobre o que cada um destes elementos significa e como podem ser construídos de forma adequada e eficiente. Para tanto, antes de apresentar o regramento para confecção do projeto, iremos abordar nos próximos capítulos alguns dos elementos que são determinantes para a realização de uma pesquisa científica consistente.

6 Introdução

A introdução representa o primeiro contato entre o(a) pesquisador(a) e o(a) leitor(a), funcionando como um convite para a jornada investigativa que está prestes a começar. É nesse momento que o(a) pesquisador(a) apresenta não só o tema central, mas também transmite suas motivações e prepara o terreno para que o leitor compreenda a relevância do estudo. Em outras palavras, uma boa introdução é aquela que desperta a curiosidade, informa e delimita o escopo do trabalho, tudo isso refletindo o estilo e a personalidade do(a) autor(a).

Na área do Direito, essa etapa é ainda mais crucial: um(a) pesquisador(a) que consegue contextualizar bem um problema jurídico, mostrando sua ligação com questões sociais, políticas ou históricas, já inicia sua pesquisa com um diferencial. Por exemplo, ao tratar da efetividade dos direitos fundamentais no sistema carcerário brasileiro, uma introdução bem construída pode aproximar o(a) leitor(a) dos desafios reais enfrentados na prática forense e na formulação de políticas públicas.

Dicas práticas para escrever uma boa introdução

Conheça seu público: Se sua pesquisa é na área de Direito Constitucional é importante que o uso da linguagem esteja voltado para o estilo que comumente se escreve neste campo; caso seja para o público do Direito Ambiental, é possível que a linguagem seja bem diferente; há casos ainda em que o Direito se mescla com outras disciplinas científicas, com temas que interessam tanto ao campo da Justiça, quanto à Antropologia e Sociologia, por exemplo, nestes casos, é importante abordar um estilo de linguagem que transite entre estes dois universos semânticos.

Contextualize o tema: Traga dados atuais, fatos relevantes, decisões judiciais ou até mesmo uma breve narrativa que ilustre a importância do tema com exemplos de fenômenos que foram amplamente conhecidos.

Apresente o problema: Explique, de maneira objetiva, qual é a lacuna de conhecimento ou o conflito jurídico que sua pesquisa pretende abordar, delineando claramente qual é a pergunta que seu estudo buscará responder.

Mostre sua motivação: Compartilhe, ainda que de forma sutil, o que levou você a escolher esse tema. Isso humaniza o texto e aproxima o(a) leitor(a).

Seja claro(a) e conciso(a): Evite rodeios. Uma introdução direta, mas bem fundamentada, prende a atenção e facilita a compreensão do projeto.

6.1 Técnicas de estruturação da introdução

Uma ferramenta útil para organizar a introdução é o “**triângulo invertido**”. Com ela o(a) pesquisador(a) inicia o texto tratando de questões amplas, de interesse geral, e afunila até chegar ao foco específico do seu estudo.

Figura 1 — Técnica do triângulo invertido para redigir a introdução



Vejamos um exemplo prático de como seria um texto redigido do amplo para o específico:

“A crescente judicialização das relações de consumo no Brasil evidencia a necessidade de refletir sobre a efetividade dos mecanismos de proteção ao(a) consumidor(a) (**contextualização com uma dimensão ampla**). Diante da complexidade das demandas e do volume de processos, surge o questionamento: como aprimorar a atuação dos Juizados Especiais Cíveis para garantir uma tutela mais célere e eficaz aos direitos dos consumidores? (**pergunta da pesquisa com afunilamento**). Este projeto busca analisar as práticas atuais e propor melhorias para a efetividade da justiça no campo dos direitos dos(as) consumidores(as) (**objetivo específico**)”.

Outra alternativa é a “**técnica do losango**”. Nesse formato, o(a) pesquisador(a) começa pela apresentação direta do objetivo da pesquisa, em seguida contextualiza o tema, centraliza o texto no problema e, ao final, reforça o objetivo pretendido.

Esta técnica favorece a escrita de comunicações científicas que necessitam ser mais diretas, já que o objetivo é apresentado logo de início. Todavia, o estilo é sempre o(a) pesquisador(a) quem define.

Figura 2 — Técnica do losango para redigir a introdução



Como exemplo, vamos considerar um breve texto, que apesar do tamanho, foi redigido a partir do princípio da técnica do losango:

“Este projeto busca investigar como os Juizados Especiais Cíveis têm enfrentado as demandas relacionadas aos direitos de consumidores(as) quando envolvem “supostos” danos decorrentes da utilização de inteligência artificial por plataformas digitais de comércio eletrônico (**apresentação direta do objetivo**). A investigação emerge em um cenário marcado pela rápida expansão e implementação de tecnologias de inteligência artificial, sem que exista um arcabouço regulatório adequado para disciplinar sua aplicação. Diante desta lacuna normativa, observa-se o crescimento exponencial de conflitos envolvendo diferentes segmentos sociais, resultando em judicialização massiva de questões ainda não completamente compreendidas pelo sistema jurídico tradicional (**contextualização**). Por meio do exame detalhado de casos concretos e das práticas processuais atualmente empregadas, busca-se mapear a atuação dos Juizados Especiais identificando processos e práticas jurídicas que geram segurança jurídica e garantia de direitos neste campo de profundas novidades ao Direito e à sociedade (**retoma o objetivo ressaltando sua relevância prática**)”.

6.1.1 *Outras técnicas de introdução*

6.1.1.1 *Introdução com narrativa*

Iniciar com um caso real ou fictício relevante, aproximando o leitor da situação-problema.

Exemplo:

No início de 2024, na cidade de XX, Maria buscou amparo judicial após sofrer ameaças constantes de seu ex-companheiro. Apesar da concessão da medida protetiva, Maria continuou vulnerável, pois a fiscalização era insuficiente e os recursos da rede de proteção social escassos. Três dias depois da concessão da medida protetiva, Maria foi vítima de feminicídio praticado por seu ex-companheiro. Situações como essa se repetem diariamente em diversas cidades brasileiras, revelando um desafio central: a efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Neste contexto, este trabalho investiga como tais medidas vêm sendo aplicadas em cidades de médio porte, buscando identificar obstáculos e propor soluções para garantir maior proteção às vítimas de violência doméstica.

Estrutura:

- O(a) pesquisador(a) inicia com uma história real (ou verossímil), aproximando o(a) leitor(a) da situação-problema.
- A narrativa serve para humanizar o tema, despertar empatia e demonstrar a relevância social do estudo.
- Em seguida, insere o recorte do problema e o objetivo da pesquisa, conectando o caso concreto ao universo acadêmico.

6.1.1.2 Introdução em formato de pergunta

Abrir com um questionamento instigante, que será desenvolvido ao longo do texto.

Exemplo:

Dados do Conselho Nacional de Justiça atestam: o feminicídio cresce no Brasil. Mas por que, mesmo após a concessão de medidas protetivas, tantas mulheres continuam expostas à violência doméstica em cidades de médio porte brasileiras? Esta indagação mobiliza não apenas operadores(as) do Direito, mas toda a sociedade, que clama por respostas capazes de transformar a realidade das vítimas. Diante desse cenário, este projeto de pesquisa se propõe a analisar a efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, investigando os principais entraves e sugerindo diretrizes para sua aplicação eficaz.

Estrutura:

- O texto começa com uma pergunta instigante, diretamente relacionada ao problema.
- A pergunta desperta a curiosidade do(a) leitor(a) e antecipa o foco da pesquisa.
- O desenvolvimento apresenta o contexto e delimita o objetivo do trabalho.

6.1.1.3 Introdução cronológica

Apresentar a evolução histórica do tema, demonstrando como ele ganhou relevância ao longo do tempo.

Exemplo:

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, o ordenamento jurídico brasileiro deu um passo importante no combate à violência doméstica. Ao longo dos anos, novas interpretações e instrumentos foram sendo incorporados à prática forense, visando garantir maior proteção às vítimas. No entanto, em cidades de médio porte, persistem desafios significativos para efetivar as medidas protetivas previstas pela lei. Este trabalho busca compreender como a evolução legislativa e jurisprudencial tem impactado a efetividade dessas medidas, propondo soluções para aprimorar sua implementação no contexto atual.

Estrutura:

- O(a) pesquisador(a) apresenta uma linha temporal, situando o leitor na evolução do tema.
- Mostra como o problema emergiu e se transformou ao longo do tempo.
- Ao final, delimita a pesquisa e apresenta o objetivo.

6.1.1.4 Introdução comparativa

Contrapor dois contextos, legislações ou entendimentos jurisprudenciais, evidenciando a importância do estudo.

Exemplo:

Enquanto em grandes capitais brasileiras as medidas protetivas da Lei

Maria da Penha contam com o suporte de estruturas especializadas e tecnologia de monitoramento eletrônico, em cidades de médio porte a realidade é bem diferente. A ausência de recursos e a baixa integração entre órgãos dificultam a aplicação efetiva dessas medidas, colocando em risco a vida de muitas mulheres. Diante desse contraste, este estudo se propõe a comparar a efetividade das medidas protetivas em diferentes contextos urbanos, com ênfase nas cidades de médio porte, para identificar boas práticas e propor melhorias adaptáveis à realidade local.

Estrutura:

- O texto introduz o tema pela comparação entre diferentes contextos, evidenciando contrastes e desafios.
- O(a) pesquisador(a) delimita o foco na diferença de estrutura e recursos disponíveis.
- Finaliza com o objetivo de buscar soluções e adaptação de boas práticas.

6.2 Habilidades de escrita

Perceba, ao se debruçar sobre a escrita de uma introdução, ou de qualquer outra parte do projeto de pesquisa, o(a) pesquisador(a) deve lembrar-se de que não existe uma fórmula mágica ou receita única. As técnicas apresentadas, como o triângulo invertido, o losango ou outras abordagens, são ferramentas à disposição de quem escreve, e não regras inflexíveis. O mais importante é que o(a) pesquisador(a) seja capaz de reconhecer e desenvolver suas próprias habilidades de escrita, imprimindo autenticidade e sentido ao texto.

Entre as competências fundamentais para uma escrita científica de qualidade, destacam-se três habilidades essenciais, para cada uma delas damos exemplos de escritas com e sem essas habilidades.

6.2.1 Consciência narrativa

Ter consciência narrativa significa perceber que toda escrita, mesmo a científica, é, em certa medida, uma narrativa. O(a) pesquisador(a) precisa saber contar uma história: apresentar o contexto, construir um caminho lógico de argumentação e conduzir o(a) leitor(a) por entre os fatos e ideias. Isso não implica criar ficção, mas

estar presente no momento em que escreve, tendo clareza das escolhas que faz, dos métodos que usa, das razões pelas quais inicia o texto por meio de uma ou outra técnica. A consciência narrativa possibilita a construção de um texto que faz sentido para quem lê, ampliando as chances de conquista do(a) leitor(a) (Jeffe, 2023). No Direito, por exemplo, a capacidade de apresentar um caso real, situar o problema jurídico e conectar tudo isso à pesquisa é um exercício claro de consciência narrativa.

Exemplo:

Com consciência narrativa:

A proteção ao direito à moradia é um dos grandes desafios nas metrópoles brasileiras. Nos últimos anos, o aumento das ocupações urbanas evidenciou a dificuldade do Estado em garantir o acesso à habitação digna. Este trabalho analisa as decisões judiciais sobre reintegração de posse em áreas urbanas, buscando compreender em que medida o Judiciário tem conciliado o direito de propriedade com a função social da moradia.

Perceba que há um caminho: começa com o contexto geral, aponta o problema, apresenta o recorte e sinaliza o objetivo. O texto tem começo, meio e fim, guiando o(a) leitor(a) de forma orgânica.

Sem consciência narrativa:

A função social da moradia é importante, contudo, o Judiciário tem julgado constantemente casos a favor da reintegração de posse. Cabe destacar que existem decisões diferentes sobre o tema. Este trabalho busca abordar essa temática.

Aqui, as frases são soltas, sem conexão lógica, e o(a) leitor(a) não percebe uma progressão. Falta estrutura narrativa: o texto não conduz, apenas informa de forma fragmentada.

6.2.2 Clareza da intencionalidade

Clareza da intencionalidade refere-se à habilidade de deixar evidente, ao longo do texto, qual é o objetivo do(a) pesquisador(a). O leitor ou a leitora precisa entender, desde os primeiros parágrafos, o que está sendo buscado, qual a relevância daquela investigação e aonde o texto pretende chegar. Neste caso, escreve-se usando as palavras com maestria, sabendo claramente o porquê se faz o uso desta e não

daquela expressão (Jeffe, 2023). Quando há clareza de propósito, o texto se torna mais direto, objetivo e evita dispersões. No campo jurídico, isso significa não apenas situar o problema, mas também mostrar qual lacuna se pretende preencher ou que contribuição se espera oferecer à doutrina e à prática.

Exemplo:

Com clareza da intencionalidade:

Este estudo busca analisar em que medida as decisões judiciais relacionadas à reintegração de posse em áreas urbanas têm efetivado o direito à moradia previsto na Constituição Federal, propondo critérios para uma atuação jurisdicional mais equilibrada entre direito de propriedade e função social.

O(a) leitor(a) sabe exatamente qual é o objetivo do texto e o que esperar dele.

Sem clareza da intencionalidade:

O direito à moradia é um tema complexo. Nesse caso, é importante destacar que o Judiciário decide constantemente a favor da reintegração de posse. Sendo assim, é crucial analisar essas decisões.

Aqui, não fica claro o que será analisado, qual a intenção específica da pesquisa ou qual a contribuição pretendida. O texto fica genérico e disperso.

6.2.3 *Escrever pedagogicamente*

Escrever pedagogicamente é construir, por meio das palavras, verdadeiros caminhos de aprendizagem. O(a) pesquisador(a) que escreve pedagogicamente não se limita a informar ou descrever: ele(a) orienta, sugere conexões, provoca reflexões e facilita a compreensão do conteúdo.

É como se, mesmo sem determinar exatamente o trajeto de leitura, o texto fosse cuidadosamente planejado para que o(a) leitor(a) siga, naturalmente, o fluxo de raciocínio proposto. No Direito, isso pode ser feito, por exemplo, ao utilizar exemplos práticos, analogias, perguntas retóricas ou explicações detalhadas de conceitos complexos.

Exemplo:

Com escrita pedagógica:

A responsabilidade civil objetiva dispensa a comprovação de culpa, mas o que isso significa concretamente? Imaginemos um(a) trabalhador(a) que se acidenta devido a falha em equipamento de segurança. Tradicionalmente, seria necessário provar negligência do empregador - tarefa frequentemente complexa. Contudo, o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil (Brasil, 2002) revoluciona esta lógica: quando a atividade implica risco por sua própria natureza, dispensa-se a prova de culpa. Mas como identificar essas atividades?

Consideremos empresas de transporte público: mesmo com motoristas prudentes, transportar pessoas gera riscos inerentes. Se ocorrer acidente, a empresa responderá pelos danos independentemente de negligência, pois assumiu profissionalmente esses riscos. Assim, é possível afirmar que esta modalidade não apenas facilita o acesso à justiça para vítimas, mas incentiva maior investimento em prevenção por quem desenvolve atividades perigosas. A responsabilidade objetiva, portanto, equilibra desenvolvimento econômico e proteção social, constituindo instrumento fundamental para efetivação da justiça em nossa sociedade.

O texto orienta o(a) leitor(a), cria um cenário, faz perguntas implícitas, apresenta o caminho de análise e prepara o terreno para o aprendizado.

Sem escrita pedagógica:

A reintegração de posse em áreas urbanas é uma questão presente no âmbito do Judiciário. Por outro lado, a legislação prevê a função social da moradia. Nesse contexto, existem diferentes entendimentos sobre o tema.

O texto apenas traz informações, não sugere caminhos ou conexões, nem prepara o(a) leitor(a) para o raciocínio que virá. Não há preocupação em facilitar a compreensão ou estimular o aprendizado.

Por fim, para aprimorar essas habilidades, o(a) pesquisador(a) pode reler seus textos, pedir sugestões de outras pessoas especialistas na área e, sobretudo, se colocar no lugar do(a) leitor(a): meu texto conduz de forma confortável e acessível aos objetivos que posso com essa escrita? Fica claro o que pretendo dizer? Estou facilitando o entendimento ou apenas jogando informações?

7 Pergunta

Após a elaboração da introdução e a apresentação do contexto do projeto de pesquisa, chega o momento crucial em que o(a) pesquisador(a) revela o problema central de sua pesquisa. Este problema é geralmente sintetizado em uma pergunta que revela de forma organizada e de rápida compreensão, o que tem “preocupado” o(a) investigador(a). Esse passo não é mera formalidade, trata-se do verdadeiro ponto de convergência de toda a investigação.

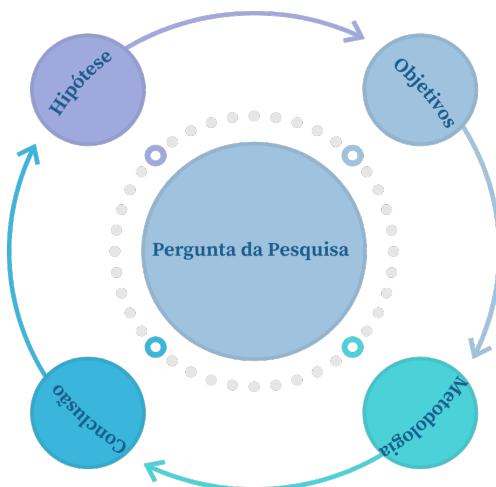
Consideramos que a pergunta de pesquisa é o epicentro da investigação acadêmica. Embora seja comum encontrar quem defende que os objetivos, a metodologia ou mesmo os resultados são o coração de uma pesquisa, entendemos que, na verdade, a pergunta é o principal elemento pois é a partir dela que todos os demais componentes da pesquisa são orientados. É como se a pergunta agisse como uma força gravitacional fazendo com que objetivos, metodologia, procedimentos, resultados e conclusões, girem ao seu redor. Sem a pergunta, nenhuma das fases de uma pesquisa faz sentido.

Tudo isso, porque qualquer pesquisa nasce da inquietação humana. É a curiosidade, muitas vezes alimentada por desafios práticos vivenciados no mundo jurídico, que move o(a) pesquisador(a) a mergulhar num fenômeno e buscar respostas. Seja ao se deparar com decisões judiciais conflitantes sobre um mesmo dispositivo legal, seja ao perceber lacunas de proteção em direitos fundamentais, é a indagação bem formulada que impulsiona o desenvolvimento do conhecimento.

Para evidenciar estes argumentos veja como cada etapa do projeto de pesquisa está intimamente vinculada à pergunta que foi formulada:

- **Hipóteses:** São possíveis respostas a essa pergunta inicial.
- **Objetivos (geral e específicos):** Servem para guiar a busca pela resposta.
- **Metodologia:** Entre tantas opções, será selecionada aquela capaz de fornecer as melhores evidências para solucionar a indagação central.
- **Conclusão:** Ao final, o(a) pesquisador(a) revisita a pergunta e analisa

se os dados e argumentos levantados ao longo do trabalho foram suficientes para respondê-la.



Sendo assim, fica evidente que a qualidade e a clareza da pergunta são fundamentais. Uma pergunta bem construída ilumina o caminho, evita dispersões e garante que todos os elementos do projeto estejam integrados, formando uma obra coesa e significativa.

Em suma, a pergunta de pesquisa não é apenas um ponto de partida; ela é o coração e a alma de toda investigação científica. É ela que mantém todos os componentes do projeto em diálogo, e, ao ser respondida, permite ao(a) pesquisador(a) contribuir de forma efetiva para o avanço do conhecimento jurídico.

7.1 Qualidades de uma boa pergunta científica

Se a pergunta de pesquisa é o eixo que sustenta todo o projeto acadêmico, dedicar tempo e atenção à sua elaboração é mais do que recomendável, é indispensável. No entanto, afirmar que a pergunta é fundamental não basta para orientar o(a) pesquisador(a) iniciante sobre como compor uma questão realmente eficaz. Por isso, vamos explorar algumas características essenciais que definem uma boa pergunta de pesquisa e sugerir dicas práticas para sua construção.

7.1.1 Clareza

Uma pergunta clara evita ambiguidades e facilita a compreensão tanto para

o(a) pesquisador(a) quanto para quem lê o projeto (Gil, 2022). A clareza delimita o que será investigado e impede interpretações equivocadas sobre o objetivo do estudo.



Dicas práticas

- ✓ Antes de formular a pergunta, liste os principais temas ou variáveis do seu interesse.
- ✓ Prefira termos simples e diretos; utilize linguagem técnica apenas quando necessário.
- ✓ Submeta sua questão a colegas da área: se precisar explicar demais o que quis dizer, é sinal de que pode ser aprimorada.
- ✓ Tente também apresentar sua pergunta a alguém fora do meio jurídico: se não for compreendida, avalie se pode simplificar a linguagem sem perder o rigor.

Exemplo no Direito:

Pergunta com pouca clareza: “Como funciona a justiça criminal?”

Esta é uma pergunta muito genérica e sua amplitude torna quase impossível para que uma única pesquisa seja capaz de respondê-la.

Pergunta com clareza: “Quais fatores legais influenciam a concessão de liberdade provisória nos processos criminais envolvendo crimes patrimoniais em Porto Velho?”

Neste caso, é o oposto do anterior, aqui é possível saber de antemão, o que o(a) pesquisador(a) buscará responder com seu estudo. Sua clareza vem da relação de causa e efeito que a maioria das pessoas são capazes de reconhecer, do vocabulário simplificado e, sobretudo, da especificidade de seu interesse.

7.1.2 Relevância

A pergunta deve tratar de um tema significativo para sua área, com potencial para impactar o debate acadêmico e a prática social (Marconi; Lakatos, 2021). Para tanto, aconselhamos que você interroga a sua própria pergunta, questionando-se: a) Essa pergunta contribui para resolver um problema real ou para compreender melhor um fenômeno relevante no Direito? b) Qual a importância de encontrar essa resposta para a sociedade, para a doutrina ou para a prática jurídica? c) As respostas

e conclusões alcançadas podem beneficiar minha comunidade?

Vejamos um exemplo de pergunta em que é evidente sua relevância social:

“De que forma as decisões do STF sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo impactam o reconhecimento de direitos patrimoniais no âmbito do Direito de Família?”

Os achados de um estudo mobilizado a partir de tal questionamento pode, entre tantas possibilidades, evidenciar a importância das decisões jurídicas em temas negligenciados por congressistas. Tais resultados podem impactar a atividade legislativa na esfera da garantia de direitos de populações minorizadas.

7.1.3 Viabilidade

É fundamental que a pergunta seja possível de ser respondida dentro das limitações de tempo, recursos e acesso a dados (Gil, 2022; Michel, 2009). É muito comum que iniciantes na pesquisa científica busquem desenvolver estudos extraordinários, contudo, nem sempre é possível executar uma grande ideia no tempo e com os recursos disponíveis. Assim, espetacular mesmo é desenvolver pesquisas, que mesmo “simples” são muito bem construídas e conduzidas, gerando resultados confiáveis.



Dicas práticas

- ✓ Pergunte-se tenho como obter dados e informações para responder a essa questão?
- ✓ O tema cabe no prazo que tenho para a pesquisa?

Exemplo:

Evite: “Como a corrupção afeta os sistemas judiciais?” (genérica)

Uma pergunta como essa, embora seja evidentemente importante, demandaria muito mais tempo e recursos do que poderia dispor um(a) pesquisador(a) que prepara um estudo como parte integrante de uma especialização. Projetos como esse podem levar uma vida toda.

Prefira: “Quais os principais desafios para a implementação de medidas anticorrupção nas varas federais de Rondônia?”

Neste caso, o(a) pesquisador(a) ainda atuará em seu campo de interesse (corrupção e impactos na Justiça), contudo, tendo maiores chances de começar, desenvolver e encerrar seu trabalho dentro de um limite de tempo razoável. Poderia, por exemplo, entrevistar magistrados(as) e a partir da análise destes conteúdos elaborar suas conclusões.

7.1.4 Foco

A pergunta precisa ser específica o suficiente para orientar e delimitar o campo da investigação. O foco tem muita relação com algumas habilidades já descritas, como a consciência e intencionalidade narrativas. Para que seu questionamento tenha foco no problema, considere as dicas que apresentaremos a seguir.



Dicas práticas

- ✓ Evite perguntas genéricas demais, termos ambíguos e construções estilísticas de texto que promovam elipse (ocultação de termos como sujeito ou verbo).
- ✓ Delimite recortes geográficos, temporais, de público ou de legislação, se possível.

Exemplo:

“Como são executados os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica nas cidades de Ji-Paraná, Vilhena e Cacoal de Rondônia?”

7.1.5 Originalidade

Embora nem toda pesquisa precise ser inédita, perguntas que tragam novas abordagens ou enfoques enriquecem o campo e ampliam os horizontes do saber. Mas não confunda originalidade com ineditismo. A originalidade advém do modo único ou peculiar como um(a) pesquisador(a) desenvolve uma pesquisa. Essa singularidade decorre da sua própria vida, das experiências, das crenças, das formas com que lidou com distintas situações ao longo de sua jornada de aprendizagem. Nesse quesito saia na frente quem já tem um bom conhecimento sobre si, sendo capaz de gerenciar fragilidades e potencializar habilidades em vista de seu crescimento.



Dicas práticas

- ✓ Já existem muitos estudos com essa mesma pergunta?
- ✓ Posso abordar o tema sob uma perspectiva ainda pouco explorada?
- ✓ Como meus saberes e histórias me permitem analisar essa questão de um ponto genuinamente singular?

7.1.6 Capacidade de gerar hipóteses

Uma boa pergunta deve permitir a formulação de hipóteses testáveis, que possam ser confirmadas ou refutadas ao longo do estudo. As hipóteses funcionam como possíveis respostas para o questionamento, sustentadas em pressupostos teóricos (Gil, 2022). É como uma atividade prospectiva do(a) pesquisador(a) que o projeta para o futuro, sem desconectá-lo do que realmente está fazendo.

7.1.7 Conexão com a literatura existente

A pergunta deve dialogar com bibliografia e debates já estabelecidos, mostrando que o(a) pesquisador(a) conhece o estado da arte do tema. Outra característica é que as perguntas fazem parte de um processo no qual um aprendizado não se consuma em si, mas torna-se alimento para os(as) futuros(as) pesquisadores(as). Ao conectar a pergunta com uma consistente base teórica, evidenciamos que fazemos parte da continuidade científica, além de gerarmos consistência acadêmica ao trabalho realizado. Tais elementos fortalecem a credibilidade de quem pesquisa e ampliam as chances de notoriedade dos produtos desenvolvidos pelo(a) pesquisador(a).



Dicas práticas

- ✓ Consulte artigos, livros e decisões recentes para alinhar sua questão ao debate atual.

7.1.8 Verificabilidade e/ou falseabilidade

Finalmente, a questão investigativa deve possibilitar a verificação por meio de métodos empíricos, análise objetiva ou fundamentação teórica consistente, permitindo que as hipóteses formuladas sejam submetidas a testes rigorosos mediante dados coletados e sustentação acadêmica sólida. É fundamental que a

pergunta de pesquisa seja verificável e/ou falseável, ou seja, que possa ser confirmada ou refutada por meio de evidências concretas, garantindo assim que a investigação transcenda meras especulações e estabeleça bases científicas genuínas para validação ou contestação das proposições apresentadas pelo(a) pesquisador(a) (Popper, 2005).

Essas características ajudam a garantir que a pergunta de pesquisa seja uma âncora sólida em torno da qual todo o trabalho se desenvolverá. Ao considerar essas qualidades na formulação de sua pergunta, o pesquisador aumenta suas chances de conduzir uma investigação bem-sucedida e significativa.

7.2 Construção da pergunta

Criar uma pergunta de pesquisa consistente e bem direcionada é um dos maiores diferenciais para o sucesso de qualquer investigação acadêmica, especialmente no Direito, onde os problemas são complexos e as respostas, muitas vezes, impactam diretamente a sociedade. Para facilitar a tarefa do(a) pesquisador(a) em formação, apresentamos um roteiro prático, dividido em etapas, para auxiliar na construção de uma pergunta de pesquisa sólida e relevante. Para criarmos este roteiro, usamos como base Gil (2022).

- **Escolha um tema geral**

Inicie com um tema amplo que desperte seu interesse e tenha relação com o universo jurídico. Este será o ponto de partida da sua jornada investigativa.

Exemplo:

Direitos Humanos e Acesso à Justiça.

- **Realize uma revisão bibliográfica**

Pesquise livros, artigos, teses e decisões recentes sobre o tema escolhido. Observe o que já foi amplamente discutido e, principalmente, onde existem lacunas, controvérsias ou temas pouco explorados. Essa etapa é essencial para garantir que sua pesquisa tenha relevância e originalidade.

Exemplo:

Ler trabalhos sobre barreiras enfrentadas por grupos vulneráveis no sistema de justiça brasileiro.

- **Identifique problemas ou desafios**

A partir da leitura e análise da bibliografia, identifique questões ou desafios que ainda não foram totalmente solucionados. Pergunte-se: Quais são os principais obstáculos? Existem pontos que geram divergências entre os(as) especialistas? Há algum aspecto pouco abordado?

Exemplo:

Obstáculos impedem comunidades de baixa renda de acessarem o Judiciário.

- **Formule a pergunta**

Com base nos problemas detectados, elabore sua pergunta de pesquisa. Lembre-se das qualidades: clareza, relevância, viabilidade, foco, originalidade, possibilidade de gerar hipóteses e de ser verificada cientificamente.

Exemplo:

Quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso à justiça para comunidades de baixa renda no Brasil?

- **Refine a pergunta**

Leia sua pergunta em voz alta, busque identificar ambiguidades, termos vagos ou questões muito amplas. Ajuste o texto até que a pergunta esteja precisa, específica e alinhada com os objetivos do estudo.

Exemplo:

Avalie se a pergunta permite delimitar quais estratégias serão analisadas (políticas públicas, atuação da defensoria, incentivos à mediação, etc.).

- **Teste a pergunta**

Apresente a pergunta a colegas, professores(as) ou profissionais da área. Peça opiniões sobre clareza, relevância e viabilidade. Se necessário, faça novos ajustes. Considere também perguntar a alguém fora do Direito se comprehende a essência do questionamento.

Exemplo:

Compartilhe a pergunta em grupos de estudo ou com um(a) orientador(a), familiares, colegas de trabalho. Caso eles tenham facilmente identificado o que você quer responder com essa pergunta, parabéns, você construiu uma ótima questão científica.

Por fim, eis a pergunta:

Quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso à justiça para comunidades de baixa renda no Brasil?

Essa pergunta é clara, relevante, focada, permite a formulação de hipóteses testáveis e pode ser verificada com base em dados, experiências práticas e bibliografia, ou seja, reúne todas as características de uma excelente pergunta de pesquisa.

8 Hipótese

Após definir a pergunta de pesquisa, surge um elemento central da investigação científica: as hipóteses. As hipóteses funcionam como bússolas, apontando possíveis respostas para a questão que motivou o estudo (Creswell; Creswell, 2021). Elas ajudam a organizar o raciocínio, guiar a coleta de dados e estruturar a análise, permitindo que o(a) pesquisador(a) caminhe de forma lógica e sistemática em busca de evidências (Marconi; Lakatos, 2021).

8.1 Conhecendo o que são hipóteses

De maneira simples, hipóteses são suposições fundamentadas, provisórias, mas plausíveis, que o(a) pesquisador(a) formula a partir do conhecimento já disponível sobre o tema (Gil, 2022). Elas representam tentativas de explicar um fenômeno, antecipar uma relação entre variáveis ou prever um resultado (Lima; Heidemann, 2023). Em outras palavras, a hipótese é uma resposta provável para a pergunta de pesquisa, que será testada ao longo do trabalho (Praia; Cachapuz; Gil-Pérez, 2002).

8.2 Dispensa de hipóteses

Nem toda pesquisa exige a formulação de hipóteses. Em investigações exploratórias, descritivas ou com abordagem qualitativa, muitas vezes o objetivo é compreender fenômenos, mapear situações ou levantar categorias, sem partir de respostas prévias (Garnica, 1997). Nesses casos, o(a) pesquisador(a) pode optar por não propor hipóteses, concentrando-se em descrever e analisar o objeto de estudo.

Por outro lado, quando a pesquisa busca explicar relações de causa e efeito, comparar grupos, testar teorias ou quantificar fenômenos, a elaboração de hipóteses se torna fundamental. Estudos com métodos quantitativos, por exemplo, quase sempre trabalham com hipóteses claras e bem definidas.

8.3 Elaboração de hipóteses

A construção das hipóteses exige lógica, base teórica e alinhamento com a pergunta de pesquisa. Elas devem ser (Praia; Cachapuz; Gil-Pérez, 2002):

- **Claras:** Deixe evidente qual é a relação ou o resultado esperado.
- **Testáveis:** Só formule hipóteses que possam ser verificadas empiricamente, com dados ou análise documental.
- **Coerentes:** Devem dialogar com a literatura e com os objetivos do estudo.
- **Específicas:** Evite enunciados vagos ou muito amplos.

Exemplo prático no Direito:

Pergunta de pesquisa:

Quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso à justiça para comunidades de baixa renda no Brasil?

Hipóteses possíveis:

1. A ampliação da Defensoria Pública é uma estratégia eficaz para reduzir as barreiras de acesso à justiça enfrentadas por comunidades de baixa renda.
2. O uso de plataformas digitais de atendimento jurídico aumenta o número de demandas judiciais ajuizadas por pessoas em situação de vulnerabilidade.

Perceba que cada hipótese está relacionada diretamente à pergunta, pode ser testada com dados (quantitativos ou qualitativos) e tem base em debates atuais do campo jurídico.

9 Objetivos

Após definir a pergunta de pesquisa e, quando pertinente, as hipóteses do estudo, chega o momento de estabelecer os objetivos do projeto. Os objetivos funcionam como o mapa da investigação: eles orientam o(a) pesquisador(a) sobre o que precisa ser alcançado ao longo do trabalho, direcionando esforços e recursos para que o percurso seja produtivo e coerente (Severino, 2017).

9.1 Objetivo geral

O objetivo geral representa a meta principal do estudo, aquilo que o(a) pesquisador(a) espera atingir ao final da investigação (Figueiredo, 2007). Ele está diretamente conectado à pergunta de pesquisa, funcionando quase como a tradução dela para uma ação concreta (Gil, 2022; Severino, 2017).

Tomemos como exemplo uma pesquisa que tenha como problema a seguinte pergunta: O objetivo geral responde à questão: “Quais estratégias podem ser implementadas para melhorar o acesso à justiça para comunidades ribeirinhas de Porto Velho?”

Para obter o objetivo geral, basicamente se converte o questionamento em uma afirmação, iniciando-a com um verbo no infinitivo, por exemplo:

“Identificar as estratégias que podem ser implementadas para melhorar o acesso à justiça para comunidades ribeirinhas de Porto Velho”.

9.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos detalham os passos necessários para alcançar o objetivo geral (Figueiredo, 2007). Eles são desdobramentos desse propósito maior e servem para organizar o roteiro da pesquisa, facilitando a divisão do trabalho em etapas menores e mais palpáveis (Severino, 2017). Cada objetivo específico orienta uma parte do estudo, tornando o processo mais claro, sistemático e mensurável.

Exemplo de objetivos específicos para o caso acima:

1. Identificar as principais barreiras enfrentadas por comunidades ribeirinhas de Porto Velho no acesso à justiça.
2. Mapear estratégias já utilizadas em outros contextos nacionais.
3. Avaliar a efetividade das iniciativas já promovidas por órgãos da justiça.

Cada objetivo específico contribui para a construção da resposta à pergunta central, compondo um percurso lógico que se inicia com o diagnóstico do problema e culmina com a proposição de soluções.

9.3 Construção de objetivos específicos

Seguem algumas sugestões para a construção dos objetivos específicos:

✓ **Utilize verbos no infinitivo:** analisar, identificar, investigar, propor, comparar, avaliar, etc

✓ **Seja direto(a)** e evite ambiguidades.

Certifique-se de que cada objetivo específico seja exequível e mensurável dentro dos limites do seu projeto.

✓ **Mantenha a coerência** entre o objetivo geral, os objetivos específicos e a pergunta de pesquisa, todos devem estar alinhados.

✓ **Por fim**, quando for escrever seus objetivos, lembre-se de utilizar verbos que expressem com clareza o que de fato você pretende realizar em cada etapa do estudo. É muito comum os(as) pesquisadores(as) recorrerem a Taxonomia de Bloom. Trata-se de uma classificação que organiza diferentes níveis de aprendizagem e de complexidade cognitiva. Ao usar verbos da Taxonomia de Bloom o(a) pesquisador(a) consegue definir a profundidade do que deseja alcançar, tornando os objetivos mais fáceis de serem compreendidos e mensuráveis.

Como você pode perceber, enquanto o objetivo geral responde ao “grande porquê” da pesquisa, os objetivos específicos detalham o “como” esse propósito será atingido. Juntos, eles organizam o caminho do(a) pesquisador(a) e garantem que a investigação seja conduzida de forma ordenada, lógica e transparente.

10 Metodologia

A metodologia é um dos pilares do trabalho científico. Ela funciona como um verdadeiro mapa, guiando o(a) pesquisador(a) e o(a) leitor(a) pelo percurso traçado para responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos propostos (Gil, 2022; Mezzaroba; Monteiro, 2023). No entanto, é comum que estudantes e até mesmo profissionais experientes fiquem inseguros(as) diante da vasta gama de métodos disponíveis. Afinal, são inúmeras as possibilidades: pesquisa qualitativa, quantitativa, mista, estudo de caso, pesquisa de campo, análise documental, análise de entrevistas, análise do discurso, análise comparada, observação participante, pesquisa-ação, etnografia, entre outras.

O objetivo deste Manual não é, nem poderia ser, esgotar o estudo de cada uma dessas metodologias. O foco aqui é outro: ajudar o(a) pesquisador(a) a entender como escolher o caminho metodológico mais adequado para sua investigação e, sobretudo, como descrever essa escolha de maneira clara, organizada e responsável.

10.1 Escolha da metodologia

A escolha metodológica representa um dos momentos mais delicados do processo investigativo. Frequentemente, pesquisadores(as) iniciantes cometem o equívoco de partir diretamente para técnicas de coleta de dados sem estabelecer uma conexão sólida entre suas indagações centrais e os caminhos metodológicos disponíveis. Essa desconexão pode comprometer toda a estrutura do trabalho, resultando em achados superficiais ou inadequados aos propósitos estabelecidos.

O retorno constante à pergunta norteadora funciona como uma bússola durante todo o percurso metodológico. É um diálogo permanente que orienta desde a seleção das técnicas até a interpretação dos resultados. Cada questionamento carrega consigo especificidades que demandam abordagens particulares, e ignorar essas nuances pode levar a conclusões distorcidas ou incompletas.

Quando nos deparamos com investigações voltadas à compreensão de fenômenos subjetivos, como percepções, vivências ou significados atribuídos pelos sujeitos, os métodos qualitativos surgem como as alternativas mais adequadas.

Tomando o exemplo de um estudo sobre a percepção de defensoras públicas acerca da Lei Maria da Penha, seria plausível o uso de técnicas de natureza qualitativa como a análise de conteúdo.

A adequação metodológica, portanto, não se resume a uma escolha técnica, mas constitui uma decisão epistemológica que define os limites e possibilidades do conhecimento a ser produzido. Nesse sentido, apresentamos alguns elementos relevantes a serem considerados para uma tomada de decisão mais precisa sobre o método.

10.1.1 *Tipo de dados*

Se pretende quantificar padrões, como levantar o número de decisões favoráveis a determinado direito em um tribunal específico, métodos quantitativos, como análise estatística de processos ou aplicação de questionários estruturados, podem ser mais pertinentes. Para estudos que buscam adentrar em aspectos mais subjetivos, é aconselhável o uso de métodos qualitativos.

10.1.2 *Complexidade do objeto ou fenômeno estudado*

A realidade social apresenta múltiplas dimensões que raramente se ajustam aos limites de uma única abordagem metodológica. O(a) pesquisador(a) precisa reconhecer que determinados fenômenos exigem olhares complementares para serem adequadamente compreendidos e analisados (Mezzaroba; Monteiro, 2023). Esta constatação não representa uma limitação do trabalho científico, mas sim o reconhecimento de que a complexidade dos objetos de estudo demanda estratégias investigativas igualmente sofisticadas.

Consideremos, por exemplo, uma pesquisa sobre desigualdades educacionais em escolas públicas. Uma abordagem exclusivamente quantitativa poderia fornecer dados significativos sobre índices de evasão, notas em avaliações padronizadas e indicadores socioeconômicos dos(as) estudantes. Contudo, esses números, por si só, não revelariam as dinâmicas cotidianas que produzem e reproduzem tais desigualdades. As práticas pedagógicas, as relações interpessoais, as expectativas dos(as) professores(as) e as estratégias de resistência dos(as) alunos(as) constituem elementos fundamentais que escapam à mensuração estatística.

Nesse cenário, a incorporação de métodos qualitativos, como a observação

participante, entrevistas com diferentes participantes escolares e análise documental, estes procedimentos ampliam significativamente o potencial explicativo da investigação. Os dados quantitativos continuam relevantes, mas ganham nova profundidade quando contextualizados pelas narrativas e práticas identificadas por meio das técnicas qualitativas.

10.1.3 A Expertise do(a) pesquisador(a) na metodologia

A seleção de procedimentos metodológicos não pode ignorar também as competências técnicas e a experiência prévia do(a) pesquisador(a) (Gil, 2025). Por mais adequada que uma determinada abordagem possa parecer em termos teóricos, sua implementação inadequada compromete irremediavelmente a qualidade dos resultados obtidos. Essa consideração reconhece que cada metodologia exige domínio específico para ser executada com rigor científico.

Métodos aparentemente simples podem revelar complexidades insuspeitadas durante sua aplicação. A elaboração de questionários, por exemplo, demanda conhecimentos sobre escalas de mensuração, técnicas de amostragem, redação de perguntas não tendenciosas e análise estatística apropriada (Gil, 2025; Monteiro, 2024). Um(a) pesquisador(a) inexperiente nessas técnicas pode produzir instrumentos com vieses significativos, comprometendo a validade de todo o estudo. Questões mal formuladas induzem respostas específicas, amostras inadequadamente selecionadas impedem generalizações e análises estatísticas equivocadas levam a conclusões errôneas (Bispo Junior, 2022).

A situação torna-se ainda mais delicada quando consideramos métodos qualitativos, que exigem habilidades interpretativas refinadas e sensibilidade para captar nuances do discurso e do comportamento humano (Chizzotti, 2006; Minayo, 2017). A condução de entrevistas em profundidade não se resume à aplicação de um roteiro pré-estabelecido. O(a) entrevistador(a) precisa desenvolver *rapport* com os(as) participantes, formular perguntas de aprofundamento no momento adequado, lidar com silêncios e resistências, além de manter neutralidade diante de relatos que podem contradizer suas expectativas ou convicções pessoais (Oliveira, 2007).

Em outros casos, o domínio de *softwares* especializados representa outro aspecto crucial, especialmente em tempos de crescente digitalização das práticas de pesquisa. Programas de análise estatística como SPSS ou R exigem treinamento específico, assim como softwares de análise qualitativa como NVivo ou Atlas.ti. O(a) pesquisador(a) que não domina essas ferramentas pode subutilizar seus recursos ou,

pior ainda, aplicar procedimentos inadequados que comprometem a confiabilidade dos resultados.

10.2 Descrição do método

Independentemente do método escolhido, alguns elementos são indispensáveis na redação da seção metodológica. Eles garantem a transparência, a reproduzibilidade e a credibilidade do seu estudo. Consideramos que um bom detalhamento metodológico contempla (Gil, 2022: 2025):

- ✓ **Tipo de pesquisa:** Indique se a pesquisa é exploratória (buscando conhecer melhor um tema pouco estudado), descritiva (caracterizando fenômenos), explicativa (buscando causas e consequências), qualitativa, quantitativa ou mista.
- ✓ **Método(s):** Especifique quais métodos serão aplicados: análise documental, análise jurisprudencial, entrevistas, questionários, estudo de caso, observação, etc.
- ✓ **Procedimentos de coleta de dados:** Detalhe como os dados serão obtidos. Por exemplo: levantamento de acórdãos em tribunais superiores, aplicação de questionários a advogados(as), entrevistas com vítimas de violência doméstica, análise de legislações comparadas.
- ✓ **Critérios de seleção:** Explique como escolheu ou escolherá os participantes, processos, documentos ou períodos analisados. Por exemplo: “Foram selecionadas decisões do Tribunal de Justiça de Rondônia proferidas entre 2020 e 2024 sobre guarda compartilhada”.
- ✓ **Procedimentos de análise:** Descreva como os dados ou conteúdos serão tratados. Se utilizará análise de conteúdo, explique as categorias e o processo de codificação. Se for análise estatística, detalhe os testes, ferramentas ou softwares que serão empregados.

Exemplo:

Esta pesquisa caracteriza-se como explicativa e qualitativa, buscando compreender as causas da baixa taxa de condenação em casos de violência psicológica sob a Lei Maria da Penha. O estudo analisará acórdãos no Tribunal de Justiça de Rondônia entre os anos de 2020 e 2025. As buscas ocorrerão no site do referido

Tribunal utilizando os descritores “violência psicológica” e “Lei Maria da Penha”. Será utilizado o seguinte critério de seleção: Exclusivamente acórdãos de segunda instância sobre violência psicológica. Como procedimento de análise, adotar-se-á a Análise de Conteúdo temática, nos moldes propostos por Bardin (2015).

Por fim, lembre-se: a metodologia é um componente essencial de qualquer pesquisa científica, servindo como guia para o desenvolvimento do estudo e garantindo que os resultados sejam confiáveis e replicáveis. Ao descrever a metodologia, é crucial ser claro(a) e detalhado(a), abordando o tipo de pesquisa, os métodos de coleta e análise de dados, os critérios de seleção e os aspectos éticos. Esta clareza não só fortalece a credibilidade do trabalho, como também facilita a compreensão e a reprodução dos resultados por outros(as) pesquisadores(as).

A condução ética de pesquisas científicas é fundamental para garantir a integridade dos estudos e a proteção dos direitos e do bem-estar dos participantes. Esta é uma parte muito importante que todos(as) pesquisadores(as) precisam conhecer, mesmo aqueles(as) que não realizam com frequência pesquisas de natureza empírica, pois a ética é o cerne em qualquer estudo (Diniz; Guilhem, 2008).

No Brasil, a pesquisa com seres humanos é regulada pela Lei nº 14.874/2024. Essa normativa traz diretrizes específicas que devem ser observadas pelos(as) pesquisadores(as). Um dos eixos mais importantes desta lei diz respeito à obrigatoriedade da submissão de alguns tipos de pesquisas a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Antes de compreender de modo mais aprofundado sobre os procedimentos necessários para execução de uma pesquisa sistematicamente alinhada aos regimentos éticos, é importante levar em consideração que as pesquisas que demandam maior observância ética podem ser, basicamente, de três tipos:

Pesquisas Clínicas/Médicas/Biológicas

Estudos como a criação de medicamentos, vacinas ou trabalhos com material genético.



Pesquisas com Animais

Estudos que visam explorar comportamento, reprodução ou genética dos animais.

Pesquisas Ciências Humanas/Sociais

Estudos com temas como identidade, raça, sexualidade e violência, geralmente vinculadas às ciências humanas e sociais.

Estas três modalidades de pesquisa, além da observância rigorosa de todos os procedimentos científicos estabelecidos, devem atender escrupulosamente às disposições da Lei nº 14.874/2024, necessitando ser submetidas obrigatoriamente a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) quando envolvem seres humanos, enquanto investigações que utilizam animais devem ser avaliadas pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA). Esta exigência legal assegura que toda pesquisa científica respeite princípios éticos fundamentais, protegendo a dignidade e os direitos dos(as) participantes envolvidos(as) no processo investigativo.

11.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um órgão vinculado à instituição, pública ou privada, que realiza estudos científicos. Composto por profissionais de diferentes áreas, incluindo profissionais da saúde, ciências e outras áreas do conhecimento e, em seu novo formato definido pela Lei nº 14.874/2024, por membros da sociedade civil.

Esse colegiado possui uma função tanto consultiva quanto deliberativa. Ele atua de forma independente e autônoma, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes dos estudos (Brasil, 2024). Antes do início e durante toda a realização da pesquisa, o CEP analisa, revisa e aprova os protocolos de pesquisa, incluindo as mudanças posteriores, além de avaliar os métodos e materiais utilizados para obter e registrar o consentimento informado, livre e esclarecido, dos indivíduos (Brasil, 2024).

11.2 Lei nº 14.874/2024

A Lei nº 14.874, promulgada em 28 de maio de 2024, representa um marco regulatório que reformulou significativamente o sistema brasileiro de pesquisas envolvendo seres humanos, mas sua aprovação suscita importantes reflexões sobre os rumos da ética em pesquisa no país. Esta legislação estabelece princípios, diretrizes e regras específicas para a condução de investigações científicas por instituições públicas ou privadas, além de instituir formalmente o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Brasil, 2024).

O surgimento deste novo regimento que disciplina a pesquisa com humanos no Brasil, surgiu em um contexto de tensões entre interesses comerciais e proteção

de participantes que marcaram todo o processo legislativo de aproximadamente nove anos (Pyrrho; Barcellos; Cambraia, 2024). A Lei 14.874/24 estabelece uma arquitetura institucional hierarquizada com os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) classificados como credenciados (para pesquisas de risco baixo e moderado) e acreditados (para pesquisas de risco elevado). Embora esta diferenciação possa permitir maior especialização, críticos alertam que a flexibilização dos tempos de análise e procedimentos pode comprometer a qualidade da avaliação ética, priorizando velocidade sobre proteção adequada dos(as) participantes.

Para pesquisadores(as) do campo jurídico, a nova lei representa uma mudança paradigmática na condução de investigações empíricas. Estudos que envolvam entrevistas, aplicação de questionários, análise de documentos pessoais ou qualquer forma de interação com seres humanos devem obrigatoriamente ser submetidos aos CEPs competentes, respeitando os procedimentos estabelecidos e aguardando aprovação prévia antes do início da coleta de dados.

11.3 Procedimentos antes da realização da pesquisa

Quando um(a) pesquisador(a) decide realizar um estudo, o primeiro passo importante é avaliar se o projeto se enquadra naquelas pesquisas que precisam passar pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Essa análise inicial é fundamental para garantir que o estudo respeite as normas e princípios éticos, protegendo os participantes e garantindo a responsabilidade social da pesquisa. A avaliação ética pelo CEP é obrigatória para todas as pesquisas que envolvem seres humanos, direta ou indiretamente (Brasil, 2024). A seguir, detalhamos as situações em que é necessário submeter seu projeto ao CEP.

Pesquisas que envolvem seres humanos: Qualquer estudo que envolva a participação de seres humanos, seja por meio de interação direta (como entrevistas, questionários, testes ou observações) ou indireta (como análise de dados pessoais, registros médicos ou material biológico, ou mesmo materiais confidenciais como registros de ocorrência policial em seu teor), deve ser submetido ao CEP (Brasil, 2024). Isso inclui, mas não se limita a:

- ✓ **Entrevistas e questionários:** Coleta de informações diretamente com os participantes, seja presencialmente, por telefone ou online.
- ✓ **Análise de dados pessoais:** Utilização de informações que possam identificar indivíduos, como registros médicos, fichas escolares, dados de pesquisas anteriores, entre outros.
- ✓ **Pesquisas clínicas:** Estudos que envolvem intervenções médicas, tratamentos, uso de medicamentos ou dispositivos médicos em participantes.
- ✓ **Estudos observacionais: Observação e registro de comportamentos humanos em contextos naturais ou controlados.**
- ✓ **Pesquisas genéticas e biobancos:** Coleta, armazenamento e análise de material genético humano ou dados biológicos.

11.4 Pesquisas em ciências humanas e sociais

Mesmo pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, que muitas vezes não envolvem intervenções clínicas, precisam ser submetidas ao CEP. Isso se aplica a estudos que:

- **Coletam dados sensíveis:** Informações sobre opiniões, comportamentos, crenças, identidade, saúde mental, entre outros.
- **Envolvem grupos vulneráveis:** Pesquisas com populações como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas, pessoas em situação de rua, entre outros.
- **Realizam observação participante:** Onde o(a) pesquisador(a) se envolveativamente no ambiente dos participantes.

- **Estudo de caso jurídico:** Se você está conduzindo um estudo de caso que envolve entrevistas com advogados(as), juízes e partes envolvidas em processos judiciais, é necessário submeter o projeto ao CEP.
- **Análise de decisões judiciais:** Se a análise inclui dados pessoais identificáveis de réus ou vítimas, mesmo que obtidos de registros públicos, ou são processos de segredo de justiça, deve ser submetida ao CEP.

Em casos em que o estudo exija a submissão ao CEP, o(a) pesquisador(a) deve elaborar um projeto detalhado, que contemple todos os aspectos metodológicos e éticos envolvidos. Esse projeto precisa ser bem organizado, claro e coerente, pois será avaliado pelo comitê, que verificará se o estudo respeita os direitos dos participantes, as normas de confidencialidade e o bem-estar de quem participa da pesquisa (Ministério da Saúde, 20–).

Depois de finalizado, o(a) pesquisador(a) deve estar vinculado(a) ao respectivo Comitê de Ética, que pode estar na própria instituição de ensino ou pesquisa. Além disso, é necessário estar inscrito(a) na **Plataforma Brasil**, um sistema online criado pelo Ministério da Saúde para facilitar a submissão, o acompanhamento e a gestão dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos (Ministério da Saúde, 20–). Por essa plataforma, o(a) pesquisador(a) envia o projeto ao sistema, que encaminha para o comitê responsável e também permite acompanhar os pareceres, as possíveis solicitações de ajustes e a aprovação final.

Nesse processo, é importante lembrar que o(a) pesquisador(a) deve estar sempre atento(a) às orientações do sistema e do comitê, garantindo que toda a documentação esteja correta e atualizada. A pesquisa só pode ser iniciada após parecer favorável do CEP. Qualquer violação a isso pode ser apreciada e acarretar penalidades até mesmo de ordem cível e criminal. Essa rotina, embora pareça detalhada, é essencial para que a pesquisa seja válida, ética e reconhecida pela comunidade científica e pelos órgãos reguladores.

11.5 Documentos

Outra orientação importante, antes de submeter uma pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é reunir toda a documentação exigida para garantir que

o projeto seja avaliado de forma completa e adequada. Cada CEP tem um calendário de reuniões e para que o projeto seja analisado sem que comprometa o cronograma do(a) pesquisador(a), é preciso estar atento ao seu funcionamento e enviar um projeto consistente que não tenha que ser refeito. Entre os principais documentos estão:

- **Projeto detalhado da pesquisa**, que deve incluir a descrição dos procedimentos, objetivos, métodos e instrumentos que serão utilizados. Os instrumentos utilizados, como roteiros de entrevistas, protocolos de observação ou de coleta de dados, devem estar bem elaborados. É importante destacar que, embora esses instrumentos possam ser apresentados na submissão, aqueles que são privativos, como testes psicológicos específicos, devem ser mencionados, mas não anexados, pois possuem restrições de uso (Ministério da Saúde, 20–).
- **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, que será assinado pelos participantes, autorizando sua participação após receber todas as informações necessárias (Brasil, 2024). Para pesquisas com menores ou pessoas incapazes, também é necessário o **Termo de Assentimento**, que será assinado pelos próprios participantes ou responsáveis (Brasil, 2024).
- **Termo de anuênci**a: usado quando a pesquisa será realizada em instituições, como escolas, hospitais, igrejas ou órgãos públicos, deve-se apresentar a anuênci formal da instituição, demonstrando autorização para a realização do estudo em suas dependências (Brasil, 2024).
- **Folha de rosto** assinada pelo setor responsável da instituição ou pela autoridade competente a qual o(a) pesquisador(a) está vinculado. Esse documento fica disponível na Plataforma Brasil ao final do processo de submissão e anexado antes de finalizar o envio. Essa documentação garante que a pesquisa está respaldada e autorizada, promovendo sua realização de forma ética e responsável (Ministério da Saúde, 20–).

11.6 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

No universo da pesquisa científica, existe um documento que simboliza o encontro entre o rigor acadêmico e o respeito pela dignidade humana: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mais conhecido pela sigla TCLE. Este instrumento representa muito mais do que uma exigência burocrática; ele materializa o princípio fundamental de que toda pessoa tem o direito inalienável de decidir sobre sua própria participação em estudos científicos, baseando-se em informações completas e compreensíveis sobre o que isso implica.

A essência do TCLE reside na transformação da linguagem científica complexa em comunicação humana genuína. Diferentemente de outros documentos acadêmicos que podem se refugiar no jargão técnico, este termo precisa estabelecer uma ponte real entre o(a) pesquisador(a) e o(a) potencial participante (Brasil, 2024). A Lei 14.874/2024 cristaliza essa necessidade ao exigir redação em linguagem simples, clara e acessível, reconhecendo que a verdadeira informação só existe quando há compreensão efetiva por parte de quem a recebe.

A elaboração de um TCLE eficaz demanda que o(a) pesquisador(a) realize um exercício constante de empatia e autocritica. Cada frase deve ser submetida ao teste da clareza: “uma pessoa sem formação na minha área conseguiria entender exatamente o que estou propondo?” Esta pergunta deve nortear todo o processo de redação, forçando o abandono de termos técnicos desnecessários e a adoção de explicações que respeitem a inteligência do(a) leitor(a) sem pressupor conhecimentos especializados (Witiuk *et al.*, 2018).

O documento deve iniciar apresentando a pesquisa de forma envolvente, mas honesta. O título do estudo precisa ser acompanhado de uma explicação sobre seus objetivos que desperte interesse sem criar falsas expectativas (Souza *et al.*, 2013). É aqui que o(a) pesquisador(a) deve demonstrar sua capacidade de comunicar a relevância de seu trabalho para além dos muros acadêmicos, explicando por que aquela investigação merece o tempo e a atenção de pessoas comuns.

A identificação completa do(a) pesquisador(a) responsável vai além de dados burocráticos como nome e titulação. Deve incluir informações que estabeleçam confiança e acessibilidade: formas de contato claras, horários de disponibilidade e, quando apropriado, uma breve apresentação que humanize a figura do(a) cientista.

Os(as) participantes têm o direito de saber quem está conduzindo a pesquisa e como podem encontrar essa pessoa quando necessário (Souza *et al.*, 2013).

A **discussão sobre riscos e desconfortos** representa um dos aspectos mais delicados do TCLE. Aqui, o(a) pesquisador(a) enfrenta o desafio de ser completamente honesto(a) sem ser alarmista. Riscos mínimos não devem ser minimizados ao ponto de serem ignorados, mas também não podem ser dramatizados desnecessariamente. A linguagem deve ser precisa e tranquilizadora simultaneamente, explicando não apenas quais desconfortos podem ocorrer, mas também sua probabilidade, duração e as medidas preventivas que serão adotadas (Brasil, 2024; Castro *et al.*, 2020).

Quando se trata de pesquisas com riscos mais elevados, a responsabilidade do(a) pesquisador(a) se intensifica exponencialmente. O documento deve **detalhar protocolos de segurança, procedimentos de emergência e garantias de assistência médica quando aplicável** (Brasil, 2024). Nestes casos, é fundamental que o texto transmita seriedade e competência, demonstrando que todos os cenários possíveis foram antecipados e que existem planos estruturados para lidar com qualquer eventualidade.

A questão dos benefícios merece abordagem particularmente cuidadosa. Embora muitas pesquisas não ofereçam vantagens diretas aos(as) participantes, é importante contextualizar a contribuição dentro de um panorama mais amplo de avanço do conhecimento. O(a) pesquisador(a) deve evitar promessas vazias, mas pode legitimamente destacar como os resultados poderão influenciar políticas públicas, práticas profissionais ou o desenvolvimento de novas abordagens em sua área (Souza *et al.*, 2013).

A **confidencialidade dos dados** representa um pilar fundamental que deve ser tratado com a seriedade que merece. O documento precisa explicar detalhadamente como as informações serão coletadas, armazenadas, analisadas e, eventualmente, descartadas. Os(as) participantes devem compreender exatamente quem terá acesso aos seus dados, por quanto tempo eles serão mantidos e quais medidas de segurança protegerão sua privacidade (Brasil, 2024). Em tempos de crescente preocupação com proteção de dados pessoais, essa transparência se torna ainda mais crucial.

O tratamento da **voluntariedade no TCLE** exige um equilíbrio delicado entre o convite atrativo e a liberdade genuína de recusa. O texto deve deixar absolutamente claro que a não participação não acarretará qualquer tipo de prejuízo,

constrangimento ou retaliação (Assumpção *et al.*, 2016). Esta garantia precisa ser especialmente enfatizada quando a pesquisa envolve relações hierárquicas, como estudos com estudantes, funcionários(as) ou pacientes, onde pode haver pressão implícita para aceitar a participação.

A redação do TCLE deve considerar também aspectos culturais e socioeconômicos do público-alvo. Expressões que soam naturais em determinados contextos podem ser incompreensíveis ou mesmo ofensivas em outros (Assumpção, *et al.*, 2016). O(A) pesquisador(a) precisa conhecer sua audiência e adaptar a linguagem adequadamente, sempre mantendo o respeito e a dignidade como valores inegociáveis.

Um aspecto frequentemente subestimado é a importância de explicar os procedimentos de forma cronológica e detalhada. Os(As) participantes têm o direito de saber exatamente o que acontecerá durante sua participação: quanto tempo durará cada etapa, onde ocorrerão as atividades, que tipo de perguntas serão feitas ou que procedimentos serão realizados. Esta previsibilidade ajuda a reduzir ansiedades e permite uma decisão mais informada.

O processo de obtenção do consentimento merece atenção especial que vai além da simples assinatura do documento. O(a) pesquisador(a) deve estar preparado(a) para conduzir uma conversa genuína sobre a pesquisa, esclarecendo dúvidas e verificando se houve compreensão real das informações apresentadas. Este momento de diálogo pode revelar preocupações específicas do(a) participante e permitir ajustes que tornem a experiência mais confortável para ambas as partes.

A análise do TCLE pelos Comitês de Ética em Pesquisa representa um momento crucial onde a qualidade do documento é rigorosamente avaliada. Estes comitês funcionam como guardiões dos direitos dos(as) participantes, examinando cada aspecto do termo para garantir que ele cumpra efetivamente sua função protetiva (Ministério da Saúde, 20–). Um documento bem elaborado facilita esse processo e demonstra o comprometimento ético do(a) pesquisador(a).

Situações especiais demandam adaptações específicas no TCLE. Pesquisas longitudinais, que acompanham participantes por longos períodos, precisam abordar questões como mudanças nos protocolos ao longo do tempo e a necessidade de novos consentimentos. Estudos que envolvem populações vulneráveis requerem cuidados adicionais na linguagem e nas garantias oferecidas.

A evolução tecnológica também impacta a elaboração dos TCLEs contemporâneos. Pesquisas que utilizam plataformas digitais, coletam dados online ou empregam inteligência artificial precisam explicar essas tecnologias de forma acessível e abordar questões específicas de privacidade digital. O(a) pesquisador(a) deve ser capaz de traduzir conceitos como criptografia, armazenamento em nuvem ou algoritmos de análise em linguagem que qualquer pessoa possa compreender, sem comprometer a precisão técnica das informações.

A questão da compensação financeira ou de outras formas de ressarcimento merece tratamento transparente no TCLE. Quando existem reembolsos por despesas de transporte, alimentação ou tempo dedicado, isso deve ser claramente explicado, incluindo valores, formas de pagamento e critérios para recebimento. É fundamental deixar claro que qualquer compensação não deve ser interpretada como coerção para participação, mas sim como reconhecimento justo pelos custos e tempo investidos pelo(a) participante.

A preservação da autonomia do(a) participante se estende além do momento inicial de consentimento. O TCLE deve explicar claramente como alguém pode retirar seu consentimento durante o andamento da pesquisa, que informações serão necessárias para esse processo e o que acontecerá com os dados já coletados dessa pessoa. Esta informação deve ser apresentada de forma que não desencoraje a participação inicial, mas que garanta total segurança sobre a possibilidade de saída (Castro *et al.*, 2020).

A responsabilidade social da pesquisa também deve encontrar espaço no TCLE por meio da explicação sobre como os resultados serão divulgados e compartilhados com a comunidade científica e a sociedade em geral. Participantes da pesquisa têm o direito de saber como sua contribuição se transformará em conhecimento público e como poderão acessar os resultados finais do estudo do qual fizeram parte (Castro *et al.*, 2020).

A revisão e atualização periódica do TCLE representa uma prática essencial que muitas vezes é negligenciada. Mudanças na legislação, evolução dos conhecimentos sobre riscos e benefícios, ou alterações nos protocolos de pesquisa podem exigir modificações no documento. O(A) pesquisador(a) deve estabelecer rotinas de revisão e estar preparado(a) para obter novos consentimentos quando mudanças substanciais forem necessárias.

Por fim, é importante reconhecer que o TCLE exemplar é aquele que consegue equilibrar rigor científico com sensibilidade humana. Ele deve informar completamente sem intimidar, ser preciso sem ser hermético, e proteger sem ser paternalista. O documento ideal é aquele que, após ser lido, deixa o(a) potencial participante se sentindo respeitado(a), informado(a) e genuinamente livre para tomar uma decisão consciente sobre sua participação. Quando um TCLE alcança esse objetivo, ele transcende sua função burocrática para se tornar um instrumento real de proteção ética e um facilitador do avanço responsável do conhecimento científico.

11.7 O Termo de Assentimento

Quando falamos sobre pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, surge uma questão fundamental: como garantir que esses jovens participantes compreendam verdadeiramente o que está acontecendo e concordem de forma consciente? É aqui que entra o Termo de Assentimento (TA).

O TA é um documento que representa muito mais do que uma simples formalidade burocrática. Trata-se de uma ferramenta ética essencial que reconhece a capacidade de crianças e adolescentes de compreender informações sobre uma pesquisa e expressar sua vontade de participar ou não.

Diferentemente do TCLE, que é assinado exclusivamente pelos(as) participantes diretos da pesquisa, o TA é direcionado especificamente ao(à) menor de 18 anos. Ele funciona como uma ponte entre o mundo adulto da pesquisa científica e o universo infantojuvenil, traduzindo conceitos complexos em linguagem acessível (Brasil, 2024). O documento busca estabelecer um diálogo respeitoso com o jovem participante, reconhecendo sua autonomia em desenvolvimento e sua capacidade de tomar decisões sobre sua própria participação na pesquisa.

A elaboração deste documento exige cuidado e sensibilidade dos pesquisadores. O texto deve considerar a faixa etária dos participantes, utilizando vocabulário e estruturas de frase que facilitem a compreensão (Fialho; Dias; Rego, 2022). Para crianças menores, é útil incluir elementos visuais, como desenhos ou símbolos, que ajudem a explicar os procedimentos. Para adolescentes, a linguagem pode ser mais elaborada, mas a clareza deve ser sempre a prioridade.

O momento de aplicação do TA segue diretrizes bem estabelecidas. No Brasil, ele é obrigatório para pesquisas envolvendo participantes até 18 anos incompletos (Brasil, 2024). É importante ressaltar que o assentimento não substitui a autorização dos pais ou responsáveis, mas sim a complementa, criando uma dupla proteção ética para a criança ou o adolescente.

Quanto à linguagem utilizada no termo de assentimento, deve fugir completamente do “juridiquês” típico de documentos formais. Expressões como “procedimentos metodológicos”, por exemplo, devem dar lugar a explicações simples como “o que você vai fazer durante a pesquisa...”. O tom deve ser acolhedor e conversacional, como se o(a) pesquisador(a) estivesse explicando pessoalmente para o(a) jovem o que acontecerá. Frases na primeira pessoa, por exemplo, “você vai responder algumas perguntas”, são preferíveis às construções impessoais como “o(a) participante será submetido a questionário”.

Sobre o conteúdo, o documento deve abordar elementos fundamentais de forma didática (Cosac, 2025). A explicação sobre o objetivo da pesquisa precisa ser clara e direta: “Queremos descobrir como os(as) estudantes da sua idade se sentem na escola”. Os procedimentos devem ser descritos passo a passo, incluindo informações sobre duração e local. É crucial explicar os possíveis riscos e desconfortos em linguagem apropriada, assim como as estratégias adotadas para minimizá-los, além dos benefícios esperados. O documento deve enfatizar que a participação é voluntária e que o(a) jovem pode desistir a qualquer momento sem qualquer tipo de punição ou prejuízo.

Um aspecto frequentemente negligenciado é a importância de **explicar como as informações serão protegidas e utilizadas**. Crianças e adolescentes precisam entender que suas respostas serão mantidas em segredo e que sua identidade não será revelada. Esta explicação sobre confidencialidade deve ser feita de maneira que gere confiança e segurança no(a) jovem participante.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de obtenção do assentimento, que também merece atenção especial. Não basta simplesmente entregar o documento para ser assinado. O ideal é que haja um momento de conversa onde o(a) pesquisador(a) possa esclarecer dúvidas e verificar se o(a) jovem realmente compreendeu as informações apresentadas (Cosac, 2025; Fialho; Dias; Rego, 2022). Muitas vezes, crianças e adolescentes podem sentir-se intimidados para fazer perguntas, por isso é fundamental criar um ambiente acolhedor que encoraje o

diálogo. O(A) pesquisador(a) deve estar preparado para reformular explicações, usar exemplos práticos e aguardar o tempo necessário para que o(a) participante processe as informações.

A apresentação visual do documento também desempenha papel importante na sua efetividade. Textos longos e densos podem desencorajar a leitura e comprometer a compreensão. O uso de parágrafos curtos, espaçamento adequado e, quando apropriado, elementos gráficos, pode tornar o documento mais atrativo e acessível (Miranda *et al.*, 2017). Para pesquisas com crianças menores, alguns(mas) pesquisadores(as) optam por criar versões ilustradas ou até mesmo audiovisuais do TA.

É essencial considerar também aspectos culturais e socioeconômicos dos participantes durante a elaboração do documento. Termos que podem ser familiares em determinados contextos podem soar estranhos em outros. A linguagem deve ser inclusiva e considerar a diversidade de experiências e o repertório dos(as) jovens participantes. Em alguns casos, pode ser necessário adaptar o documento para diferentes realidades regionais ou culturais (Fialho; Dias; Rego, 2022).

Aconselhamos, em caso de pesquisas com grande quantidade de participantes, que se proceda à validação do Termo de Assentimento. Essa fase ocorre antes de utilizá-lo efetivamente na pesquisa, por meio de uma testagem com um pequeno grupo de jovens da mesma faixa etária dos(as) participantes do estudo. Este processo permite identificar pontos de confusão, palavras incomprensíveis ou aspectos que precisam ser melhor explicados.

Do ponto de vista ético, o Termo de Assentimento reflete uma mudança importante na forma como a comunidade científica enxerga crianças e adolescentes. Não mais como objetos de pesquisa, mas como pessoas com direitos, opiniões e capacidade de decisão. Esta mudança de paradigma fortalece a pesquisa científica ao garantir participantes mais engajados(as) e conscientes, resultando em dados mais confiáveis e éticos.

Unidade III

NORMAS TIPOGRÁFICAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Objetivos Desta Unidade:

Compreender e diferenciar os elementos obrigatórios e opcionais dos componentes pré-textuais, textuais e pós-textuais de trabalhos acadêmicos (projeto de pesquisa, monografia, artigo, projeto de intervenção), conforme as normas apresentadas.

Formatar corretamente capa, folha de rosto, sumário, listas, citações e referências, bem como organizar introdução, desenvolvimento/metodologia e conclusão de acordo com as regras tipográficas e de normalização vigentes.

Verificar a conformidade de um projeto de pesquisa ou artigo científico com as estruturas e normas exigidas, apontando inconsistências (ex.: elementos ausentes, formatação inadequada, referências incompletas) e propondo correções específicas.

Elaborar trabalhos acadêmicos como projetos de pesquisa, pesquisa-ação, dissertação e tese seguindo as normas de formatação explicitadas neste Manual.

Um dos objetivos do presente Manual é apresentar as regras de padronização para trabalhos acadêmicos desenvolvidos na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron). Para isso, é preciso dizer que existem diferentes tipos de trabalho no ambiente acadêmico, todos eles com características próprias e voltados para um momento específico da formação acadêmica.

Para os diferentes momentos da vida acadêmica, desde a graduação até o doutorado e pós-doutorado, os tipos de trabalho devem condizer com o amadurecimento da pesquisa e sua profundidade. O TCC, ou trabalho de conclusão de curso de uma pós-graduação *lato sensu*, geralmente disposto como uma monografia, é diferente de uma tese, trabalho final exigido para um doutorado. Assim, artigos científicos, monografias, teses, projetos de intervenção são os trabalhos usualmente exigidos ao final dos cursos. Esses trabalhos também são exigidos pela Emeron para a conclusão dos cursos oferecidos a seus acadêmicos.

No nosso caso, trataremos especificamente de alguns desses trabalhos, de maneira a expor as regras de normalização exigidas pela Emeron. Não se propõe neste Manual esgotar o tema ou trazer o passo a passo de cada trabalho acadêmico, mas sim esclarecer sobre as regras da instituição, sempre baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dentre vários outros assuntos, a ABNT também possui regras sobre trabalhos acadêmicos, conforme será visto nas próximas páginas.

A ABNT é considerada o “Foro Nacional de Normalização” e funciona desde 28 de setembro de 1940². Trata-se de entidade privada e sem fins lucrativos que se responsabiliza pela edição de normas em diversas áreas, de forma a contribuir para a certificação de produtos e sistemas, normas estas que são elaboradas com base em “guias e princípios técnicos internacionalmente aceitos”.

Em relação à normalização de trabalhos acadêmicos, as Normas Brasileiras (NBR) incluem:

- ABNT NBR 6023:2025 – Informação e documentação – Referências;
- ABNT NBR 6024:2012 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito;
- ABNT NBR 6027:2012 – Informação e documentação – Sumário;

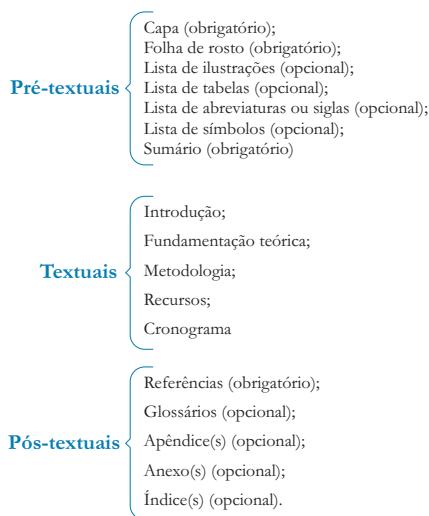
² Informações institucionais disponíveis no site: <https://abnt.org.br/institucional/>
Acesso em 07 jul. 2025

- ABNT NBR 6028:2021 – Informação e documentação – Resumo;
- ABNT NBR 6028:2021 – Informação e documentação – Resumo;
- ABNT NBR 6034:2004 – Informação e documentação – Índice;
- ABNT NBR 12225:2004 – Informação e documentação – Lombada;
- ABNT NBR 10520:2023 – Informação e documentação – Citações em documentos;
- ABNT NBR 10719:2015 – Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico;
- ABNT NBR 14724:2024 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos;
- ABNT NBR 15287:2011 – Informação e documentação – Projeto de pesquisa.

Sem esquecer a existência de outros manuais de diversas instituições de ensino jurídico e de Escolas da Magistratura, o que este trabalho propõe é apresentar regras de normalização, baseadas nas melhores normas vigentes no País, que serão válidas para os trabalhos acadêmicos desenvolvidos na Emeron.

Para a construção do projeto de pesquisa, utilizamos a NBR 15287:2011 que divide o projeto em três partes, sendo: elementos pré-textuais; textuais e pós-textuais. Observe a figura 3:

Figura 3 — Estrutura do projeto de pesquisa



12.1 Regras gerais

Estas regras se aplicam a todo o projeto, tanto para os elementos pré-textuais, quanto para os textuais e pós-textuais:

- O trabalho deve ser redigido em folha A4 na posição retrato;
- A configuração das **margens** deve ser: esquerda e superior de 3 cm, enquanto as margens direita e inferior devem medir 2 cm. Quando se tratar de impressão no verso da folha, a configuração inverte-se estrategicamente: margem direita e superior de 3 cm, com margens esquerda e inferior de 2 cm. Essa alternância garante que, independentemente do lado da página, sempre haja espaço adequado para encadernação ou perfuração, mantendo-se a harmonia visual do conjunto documental.

- A **fonte** pode ser do tipo Arial, ou Times New Roman, ambas com tamanho 12 para todo o corpo principal do trabalho, exceto para outras especificações contidas neste Manual, como para as citações diretas com mais de três linhas que devem ser apresentadas em fonte de tamanho menor tradicionalmente 10, mantendo-se um recuo específico em relação à margem esquerda, sugerido 4 cm, seguindo os padrões da NBR 10520:2023 (ABNT, 2023).
- A **paginação** do documento deve seguir padrão uniforme, na mesma fonte usada em todo o trabalho, com tamanho 10, seguindo o que for adotado para as citações longas.
- A **paginação** inicia-se com a primeira página do conteúdo principal, empregando numeração arábica posicionada no ângulo superior direito. O número deve manter distância de 2 cm das bordas superior e direita da página.
- As **páginas pré-textuais** devem ser contadas, mas não numeradas, devendo a numeração aparecer a partir da introdução.
- O **espaçamento** deve ser de 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas de ilustrações e tabelas, tipo de projeto de pesquisa e nome da entidade, que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.
- O **parágrafo**, deve ter recuo de 1,25 na primeira linha.
- Os **números das seções**, em formato arábico, antecedem seus respectivos títulos com alinhamento à esquerda, mantendo um caractere de espaçamento entre eles (nos trabalhos acadêmicos não se usa o termo capítulo).
- O **título das seções principais** inicia-se obrigatoriamente no topo da área de texto, com espaçamento de 1,5 entre linhas separando-as do conteúdo subsequente.
- Os **títulos numerados** posicionam-se junto à margem esquerda, antecedidos por numeração arábica (não se usa algarismos romanos) com separação de apenas um espaço, sem emprego de pontuação, hífen, travessão ou outros símbolos após a numeração da seção ou do título.

- **Títulos extensos** que ultrapassem uma linha devem ter as linhas subsequentes alinhadas sob a letra inicial da primeira palavra do título.
- A **hierarquia dos títulos seccionais** é evidenciada progressivamente por meio de recursos tipográficos como negrito, itálico, sublinhado, maiúsculas, aplicados na mesma formatação no sumário. Os títulos das seções primárias devem ter tamanho 14, as demais devem ter 12.

Exemplos:

Seção primária:

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

(Negrito, justificado, em caixa alta)

Seção secundária:

2.1 Percursos históricos da violência de gênero

(Negrito, justificado, primeira letra da palavra inicial em maiúscula)

Seção terciária:

2.1.1 Origens do patriarcado

(Negrito, justificado, itálico)

Seção quaternária:

2.1.1.2 Implantação do patriarcado pelo sistema colonial

(Justificado e itálico)

- Entre o título das seções e subseções deve ser aplicado o espaço de uma linha em branco, o que equivale a um “enter”.
- Elementos como errata, agradecimentos, listas de ilustrações, quadros, gráficos, tabelas, abreviaturas, siglas, símbolos, resumos, sumário, referências, glossário, apêndices, anexos e índices recebem **títulos centralizados, sem numeração**, mantendo formatação tipográfica idêntica às seções principais.

Exemplo:

Anexos

- Folha de aprovação, dedicatória e epígrafe constituem componentes que **dispensam títulos** e, consequentemente, não possuem indicação numérica.

- As **subseções** requerem o mesmo espaçamento adotado para as seções principais, tanto antes quanto depois de seus títulos.
 - As **siglas**, quando aparecerem pela primeira vez no texto, devem estar entre parênteses e ser precedidas do nome por extenso.

Exemplo:

Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

Hierarquia dos títulos

12.2 Elementos pré-textuais

12.2.1 Capa do projeto de pesquisa

A capa constitui componente obrigatório, apresentando as informações na seguinte sequência, em toda ela, usa-se a mesma fonte escolhida para o corpo do texto(Arial ou Times New Roman). Todos os elementos da capa devem ser centralizados, tamanho 12 e espaçamento 1,5.

- **Nome da instituição:** Posicionado na parte superior da página, em caixa alta e em negrito.

Exemplo:

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- **Identificação do curso:** Nome do curso logo abaixo do nome da Emeron, em caixa alta e em negrito.

Exemplo:

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA

- **Identificação do(a) autor(a):** Nome completo do(a) pesquisador(a), posicionado cinco linhas abaixo do nome do curso (cinco vezes tecla “Enter”), todo em caixa alta.

Exemplo:

MARIA SILVA SANTOS

- **Título do trabalho:** Centralizado, aproximadamente 12 linhas abaixo do nome do(a) autor(a), ou na metade da página, fonte tamanho 12, em negrito e caixa alta. Havendo subtítulo, deve estar logo abaixo do título principal precedido, obrigatoriamente, por dois pontos (:), sem negrito.

Exemplo:

MEDIDAS PROTETIVAS NO COMBATE À VIOLENCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DE EFICÁCIA

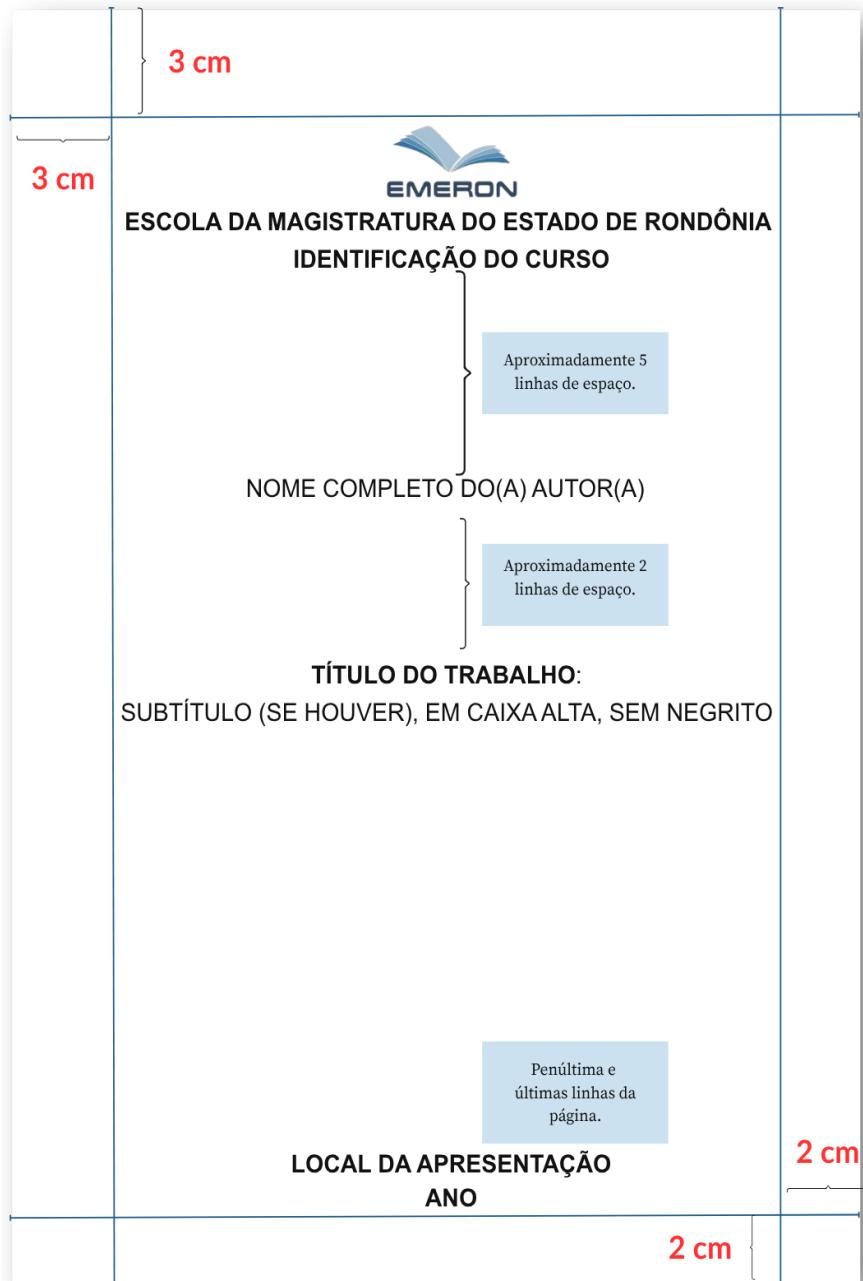
- **Local de apresentação:** Cidade onde a instituição está sediada, posicionado na penúltima linha da página, em caixa alta, em negrito.

Exemplo:

PORTO VELHO

- **Ano de entrega:** Período de submissão do documento, na última linha da página, em negrito.

Capa



Observação: Para os elementos opcionais, verificar o padrão indicado no item 13.2.

12.2.2 Folha de rosto

A folha de rosto constitui elemento obrigatório do projeto de pesquisa, devendo apresentar as informações na seguinte sequência padronizada.

- **Nome(s) do(a)(s) autor(a)(es/as):** Apresentado em letras maiúsculas (caixa alta), centralizado no topo da página, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas.
- **Título:** Posicionado seis linhas abaixo da identificação do(a) autor(a), centralizado, fonte tamanho 12, em negrito e maiúsculas, espaçamento 1,5.
- **Subtítulo:** Quando presente, deve seguir imediatamente o título, precedido por dois pontos (:), caixa alta, centralizado, fonte tamanho 12, sem negrito, espaçamento 1,5.
- **Texto de identificação:** Aproximadamente 12 linhas abaixo do título, ou metade da página, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5, texto justificado, sem parágrafo, com recuo de 8 cm da margem esquerda. Texto padrão:

Projeto de pesquisa apresentado à Escola da Magistratura do Estado de Rondônia como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura (nome do curso).

- **Nome do(a) orientador(a):** Uma linha abaixo do texto de identificação, mantendo o mesmo recuo de 8 cm, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5. Deve conter a indicação de docência e a maior titulação. Se houver coorientador(a), incluir na linha seguinte.

Exemplo:

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Lima.

Coorientadora: Profa. Me. Ana Paula Costa.

- **Local:** Posicionado na penúltima linha da página, centralizado, fonte tamanho 12, apenas a primeira letra maiúscula.
- **Ano de entrega:** Na última linha da página, centralizado, fonte tamanho 12.

12.2.3 Sumário

O sumário constitui elemento obrigatório que apresenta a enumeração das divisões, seções e outras partes do documento, seguindo rigorosamente a mesma ordem e grafia em que o conteúdo se desenvolve no trabalho. Conforme estabelecido pela NBR 6027:2012, sua estruturação deve observar critérios específicos de apresentação e formatação (ABNT, 2012).

- **Localização:** A palavra “sumário” deve estar posicionada no centro da folha, na primeira linha, em negrito, na mesma configuração que os títulos das seções primárias.
- **Títulos:** Os títulos devem seguir a mesma configuração em que estão no texto, respeitadas suas posições de seções primárias, secundárias, etc. Todos devem estar alinhados à esquerda.
- **Elementos pré-textuais:** Não podem constar no sumário.
- **Numeração:** A numeração das páginas deve estar alinhada à direita em algarismo arábico, sem a precedência de zero para a primeira dezena, devendo constar apenas o número da página em que se inicia a seção ou subseção.

12.3 Elementos textuais

É a parte mais importante do projeto que contém a proposta de pesquisa em si. Deve ser organizada na sequência apresentada.

12.3.1 Introdução

Parte do texto que apresenta a proposta do(a) pesquisador(a) e deve ser escrita de forma sucinta. O texto pode ser único, ou em subseção, contudo, é obrigatório que apresente os seguintes elementos:

- **Título:** O título deve ser numerado e tipografado, conforme já indicado nas regras gerais.
Exemplo:
1 Introdução
- **Subdivisões:** Caso o(a) autor(a) opte por subdividir a introdução, os títulos deverão seguir as normas secundárias, terciárias etc., conforme apresentado nas regras gerais.

Exemplos:

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

1.3.2 *Objetivos específicos*

- **Elementos obrigatórios:** Independentemente de ser em texto corrido ou com subdivisões, a introdução deve conter:
 - Apresentação** do tema do projeto;
 - O problema** a ser investigado, expresso em uma pergunta;
 - A(s) justificativa(s)** da pesquisa;
 - A(s) hipótese(s)**, se aplicável(is);
 - Os objetivos** a serem alcançados (geral e específicos);

12.3.2 Fundamentação teórica

Nesta seção, o(a) pesquisador(a) deverá apresentar de forma consistente e breve o referencial teórico que sustenta a pesquisa. As citações devem seguir a norma NBR 10520:2023 (ABNT, 2023). O nome da seção deve ser “Fundamentação Teórica” e deve seguir a norma de numeração e titulação para seção primária, bem como os demais títulos, no que couber, para as seções secundárias em diante, conforme disposto nas regras gerais.

12.3.3 Metodologia

Essa seção deve detalhar os procedimentos metodológicos que serão adotados, bem como cuidados éticos. O título da seção e dos demais títulos, se houver, devem seguir o que se encontra nas regras gerais.

12.3.4 Recursos

A seção de recursos deve apresentar detalhadamente todos os custos envolvidos na execução do projeto de pesquisa, proporcionando transparência financeira e viabilidade orçamentária da investigação proposta. O(a) pesquisador(a) deve discriminar os itens necessários, seus respectivos valores unitários e totais, culminando no montante final. Esta especificação inclui materiais de consumo (papel, tinta para impressão, material de escritório), equipamentos (computador, gravador digital, software específico), despesas com deslocamento (combustível, passagens,

hospedagem para trabalho de campo), contratação de serviços especializados (transcrição de entrevistas, revisão textual, tradução), taxas de participação em eventos científicos e possíveis custos com publicação dos resultados.

Além da discriminação orçamentária detalhada, é fundamental indicar claramente a fonte de financiamento da pesquisa, especificando se os recursos serão provenientes de financiamento próprio do(a) pesquisador(a), agências de fomento à pesquisa, convênios com outras instituições ou combinação de múltiplas fontes financeiras, garantindo assim a exequibilidade econômica do projeto proposto. Podem ser apresentados em tabela.

12.3.5 Cronograma

Nesta seção, o(a) pesquisador(a) deve detalhar minuciosamente a cronologia de execução da pesquisa, estabelecendo uma sequência temporal organizada que contemple todas as etapas necessárias para o desenvolvimento completo do projeto. O cronograma funciona como instrumento de gestão que permite visualizar a distribuição das atividades ao longo do período disponível, facilitando o controle do andamento da investigação e assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos (Marconi; Lakatos, 2021).

A estruturação temporal deve abranger desde as fases preparatórias iniciais, como revisão bibliográfica e definição metodológica, até as etapas conclusivas de análise de dados, redação final e apresentação dos resultados. Recomenda-se apresentar o cronograma em formato tabular, organizando as atividades em linhas e os períodos (meses, bimestres ou semestres) em colunas, permitindo a identificação clara de quando cada tarefa será executada. É essencial que o(a) pesquisador(a) considere a interdependência entre diferentes atividades, evitando sobreposições inadequadas e garantindo a sequência lógica na execução das etapas, além de prever períodos para eventuais ajustes e revisões necessárias ao longo do processo investigativo. Caso a pesquisa seja submetida a um Comitê de Ética, é preciso que isso esteja previsto no cronograma.

12.4 Elementos pós-textuais

12.4.1 Referências

As referências constituem elemento obrigatório que relaciona apenas as fontes efetivamente citadas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Sua elaboração deve seguir rigorosamente as especificações estabelecidas pela NBR 6023:2025, garantindo padronização e uniformidade na apresentação das informações bibliográficas (ABNT, 2025).

12.4.2 Glossário

O glossário constitui elemento opcional que apresenta definições de termos técnicos, conceitos específicos ou expressões especializadas utilizadas no projeto de pesquisa que possam requerer esclarecimento adicional para compreensão adequada do texto. Sua inclusão é recomendável quando o trabalho aborda terminologia jurídica complexa ou conceitos que podem não ser familiares ao público leitor, contribuindo para maior clareza e acessibilidade do conteúdo apresentado.

12.4.3 Apêndice(s)

Os apêndices (quando múltiplos, utiliza-se a forma plural) consistem em textos ou documentos elaborados pelo(a) próprio(a) autor(a) do projeto que complementam sua argumentação, sem prejudicar a unidade nuclear do trabalho. São identificados por letras maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e seus respectivos títulos, com apresentação centralizada na folha.

Exemplos:

- **APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas**
- **APÊNDICE B – Questionário aplicado**

Excepcionalmente, quando esgotadas as 26 letras do alfabeto, utilizam-se letras maiúsculas dobradas na identificação.

Exemplo:

APÊNDICE AA – Formulário complementar

12.4.4 Anexo(s)

Os anexos (sempre no plural quando múltiplos) compreendem textos ou documentos não elaborados pelo(a) autor(a) do projeto que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração para o trabalho desenvolvido. São identificados por letras maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e seus respectivos títulos, apresentados de forma centralizada na folha.

Exemplos:

- **ANEXO A – Lei nº 11.340/2006**
- **ANEXO B – Jurisprudência do STF**

Quando necessário utilizar mais de 23 identificações, empregam-se letras maiúsculas dobradas.

Exemplo:

ANEXO AA – Decreto regulamentador

13 Regras gerais de normalização

Para a parte interna dos trabalhos acadêmicos como um todo (monografias, dissertações e teses), contamos com uma estrutura padronizada, que inclui elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais. Ainda, a parte externa dos trabalhos deve incluir a capa e a lombada.

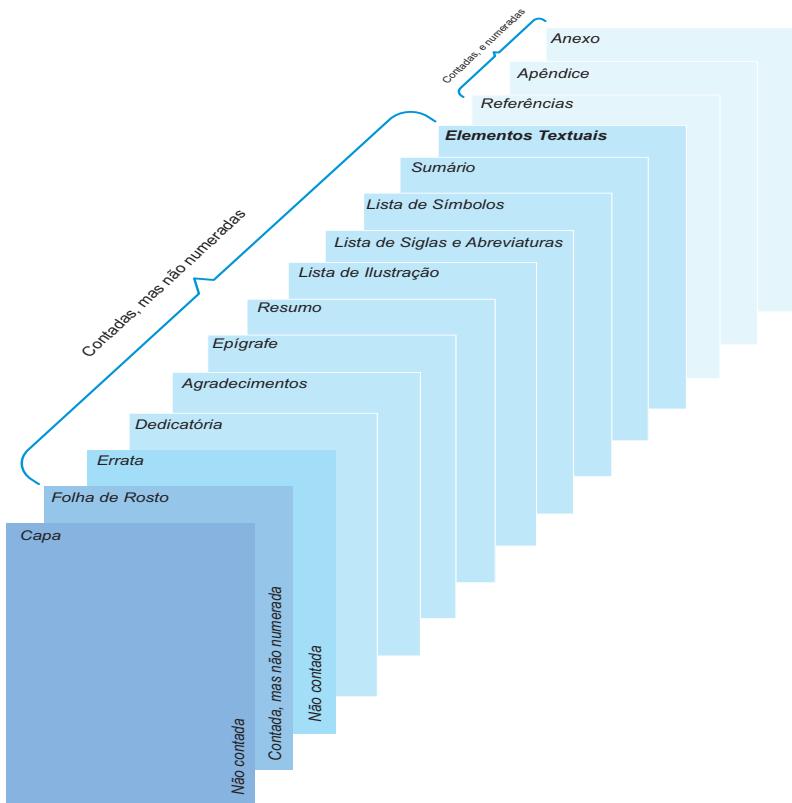
Esses elementos são dispostos de acordo com a NBR 14724 e são representados pela figura abaixo:

Parte externa: Capa (obrigatório)
Lombada (opcional)

Parte interna	Elementos pré-textuais	Folha de rosto (obrigatório) Errata (opcional) Folha de Aprovação (obrigatório) Dedicatória (opcional) Agradecimentos (opcional) Resumo na língua vernácula (obrigatório) Resumo em língua estrangeira (obrigatório) Lista de ilustrações (opcional) Lista de tabelas (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional) Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)
---------------	------------------------	--

Elementos textuais

Elementos pós-textuais Referências (obrigatório)
Glossário (opcional)
Apêndice (opcional)
Anexo (opcional)
Índice (opcional)



13.1 Parte externa

A parte externa do trabalho acadêmico é composta pela capa e pela lombada, esta última no caso de trabalhos impressos e encadernados, a serem depositados na Biblioteca da instituição.

13.1.1 Capa (obrigatório)

Como elemento obrigatório, a capa deve fazer parte de todo trabalho acadêmico apresentado na Emeron. *Embora a NBR 14724 não faça referência expressa*

à identificação da instituição, nos trabalhos acadêmicos apresentados à Emeron, é obrigatória a inserção da identificação (símbolo) da instituição na capa do trabalho acadêmico.

A capa deve conter, então, os seguintes elementos:

- a) Símbolo da Emeron (obrigatório)
- b) Nome da Instituição: Emeron - Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (obrigatório)
- c) Nome do autor (obrigatório);
- d) Título (obrigatório);
- e) Subtítulo (opcional)
- f) Local (obrigatório)
- g) Ano de entrega do trabalho (obrigatório)

O símbolo da Emeron pode ser obtido por meio do portal da Emeron na internet (<https://Emeron.tjro.jus.br/>): As medidas para a inserção do símbolo devem ser de dois centímetros de largura por um centímetro e meio de altura (2 cm x 1,5 cm).



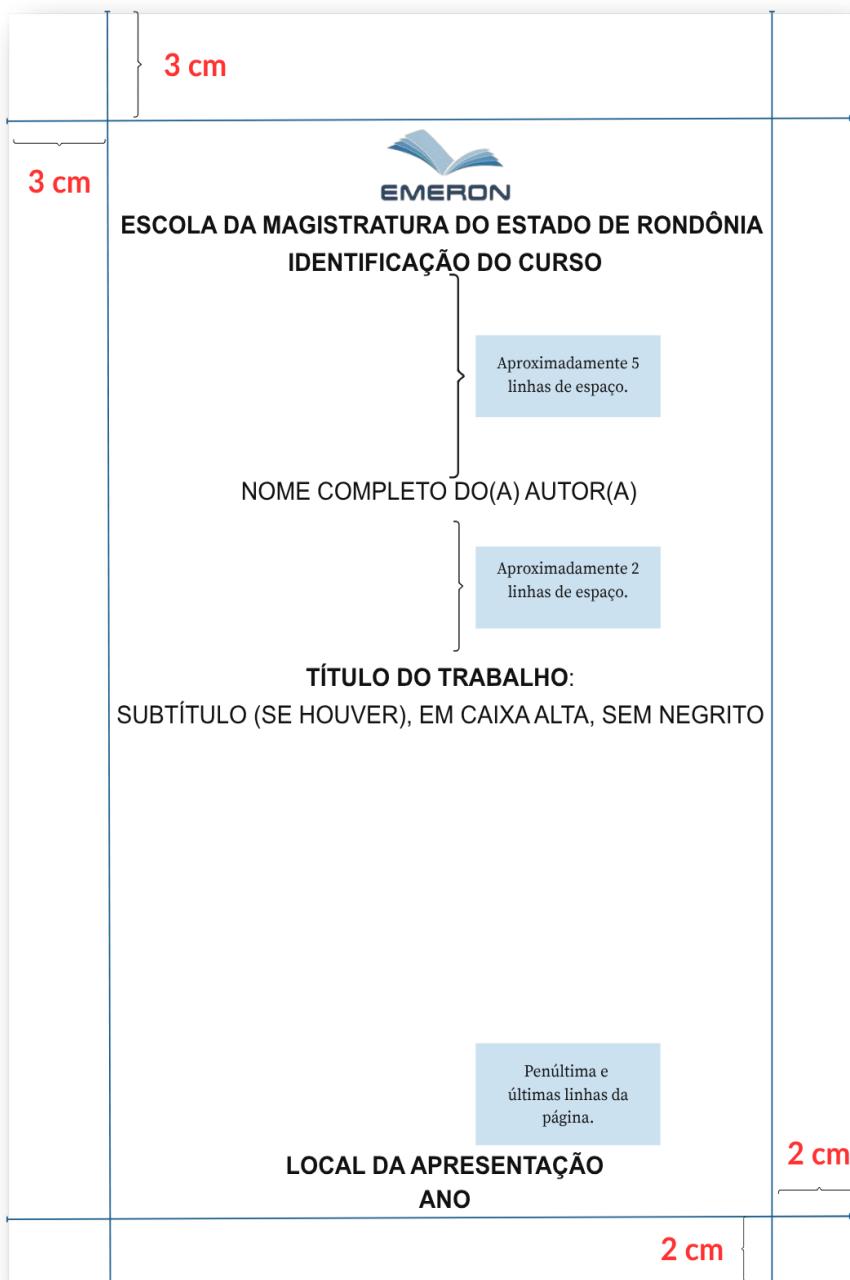
Fonte: Endereço eletrônico da Emeron

As margens da capa do trabalho acadêmico seguem as medidas de todo o trabalho acadêmico, quais sejam: 3 (três) centímetros para as margens superior e esquerda e 2 (dois) centímetros para as margens direita e inferior.

Dica: Caso haja atualização do símbolo ou imagem da Emeron, deverá o aluno buscar o símbolo atualizado.

A seguir, apresenta-se o modelo de capa de trabalho acadêmico.

Capa



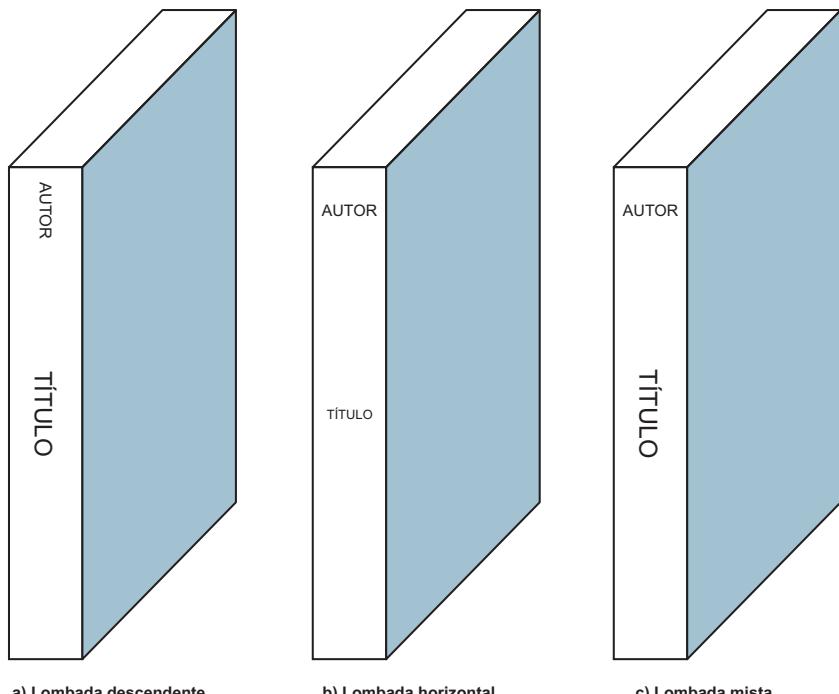
13.1.2 Lombada (opcional)

A NBR 12225:2023 trata sobre a apresentação da lombada em trabalhos impressos e define as regras desta apresentação. O item 2.1 da norma técnica traz a definição de lombada como “parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira”.

Ainda de acordo com a NBR 12225:2023, a lombada deve conter os elementos a seguir dispostos:

- nome do autor, se houver;
- título;
- elementos alfanuméricicos de identificação do volume, fascículo, número, entre outros, se houver;
- logomarca da editora e/ou instituição, se houver.

A seguir, o modelo de lombada, para trabalhos impressos:



Fonte: ABNT NBR 12225:2023

13.2 Parte interna

A parte interna dos trabalhos acadêmicos é dividida em três elementos, sendo eles os pré-textuais, os textuais e os pós-textuais.

13.2.1 Elementos pré-textuais

Primeiros elementos da parte interna do trabalho, os elementos pré-textuais antecedem a parte principal do trabalho acadêmico e se destinam a uma melhor identificação e apresentação. Devem ser trazidos em uma ordem predefinida pela NBR 14724, ordem esta que deve ser obedecida.

Os elementos pré-textuais possuem ainda algumas características especiais:

- Não são mencionados no sumário do trabalho;
- São contados para o número total de folhas do trabalho, mas não recebem numeração de página;
- Recebem títulos de identificação, estes devem estar centralizados na página, como ocorre com a errata, agradecimentos, resumo e resumo em língua estrangeira, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos e, por fim, o sumário. Os demais elementos (folha de aprovação, dedicatória e epígrafe) não possuem título.

São considerados pela norma como pré-textuais, os seguintes elementos:

- Folha de rosto
- Ficha catalográfica
- Errata (elemento opcional)
- Folha de aprovação
- Dedicatória
- Agradecimentos
- Epígrafe (opcional)
- Resumo
- Resumo em língua estrangeira
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de tabelas (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário

Vamos agora falar brevemente sobre cada um desses elementos, trazendo as informações mais relevantes.

13.2.1.1 Folha de rosto (obrigatório)

De acordo com Eduardo Oliveira Leite, a folha de rosto é a folha que, reproduzindo a capa em nível interno, contém os elementos identificadores, os dados essenciais da monografia. (Leite, 2014).

É contemplada pela NBR 14724 e, de acordo com a norma, deve apresentar os seguintes dados:

Nome(s) do(a)(s) autor(a)(es/as): Apresentado em letras maiúsculas (caixa alta), centralizado no topo da página, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas.

- Título: Posicionado cinco linhas abaixo da identificação do(a) autor(a), centralizado, fonte tamanho 12, em negrito e maiúsculas, espaçamento 1,5.
- Subtítulo: Quando presente, deve seguir imediatamente o título, precedido por dois pontos (:), caixa alta, centralizado, fonte tamanho 12, sem negrito, espaçamento 1,5.
- Texto de identificação: Uma linha em branco após o título, ou metade da página, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5, texto justificado, sem parágrafo, com recuo de 8 cm da margem esquerda. Texto padrão:

Tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros) apresentado à Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (incluir área de concentração, se houver) como requisito parcial para aprovação no (nome do curso).

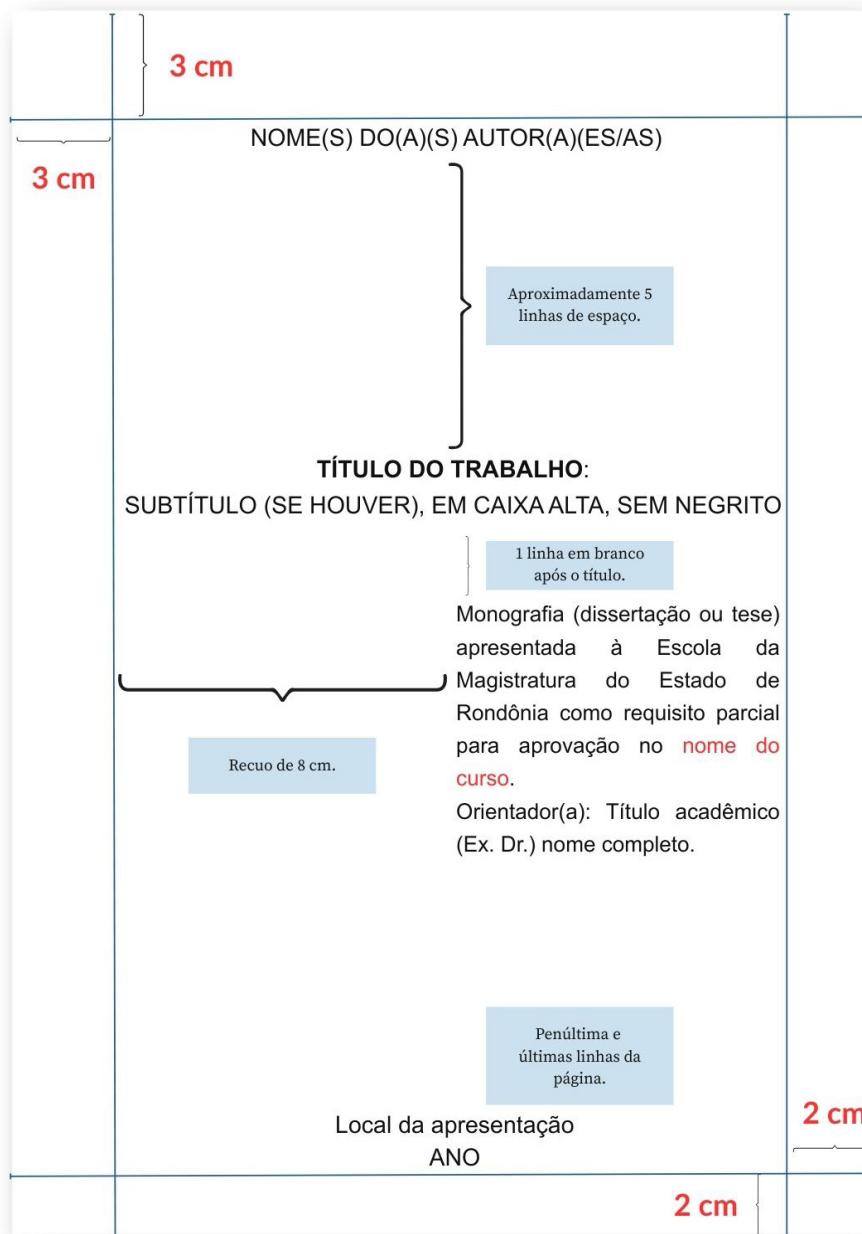
Nome do(a) orientador(a): Uma linha abaixo do texto de identificação, mantendo o mesmo recuo de 8 cm, fonte tamanho 12, espaçamento 1,5. Deve conter a indicação de docência e a maior titulação. Se houver coorientador(a), incluir na linha seguinte.

Local: Posicionado na penúltima linha da página, centralizado, fonte tamanho 12, apenas a primeira letra maiúscula.

Ano de entrega: Na última linha da página, centralizado, fonte tamanho 12.

A folha de rosto é um elemento pré-textual **obrigatório**.

Folha de rosto



Atenção:

- A contagem das páginas é iniciada pela folha de rosto; entretanto, ela não recebe numeração de página;
- O verso da folha de rosto deve conter a ficha catalográfica, a ser fornecida diretamente pela Biblioteca da entidade;
- Na folha de rosto e na folha de aprovação, o tipo do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita (NBR 14724, item 5.2).

13.2.1.2 *Errata (opcional)*

Trata-se de um elemento opcional. De acordo com Queiroz e Feferbaum (2023), a lista de erratas deve ser elaborada após a impressão do trabalho, caso erros tenham sido identificados posteriormente.

- Atenção: Antes da entrega do trabalho, uma revisão minuciosa deve ser realizada, como forma de evitar erros. A revisão da gramática e da formatação do texto é importantíssima.

13.2.1.3 Folha de aprovação (obrigatório)

Trata-se de elemento obrigatório, que vem encartada logo após a folha de rosto e que deve conter os seguintes dados:

- Nome do autor do trabalho;
 - Título do trabalho e subtítulo (se houver);
 - Natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração);
 - Data de aprovação;
 - Nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem.

Folha de aprovação

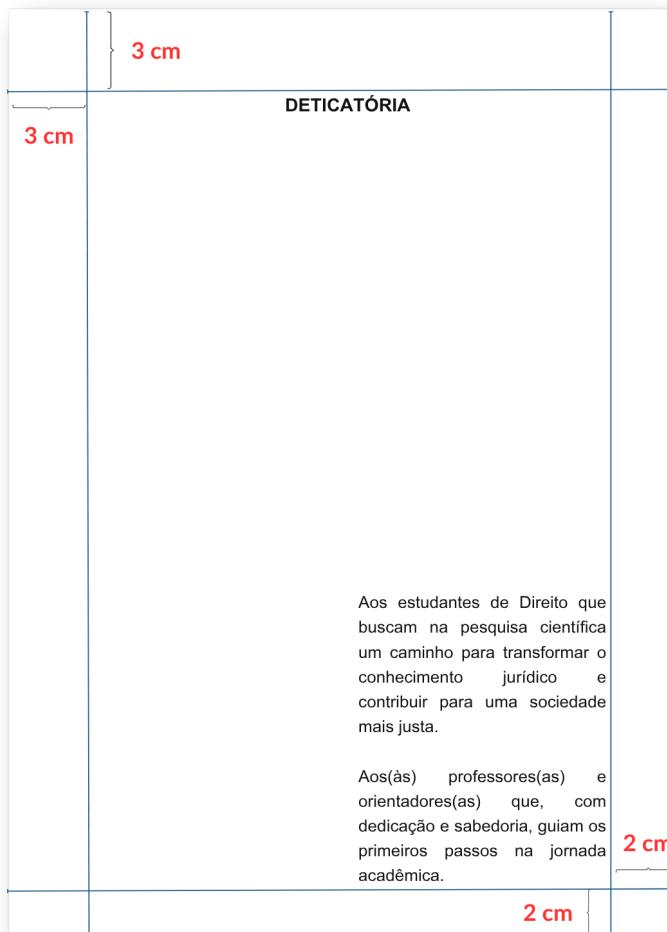
<p style="text-align: center;">3 cm</p> <p style="text-align: center;">3 cm</p>	<p style="text-align: center;">NOME DO(A) AUTOR(A)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO DO TRABALHO:</p> <p style="text-align: center;">SUBTÍTULO (SE HOUVER), EM CAIXA ALTA, SEM NEGRITO</p> <p style="text-align: center;">Reculo de 8 cm.</p>	<p style="text-align: center;">Uma linha em branco</p> <p style="text-align: center;">após o título.</p> <p style="text-align: center;">Monografia apresentada à Escola da Magistratura do Estado de Rondônia como requisito parcial para aprovação no nome do curso.</p> <p style="text-align: center;">Orientador(a): Título acadêmico (Ex. Dr.) nome completo.</p>						
		<p style="text-align: right;">2 cm</p>						
<p>Aprovado em:</p> <p>Banca examinadora:</p>								
<table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Título. Nome. Instituição</td> <td style="width: 50%; text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Data</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Título. Nome. Instituição</td> <td style="text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Data</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Título. Nome. Instituição</td> <td style="text-align: center; padding-bottom: 10px;">_____ Data</td> </tr> </table>			_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data	_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data	_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data
_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data							
_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data							
_____ Título. Nome. Instituição	_____ Data							

13.2.1.4 Dedicatória (opcional)

É um elemento opcional. Trata-se de uma breve homenagem prestada pelo autor, que dedica o trabalho a alguém. O texto deve ser objetivo e curto.

De acordo com a NBR 14724:2024, a dedicatória e a epígrafe devem ser digitadas em fonte 12, com alinhamento do *meio* da mancha gráfica até a *margem direita*, na *parte inferior da página*. A *mancha gráfica* é a parte de uma página onde o conteúdo será impresso, sendo delimitada pelas margens.

Dedicatória

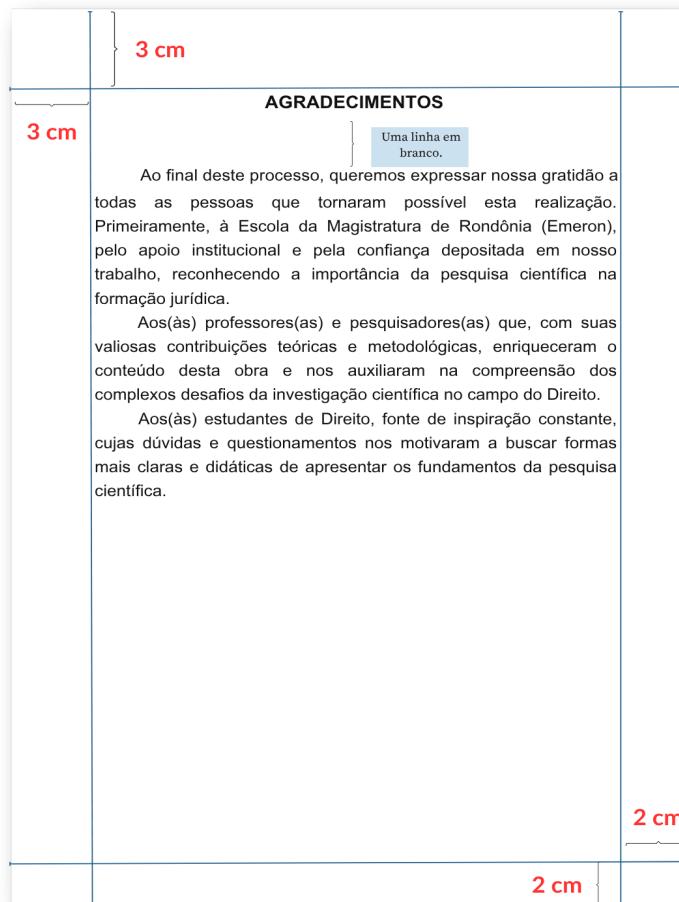


13.2.1.5 Agradecimentos (opcional)

Nesta página, o autor pode agradecer formalmente àqueles que contribuíram com o trabalho. Trata-se de elemento opcional que, se utilizado, deve ser acompanhado do título (que deve estar centralizado na página). Como elemento pré-textual, não recebe numeração indicativa de página, muito embora conte para o número total de laudas do trabalho.

A fonte a ser utilizada é de tamanho 12 e o espaçamento é de 1,5, de acordo com a NBR 14724:2024.

Agradecimentos



13.2.1.6 Epígrafe (opcional)

É a citação de um trecho relacionado à temática abordada no trabalho (Queiroz; Feferbaum, 2023). Trata-se de elemento opcional e sempre que adotada, a epígrafe deve mencionar o autor da citação. A epígrafe deve ser posicionada ao final da página e não contém a indicação do título, tampouco ostenta numeração de página.



Atenção: É possível inseri-la no início dos capítulos do trabalho acadêmico, desde que seja respeitada a formatação contida na NBR 10520:2023.

13.2.1.7 Lista de ilustrações (opcional)

Elemento opcional, cuja formatação é regulamentada pela NBR 14724:2024. Caso o trabalho acadêmico conte com muitas ilustrações (quadros, gráficos, fluxogramas, mapas, desenhos, plantas e outros), estes devem ser organizados em listas. Havendo muitos os tipos de ilustrações, recomenda a norma a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (item 4.2.1.9)

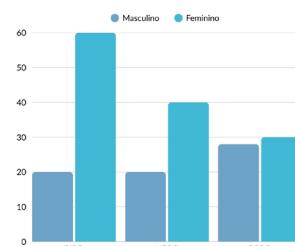
A lista de ilustrações deve ser organizada na ordem de aparição no trabalho, sendo numeradas, com designação do nome específico, seguido de travessão, título e número da folha. A lista de ilustrações deve ser organizada na ordem de aparição no trabalho, sendo numeradas, com designação do nome específico, seguido de travessão, título e número da folha. No topo deve ter o título (lista de ilustrações) em caixa alta, negrito, tamanho 12, espaçamento 1,5, centralizado e se houver tipos variados de ilustrações, deve seguir no centro, negrito, apenas primeira letra em maiúscula, centralizado, tamanho 12, apenas o nome a que se refere (figuras, quadros, imagens, etc.). Se forem mais de cinco, por tipo, deve cada categoria ser produzida em folha própria.

Sobre a elaboração de gráficos, considere que:

1. O título deve ser precedido pela palavra Gráfico, seu número de ordem em algarismos arábicos e hífen, fonte 12, espaçamento
2. simples, alinhado à esquerda, sobre o gráfico, todo em negrito, apenas a primeira letra do título e nomes próprios em maiúsculas, sem ponto final.
3. Os gráficos devem ser numerados consecutivamente no documento como um todo.
4. O gráfico deve ser posicionado preferencialmente em orientação vertical, facilitando a visualização e interpretação dos dados apresentados. Caso não haja espaço suficiente na página, pode ser apresentado em posição horizontal com o título voltado para a margem esquerda da folha.
5. As fontes consultadas para a elaboração do gráfico, bem como outras informações complementares ou explicativas, devem ser inseridas imediatamente após a representação gráfica, seguindo as normas de referência bibliográfica, com o termo “Fonte” em negrito, dois pontos, seguindo o texto, tamanho 12, espaçamento simples, justificado, sem parágrafo.
6. Os gráficos devem apresentar clareza visual, com legendas precisas, escalas adequadas e cores ou padrões que facilitem a distinção entre diferentes categorias de dados, sempre priorizando a acessibilidade e compreensão das informações apresentadas.

Exemplo:

Gráfico 1 - Incorporação de discussões de raça em documentos oficiais por gênero e órgãos



Fonte: O autor.

É necessário ressaltar que, no corpo do trabalho, cada ilustração (quadro, imagem, gráfico e outros) deve ser numerada e identificada na parte superior da ilustração. Já na parte inferior da ilustração, é necessário indicar a fonte, ainda que se trate de ilustração elaborada pelo autor do trabalho.

13.2.1.8 Lista de tabelas (opcional)

Trata-se de elemento opcional. De acordo com a NBR 14724:2024 a lista de tabelas deve ser elaborada de acordo com a ordem de apresentação no texto. Cada tabela deve ser numerada de acordo com a ordem de aparição, devendo a numeração ser seguida de travessão, título identificador de cada tabela e número de página correspondente no trabalho.

Para Leite (2014), quando a obra contém mais de 5 (cinco) tabelas ou gráficos, deve-se estabelecer uma relação na mesma ordem em que aparecem no texto. Deve seguir as indicações para lista de ilustrações

13.2.1.9 Lista de abreviaturas e siglas

Trata-se de elemento opcional, a ser elaborado no caso de existência de muitas abreviações e siglas no texto acadêmico. A lista deverá ser sistematizada em ordem alfabética. Formatação de tamanho 12, espaçamento 1,5.

Exemplo:

CNJ Conselho Nacional de Justiça

STF Supremo Tribunal Federal



Atenção: A primeira aparição da sigla no texto deve ser grafada por extenso, seguida da sigla entre parênteses. Nas próximas aparições, basta a menção à sigla.

13.2.1.10 Lista de símbolos (opcional)

Elemento opcional, a lista de símbolos deve ser elaborada de acordo com a ordem de apresentação no texto, devendo o símbolo ser seguido do respectivo significado, nos termos do item 4.2.1.12 da NBR 14724:2024. Deve seguir mesma padronização da lista de abreviaturas e siglas.

Exemplo:

C₂H₆O Etanol Etanol

13.2.1.11 Sumário (obrigatório)

Trata-se de elemento **obrigatório**, a ser elaborado de acordo com a NBR 6027:2003. É o último elemento pré-textual do trabalho acadêmico. É conceituado como a enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede (item 3.3).

Deve conter o título “Sumário” centralizado na página e os elementos pré-textuais não devem constar do sumário. Os indicativos de seções devem ser alinhados à esquerda da página, e títulos e subtítulos devem ser alinhados pela margem do título do indicativo mais extenso.

Sumário

3 cm	3 cm	2 cm
SUMÁRIO		
1 INTRODUÇÃO 10 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18 2.1 A Constituinte de 1988 18 2.1.1 Direitos invisibilizados 25 2.2 A Constituição de 1988 31 3 METODOLOGIA 45 4 RESULTADOS 46 5 CONCLUSÕES 56 REFERÊNCIAS 60		
2 cm		

13.2.1.12 Resumos em língua portuguesa e estrangeira (obrigatório)

Os resumos em língua portuguesa (língua vernácula) e língua estrangeira são regulados pela NBR 6028:2021, que conceitua o resumo como uma apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento (item 2.4). Para trabalhos científicos, recomenda-se o uso do resumo informativo, que deve conter a finalidade, a metodologia, os resultados e as conclusões do trabalho.

Devem conter 150 a 250 palavras, incluir as palavras-chave que são indicadas ao final, sem parágrafo, tamanho 12, espaçamento de 1,5. Deve o resumo indicar o objetivo do trabalho, metodologia, principais achados e conclusões. As frases devem ser concisas e em terceira pessoa. Uma linha abaixo, insere-se as palavras-chave. O termo “Palavras-chave” em negrito, seguido de dois pontos, com três a cinco termos grafados em minúsculo, sendo que os nomes próprios com a primeira letra em maiúscula, cada termo separado por ponto e vírgula. Deve-se priorizar termos que favoreçam a rastreabilidade na do trabalho.

Exemplo:

Palavras-chave: gestação; cuidado pré-natal; *Aedes aegypti*; IBGE; Brasil. (NBR 6028:2021, item 4.1.7)

Os resumos devem conter a indicação do título; não deve haver menção à numeração da página, muito embora sejam computados para o número total de páginas do trabalho.

13.2.2 Elementos textuais

Os elementos textuais são apenas três, estão mencionados na NBR 14724:2024 e são obrigatórios: introdução, desenvolvimento e conclusão. É a partir dos elementos textuais que a numeração das páginas deve ser incluída.

As regras de formatação são as gerais para o trabalho acadêmico. A fonte a ser utilizada é a de tamanho 12, em Arial ou Times New Roman. As exceções ao tamanho da fonte são citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação na publicação, fontes e legendas das ilustrações e das tabelas, os quais devem ser elaboradas em fonte menor e uniforme (fonte tamanho 10).

As margens esquerda e superior devem ser de 3,0 cm, enquanto as margens direita e inferior devem medir 2,0 cm para o anverso da página. Para publicações que contenham verso, as margens direita e superior devem ser de 3,0 cm, enquanto as margens esquerda e inferior devem ser de 2,0 cm.

Eis a seguir os elementos textuais obrigatórios.

13.2.2.1 Introdução

Na introdução, o tema do trabalho deve ser apresentado, com delimitação das razões de sua realização (justificativa) e objetivos.

A introdução do trabalho acadêmico é considerada o último elemento do trabalho acadêmico a ser elaborado, pois nela estão praticamente todos os elementos de um trabalho (Siqueira, 2021). Isso porque a introdução apresenta o trabalho acadêmico já elaborado, devendo conter uma apresentação geral dos elementos do projeto que fundamentaram a pesquisa, com a identificação dos objetivos cumpridos, bem como aqueles não cumpridos no processo de pesquisa. Os passos metodológicos do trabalho também podem ser indicados na introdução. Por fim, a introdução contém uma apresentação geral do trabalho, fazendo menção aos capítulos (Manual já determina que não se use “capítulos” em trabalhos acadêmicos (incoerência interna) e às seções, bem como aos resultados da pesquisa.

13.2.2.2 Desenvolvimento

O desenvolvimento do trabalho é o corpo do trabalho em si. É o detalhamento da pesquisa ou do estudo realizado (NBR 14724:2024). Os trabalhos acadêmicos não podem ser divididos em capítulos, mas sim em *seções*.

No desenvolvimento são dispostos os títulos, seções e subtítulos principais do trabalho acadêmico, referenciais teóricos e todas as discussões relativas ao tema em pesquisa.

13.2.2.3 Conclusão

A conclusão do trabalho acadêmico deve se reportar aos resultados encontrados na pesquisa e retomar discussões expostas, assinalando eventuais contrapontos (Queiroz; Feferbaum; 2023).

13.2.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais são utilizados como forma de complementar as informações contidas ao longo do trabalho, devendo o autor relacionar todos os elementos que esclareçam as fontes de informação, bem como inserir adendos necessários ao entendimento do leitor acerca do trabalho de pesquisa (Queiroz; Feferbaum, 2023).

A ordem de apresentação dos elementos pós-textuais é definida pela NBR 14724:2024, na seguinte sequência: referências, glossário, apêndice, anexo e índice. A seguir trataremos sobre cada um desses elementos de maneira breve, com o esclarecimento de que, de todos os elementos pós-textuais, apenas as referências são consideradas elemento obrigatório.

13.2.3.1 Referências

Trata-se de elemento obrigatório e de extrema importância no trabalho acadêmico, cujas regras estão dispostas na NBR 6023:2025. As obras utilizadas pelo autor do trabalho acadêmico para a sua pesquisa devem ser mencionadas em seu trabalho, pois o referenciam. Como consequência, devem ser mencionadas no trabalho, a fim de que os leitores possam ter acesso a essa importante fonte de pesquisa. Essas fontes devem então ser mencionadas no corpo do texto, no rodapé, no final do capítulo ou no final do trabalho.

De acordo com o item 6.3 da norma, as referências devem ser elaboradas em espaçoamento simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco.

13.2.3.2 *Glossário*

Elemento opcional, o glossário é utilizado quando o autor do texto deseja trazer o significado de termos utilizados no trabalho. A lista destes termos deve ser elaborada em ordem alfabética, nos termos da NBR 14724:2024.

13.2.3.3 *Apêndice*

Trata-se de elemento opcional, que pode ser utilizado caso o autor deseje trazer mais esclarecimentos à pesquisa, ao utilizar elementos de sua própria autoria. É tratado na NBR 14724:2024. O apêndice deve conter um título, a ser grafado em letras maiúsculas. Cada apêndice deve ser identificado por letras maiúsculas do alfabeto.

Exemplo:

APÊNDICE

Apêndice A - Questionário aplicado à população ribeirinha no bairro São José

Apêndice B - Avaliação das respostas

13.2.3.4 *Anexos*

Elemento opcional, que pode ser utilizado caso o autor do trabalho deseje enriquecer os dados já trazidos, apresentando elementos elaborados por outras pessoas. Os anexos devem conter um título, grafado em letras maiúsculas, centralizado na página. Cada anexo deve ser identificado por uma letra maiúscula do alfabeto. A lista de anexos é tratada na NBR 14724:2024.

Exemplo:

ANEXOS

ANEXO A - Parecer da Procuradoria do Estado

ANEXO B - Projeto de Lei nº 123458/2027

Inserir página com modelo de anexos

13.2.3.5 Índice

Trata-se de elemento opcional, indicado pela NBR 6034:2004. É utilizado comumente em obras mais extensas e é conceituado como a relação de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas num texto (item 3.6). Não deve ser confundido com o sumário ou listas.

Estes são, em suma, os elementos pré-textuais, elementos textuais e pós-textuais de um trabalho acadêmico, regulamentados pelas normas brasileiras e que constituem a base para os trabalhos acadêmicos realizados por alunos e pesquisadores da Emeron.

14 Diferentes tipos de trabalhos Acadêmicos

Para os diferentes momentos da vida acadêmica, desde a graduação até o doutorado e pós-doutorado, os tipos de trabalho devem condizer com o amadurecimento de pesquisa e sua profundidade. O TCC, ou trabalho de conclusão de curso de uma pós-graduação *lato sensu*, geralmente é apresentado na forma monográfica, em um monografia. É diferente de uma tese, trabalho final exigido para um doutorado. Assim, artigos científicos, monografias, teses, projetos de intervenção, são os trabalhos usualmente exigidos ao final dos cursos. Esses trabalhos também são exigidos pela Emeron para a conclusão dos cursos oferecidos a seus acadêmicos e cada aluno deve ficar atento ao tipo de trabalho acadêmico exigido para a sua formação atual.

A seguir serão apresentados alguns dos diferentes tipos de trabalho acadêmico, os mais utilizados na seara do Direito, com as regras específicas da Emeron, sendo importante frisar que tais trabalhos devem ser elaborados de acordo com as normas brasileiras vigentes, editadas pela ABNT, conforme capítulo anterior deste manual.

14.1 Monografia

A monografia é o tipo de trabalho acadêmico mais utilizado pelos cursos de Direito no Brasil, tanto na fase da graduação quanto na pós-graduação *lato sensu*. Embora o trabalho monográfico possa abranger diferentes tipos de trabalho de cunho monográfico, para fins deste manual, a monografia é utilizada como um trabalho de conclusão de curso para o curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*).

A monografia deve ser considerada um “trabalho completo por si só, pois constrói um argumento bastante em si mesmo, da dúvida que suscita a investigação ao encaminhamento de uma possível conclusão, exaurindo o estudo da produção científica mais relevante a seu respeito” (Queiroz; Feferbaum, 2023, p. 20).

Aspecto de grande importância para a monografia é a escolha do tema. O tema delimita o assunto a ser tratado na monografia e deve ser escolhido com cuidado, devendo a escolha recair sobre um tema com o qual se tenha afinidade e alguma experiência.

Não podemos esquecer que o trabalho a ser elaborado nesta fase já ultrapassou a graduação e, ao término da apresentação perante a banca, seu autor se sagrará um especialista no tema escolhido. Por isso, a monografia deve abranger um tema dentro do qual os objetivos possam ser bem definidos. A delimitação do tema se dará por meio de recortes, a fim de que o tema não seja considerado de maneira genérica e possa atender os objetivos perseguidos pelo discente e pesquisador. A definição dos objetivos, por sua vez, depende do recorte a ser realizado pelo pesquisador, com o objetivo de tornar seu trabalho possível e exequível e bem delimitado.

A escolha de um tema geral como, por exemplo, a responsabilidade pelo dano ambiental, deve ser seguida de recortes que possam delimitar - e, por consequência, facilitar - a realização da pesquisa. Ao discente e pesquisador é preciso ainda definir o questionamento que lhe move na pesquisa, fixando os objetivos a serem alcançados com a realização da pesquisa. Por fim, alcançados tais objetivos, é que o pesquisador e aluno trará a sua conclusão sobre o tema escolhido, baseado na coleta de dados e na pesquisa realizada sobre o tema.

Nesse aspecto, quanto mais específico for o recorte escolhido pelo pesquisador, melhor podem ser definidos os seus objetivos.

Os elementos específicos para a pesquisa devem estar definidos no projeto de pesquisa, que se presta para a preparação da pesquisa e para definir os objetivos do pesquisador, bem como os caminhos a serem seguidos em sua pesquisa. Um projeto bem elaborado, com elementos bem definidos, pode facilitar, e muito, a realização da pesquisa e a elaboração da monografia.

Em sua conclusão, o pesquisador trará as informações sobre o ponto de chegada do caminho escolhido ao longo da pesquisa. Na monografia, não basta que o autor apresente uma seção final intitulada “Conclusão” (Queiroz; Feferbaum, 2023). É preciso que a conclusão seja o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido, com método e de maneira concatenada. Na conclusão, o autor e pesquisador poderá ainda discorrer sobre suas impressões após os dados coletados, havendo espaço para a proposição de uma solução acerca do problema de pesquisa enfrentado ao longo da pesquisa.

14.1.1 A estrutura da monografia

A estrutura da monografia deve seguir os elementos já tratados neste manual. Na Emeron, o número de páginas de uma monografia deve ser de, no mínimo, 40 (quarenta) laudas de elementos textuais. Assim, as quarenta páginas deverão ser contadas a partir da introdução do trabalho.

A estrutura da monografia deve conter os seguintes elementos, definidos pela NBR 14724:2024:

Parte externa: Capa (obrigatório)
Lombada (opcional)

Parte interna Elementos pré-textuais: Folha de rosto (obrigatório)
Errata (opcional)
Folha de Aprovação (obrigatório)
Dedicatória (opcional)
Agradecimentos (opcional)
Resumo na língua vernácula (obrigatório)
Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
Lista de ilustrações (opcional)
Lista de tabelas (opcional)
Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
Lista de símbolos (opcional)
Sumário (obrigatório)

Elementos textuais: Introdução
Desenvolvimento
Conclusão

Elementos Pós-textuais: Referências (obrigatório)
Glossário (opcional)
Apêndice (opcional)
Anexo (opcional)
Índice (opcional)
Apêndice (opcional)
Anexo (opcional)
Índice (opcional)

As fontes a serem utilizadas são Arial ou Times New Roman, de tamanho 12 (doze). A exceção em relação ao tamanho da fonte diz respeito às notas de rodapé, citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas e imagens ao longo do texto.

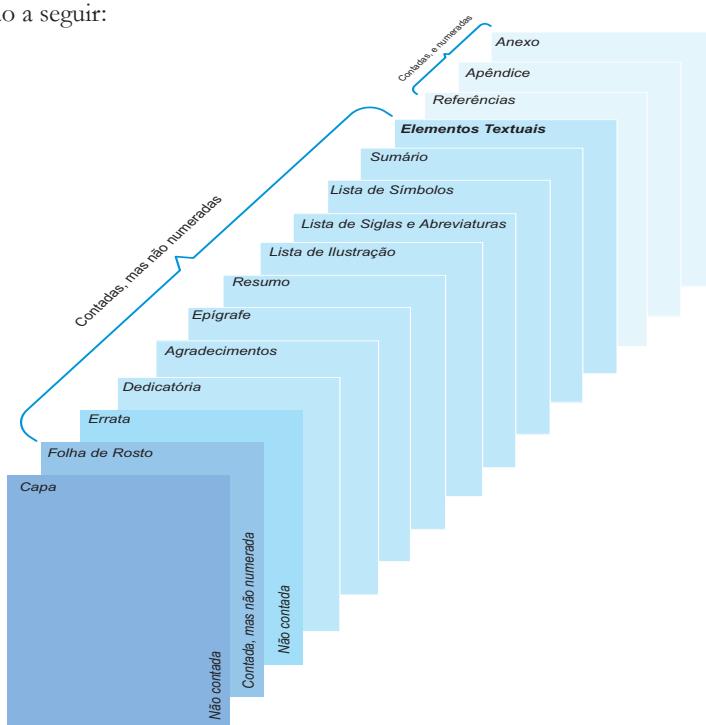
Assim, temos para a monografia:

Quadro 1 — colocar nome

Elemento	Regra
Fonte	Arial ou Times New Roman
Tamanho da Fonte	12 (observadas as exceções da norma quanto a notas de rodapé, citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas, quadros e imagens).
Número de páginas	40, a partir dos elementos textuais
Paginação	No canto superior direito da página, a partir dos elementos textuais.
Espaçamento	1,5 para o corpo do texto

Sobre os elementos pré-textuais e pós-textuais da monografia, o aluno pode consultar os capítulos 13.2.1 e 13.2.3 deste manual, que trazem cada um dos elementos de forma pormenorizada.

Em resumo, a estrutura da monografia pode ser considerada com a ilustração a seguir:



14.2 Artigo Científico

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia conta com diversos cursos destinados à comunidade jurídica. Via de regra, os artigos são destinados à publicação em periódicos e revistas especializadas, entretanto, são utilizados também no mundo acadêmico como um tipo de trabalho de conclusão de curso. Dentro desses cursos, os artigos científicos podem ser exigidos como trabalho de conclusão de curso ou mesmo como um trabalho intermediário. Em qualquer dos casos, o artigo científico deve atender a finalidade a que se destina e as regras formais.

O artigo científico tem como finalidade compartilhar com a comunidade acadêmica especializada novos estudos ou o resultado de pesquisas, que ainda não foram objeto de discussão aprofundada por outros meios.

O objetivo principal de um artigo científico é afeto à divulgação científica. Para que isso ocorra, devem ser evitados em um artigo científico a elaboração do trabalho com a intenção de resumir estudos que já existem ou a realização de textos superficiais. Embora o artigo científico seja, por si só, um trabalho acadêmico menos extenso e mais objetivo, isso não exclui a necessidade de apresentação de um estudo baseado em dados coletados de maneira séria, e que possam ser replicados pela comunidade acadêmica.

Assim como em outros trabalhos acadêmicos, o raciocínio do autor deve estar ligado a uma pesquisa coesa, com dados abordados de maneira correta.

O artigo científico pode tratar de matéria eminentemente teórica e deve, neste caso, apresentar referencial teórico atualizado e compatível com o estado da arte, ou seja, é preciso que apresente de forma atualizada o tema que se pretende trabalhar. Se o artigo científico envolve a pesquisa empírica, deve, por seu turno, trazer dados coletados de acordo com a metodologia compatível, compilados de maneira a permitir que o experimento ou pesquisa possa ser replicado (e comprovado) por outros pesquisadores.

14.2.1 Estrutura do artigo científico

Os elementos formais ligados ao artigo científico estão delimitados pela norma 6022:2018 da ABNT. Tal norma traz informações específicas sobre a configuração a ser utilizada no artigo científico, especificidades que servem como regra nos artigos científicos produzidos por alunos e pesquisadores vinculados à Emeron.

A seguir são apresentados, de maneira esquematizada, os elementos exigidos pela norma para a produção de um artigo científico.

14.2.1.1 Elementos estruturais do artigo

Elementos estruturais do artigo

Pré-textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Título no idioma do documento (obrigatório) • Título em outro idioma (opcional, conforme define a revista de submissão) • Autoria (obrigatório) • Resumo no idioma do documento (obrigatório) • Resumo outro idioma (opcional, conforme define a revista de submissão) • Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório) • Identificação e disponibilidade (opcional)
Textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução (obrigatório) • Desenvolvimento (obrigatório) • Considerações finais (obrigatório)
Pós-textuais	<ul style="list-style-type: none"> • Referências (obrigatório) • Glossário (opcional) • Apêndice (opcional) • Anexo (opcional) • Agradecimentos (opcional)

Fonte: NBR 6022:2018

A seguir, trataremos de maneira simplificada sobre alguns dos elementos do artigo, que devem estar dispostos na ordem e na maneira expostas. Quanto aos demais itens, é possível remeter o leitor aos comentários realizados no capítulo destinado à monografia.

14.2.1.2 Elementos pré-textuais

Assim como nas monografias, o artigo é dividido didaticamente em elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

- Título e subtítulo (se houver)

De acordo com a NBR 6022:2018 “o título e o subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados

por dois-pontos(;) e no idioma do texto. Opcionalmente, pode-se incluir o título em outro idioma, inserido logo abaixo do título no idioma do texto.”

Desta forma, o título aparece como primeiro elemento do artigo e a versão do título em língua estrangeira é opcional.

● **Autor**

A norma determina que o nome do autor do artigo deve ser mencionado de forma direta, com prenome e sobrenome, com ou sem abreviatura, logo após o título do artigo. Havendo mais de um autor, recomenda-se que os nomes sejam dispostos na mesma linha, separados por vírgula ou podem ser grafados em linha distinta.

Para a melhor identificação dos autores, é necessário que seja inserido um pequeno currículo, com a identificação da instituição a que esteja vinculado o autor (vinculação).

Os dados de identificação da instituição a que esteja vinculado o autor (vinculação) devem constar em nota (de rodapé), com sistema próprio de chamada (notas de rodapé numeradas), em sistema diverso daquele adotado para as citações do texto.

Para os artigos elaborados por profissionais ligados à Emeron, o nome do(s) autor(es) deve(m) estar alinhado(s) à direita da página.

- **Resumo, datas de submissão e aprovação e identificação e disponibilidade:**

Em relação ao resumo, este deve seguir as regras contidas na NBR 6028:2021. Por isso, remetemos o leitor ao item 13.2.1.12 deste manual, que faz referência ao resumo para monografias e que pode ser consultado.

É válido lembrar que, para o artigo, o resumo em língua estrangeira é **opcional**, e, caso seja utilizado pelo autor, deve estar posicionado logo após o resumo no idioma do artigo.

Em relação aos itens data de submissão e aprovação, identificação e disponibilidade, estes devem ser indicados no caso de publicação do artigo em periódicos ou revistas especializadas, sendo elementos dispensados no caso de apresentação do artigo como trabalho de conclusão de curso.

- **Elementos Textuais:** Introdução, desenvolvimento e considerações finais.

Devem seguir os elementos já dispostos para o item relativo à monografia, guardadas as diferenças ligadas ao número de páginas do trabalho. Por isso, remetemos o leitor aos itens relativos aos elementos textuais já expostos.

- **Elementos pós-textuais**

Quanto aos elementos textuais, estes devem seguir a ordem exposta na NBR 6022:2018, sendo a seguinte:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Agradecimentos (opcional)

Para evitar a repetição de termos, remetemos o leitor aos itens da página 114 deste manual, em que constam os conceitos de cada elemento. Entretanto, há de se atentar para a estrutura do artigo retratada no quadro acima, em que alguns itens são opcionais, de acordo com as especificidades do artigo científico em si.

Deve ainda ser destacado que o item “agradecimentos” é opcional e que pode ser utilizado pelo autor, caso aprovado pelo periódico em que será publicado o artigo. Trata-se do último elemento pós-textual.

As fontes a serem utilizadas são Arial ou Times New Roman, de tamanho 12 (doze). A exceção em relação ao tamanho da fonte diz respeito às notas de rodapé,

citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas e imagens ao longo do texto.

Assim, temos para o artigo, em resumo:

Elemento	Regra
Fonte	Arial ou Times New Roman
Tamanho da Fonte	12 (observadas as exceções da norma quanto a notas de rodapé, citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas, quadros e imagens.
Número de páginas	40, a partir dos elementos textuais
Paginação	No canto superior direito da página, a partir dos elementos textuais.
Espaçamento	1,5 para o corpo do texto

14.3 Projeto de intervenção

Fundamentado na denominada pesquisa-ação, um tipo específico de pesquisa que tem como características principais a flexibilidade e a ação direta de pesquisadores e interessados no campo de pesquisa ao longo da realização desta, o projeto de intervenção pode ser considerado como o produto de uma pesquisa-ação (Gil, 2022).

O projeto de intervenção como trabalho de conclusão de curso é utilizado diretamente para a análise e tentativa de solução de problemas que afetam o Poder Judiciário, jurisdicionados e a comunidade jurídica. Trata-se de pesquisa em que o pesquisador encontra-se diretamente inserido no campo de pesquisa, e suas ações intervêm diretamente no resultado.

A escolha do tema a ser abordado no projeto de intervenção decorre diretamente da observação e atuação do pesquisador em determinado campo, movendo-o a iniciar sua pesquisa de maneira simultânea à adoção de ações voltadas à solução de determinada demanda, demanda esta que constitui seu problema de pesquisa.

Por isso, a pesquisa do tema e a ação do pesquisador, voltada à melhoria da situação posta ou solução do problema, ocorrem de maneira simultânea, em um

movimento de ações que impede, por vezes, a delimitação de fases de pesquisa. Pesquisa e ação ocorrem de maneira simultânea (pesquisa-ação).

Para Gil (2022), a pesquisa-ação pode ser delineada de acordo com as seguintes etapas:

- ✓ **Fase exploratória:** fase que privilegia o contato direto do pesquisador com o campo de pesquisa. Trata-se da fase em que o campo de pesquisa é determinado, além das expectativas dos interessados, e do tipo de auxílio que poderá ser prestado. Em uma pesquisa de outra espécie, esta fase seria equivalente à verificação da literatura existente sobre o tema.
- ✓ **Formulação do problema:** o que se busca nessa fase é a definição do problema com a maior precisão possível. O “problema” ou “questão” a ser tratado na pesquisa-ação constitui, na verdade, o problema de pesquisa ou questão norteadora e por isso a precisão quanto à definição pode auxiliar o pesquisador. Gil observa que enquanto na pesquisa clássica os problemas referentes a como fazer as coisas tendem a ser rechaçados, na pesquisa-ação, são privilegiados. Os objetivos são sempre voltados à solução prática dos problemas identificados.
- ✓ **Construção de hipóteses:** as hipóteses devem ser construídas em termos claros e de forma concisa. Na pesquisa-ação, as hipóteses não são delineadas para serem testadas, mas para indicar possíveis soluções ao problema identificado.
- ✓ **Realização de seminário:** oportunidade para reunião dos principais membros da equipe de pesquisadores e interessados, com debates sobre propostas e contribuições. A discussão antecede a aprovação de diretrizes para a pesquisa, como a divisão de tarefas, metodologia e outros dados.
- ✓ **Seleção de amostra:** a determinação da amostra dos elementos a serem pesquisados também abrange a pesquisa-ação. Nesse aspecto, para a pesquisa-ação com um vasto universo de pesquisa, a escolha da amostra pode ser realizada de forma qualitativa, com seleção de amostras segundo um critério de intencionalidade, buscando-se a representatividade dos grupos investigados.
- ✓ **Coleta de dados:** a pesquisa-ação possui a tendência de adotar modelos

flexíveis de coleta de dados, sendo a aplicação de questionário um dos procedimentos mais comuns. No entanto, outros métodos de coleta podem ser regularmente utilizados, mediante registro metodológico apropriado.

- ✓ **Análise e interpretação de dados:** diante da flexibilidade da pesquisação, nem sempre passos tradicionais de análise e interpretação são utilizados; em muitos casos, o trabalho de interpretação é realizado tão somente com base nos dados obtidos empiricamente. Isso não impede, logicamente, a utilização de métodos tradicionais de análise, como a categorização, a codificação, a tabulação, a análise estatística e a generalização.
- ✓ **Elaboração do plano de ação:** constitui a concretização da pesquisação, que é destinada a enfrentar o problema objeto da investigação. O plano de ação (ou de intervenção) deve indicar os elementos seguintes: objetivos a atingir, população a ser beneficiada (destinatários), natureza da relação entre as pessoas afetadas com as instituições interessadas, identificação de medidas que podem contribuir para a melhoria da situação, procedimentos a serem adotados, determinação das formas de controle do processo e avaliação dos resultados.
- ✓ **Divulgação dos resultados:** a divulgação dos resultados pode se dar com a elaboração do plano de ação (ou projeto de intervenção), mas também com a participação dos pesquisadores em seminários, elaboração de artigos científicos ou outros meios dentro do mundo acadêmico.

Estas são, em suma, as etapas preparatórias da pesquisação, que culmina na elaboração do plano de ação ou projeto de intervenção. Para Sousa (2025), o projeto de intervenção pode ser conceituado como “uma proposta de ação feita pelo discente, guiada pelo orientador, para a resolução de um problema real observado no seu campo/núcleo de atuação, que busca contribuir para a melhoria dos serviços, processos e/ou produtos da *indústria farmacêutica*, transformando ideias em ações, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Denomina-se projeto de intervenção (PI) porque vai interferir em algo que já existe. Deve ser compreendido e desenvolvido como ação conjunta, partilhada entre os atores do cenário em que o discente está inserido”. O conceito acima transcrito pode ser adaptado à pesquisa em andamento, no que diz respeito ao Poder Judiciário, seus jurisdicionados, usuários e comunidade jurídica como um todo.

Escolhido o problema a ser abordado no projeto, uma das ferramentas a serem utilizadas para a realização da pesquisa e elaboração do projeto de intervenção é o denominado 5W2H, ferramenta administrativa que abrange sete perguntas a serem respondidas.

Como 5W2H tem-se: What (o quê), Why (por que), Who (quem), Where (onde), When (quando), How (como), How Much (quanto). Dentro do projeto de intervenção, a sigla 5W2H pode ser identificada como:

- *What - o que deve ser feito?*
- *Why - por que precisa ser realizado?*
- *Who - quem deve fazer?*
- *Where - onde será implementado?*
- *When - quando deverá ser feito?*
- *How - como será conduzido?*
- *How much - quanto custará o projeto? (Sousa, 2025)*

Tais elementos poderão ser tratados no projeto de intervenção, a fim de que se chegue a uma solução viável para o problema identificado.

14.3.1 Estrutura do projeto de intervenção

Sobre a estrutura do projeto de intervenção em si, este deve conter os elementos listados abaixo, na ordem que segue.

14.3.1.1 Elementos pré-textuais

Capa, folha de rosto, resumo, sumário. Os elementos são identificados a seguir.

- **Capa** : quanto à capa do projeto de intervenção, remete-se o leitor ao item da página 108, que trata da capa de monografias, disposta neste manual.
- **Folha de rosto**: de igual forma, remete-se o leitor ao item da página 110, que trata da folha de rosto de monografias, disposta neste manual.
- **Resumo**: O resumo do projeto, que deve conter a identificação, objetivos, resultados esperados e metodologia utilizada, sendo possível a menção de outros elementos do projeto. Deve conter até 250 (duzentas e cinquenta) palavras, além de 03 (três) a 05 (cinco) palavras-chave, relacionadas ao tema trabalhado.

- **Sumário:** Remete-se o leitor ao item da página 111 deste manual, que diz respeito ao sumário a ser elaborado para a monografia.

14.3.1.2 Elementos textuais

Como elementos textuais, temos os elementos do projeto de pesquisa, já tratados neste Manual no item 13.2.2, ao qual remetemos o leitor. Estes elementos, entretanto, podem ser relacionados à metodologia 5W2H acima exposta. Dessa forma, de maneira simplificada, temos:

- **Introdução:** Deve trazer a apresentação do projeto, com a identificação e menção do problema a ser tratado especificamente, com menção breve aos objetivos, justificativa (relevância do projeto) e propostas de enfrentamento, além dos resultados esperados. O referencial teórico também deve ser identificado na introdução.
- **Justificativa:** Deve conter a motivação para a realização da pesquisa, ressaltando a importância do tema e os impactos do desenvolvimento da pesquisa. É onde se identifica o porquê da pesquisa (*why*).
- **Objetivos geral e específicos:** diz respeito aos objetivos da intervenção. O objetivo geral da intervenção é apresentado (objetivo único), que identifica para que a intervenção se presta. Quanto aos objetivos específicos, estes descrevem as ações a serem realizadas de maneira específica para o enfrentamento do problema identificado na pesquisa.
- **Metodologia :** Os caminhos percorridos pelo pesquisador, com o detalhamento dos passos de sua pesquisa deverão ser detalhados na metodologia. Nesse aspecto, como nos demais itens, remete-se o pesquisador ao item 12.3.3 deste Manual.
- **Resultados esperados:** trata-se da identificação dos resultados que o pesquisador pretende obter com a implementação de suas ações.
- **Cronograma:** as ações de quando intervir devem ser definidas em cronograma, a ser elaborado de acordo com o item 12.3.5 deste manual.
- **Viabilidade e recursos:** caso o projeto de intervenção demande

recursos financeiros ou humanos, estes deverão ser detalhados, com as respectivas estimativas.

- **Resultados ou resultados parciais:** Como a pesquisa-ação trata de ações simultâneas, deverá o pesquisador identificar se as ações implementadas foram, ou não, bem sucedidas. Deverá mencionar se a intervenção surtiu os resultados esperados ou outros, identificando ainda se os objetivos específicos foram cumpridos e se o objetivo geral foi atingido.

14.3.1.3 *Elementos pós-textuais*

Referências, apêndice e anexos: remetem-se o leitor aos itens 13.2.3.1, 13.2.3.3 e 13.2.3 deste manual, que diz respeito aos elementos pós-textuais da monografia.

Elementos pós-textuais

Elemento	Regra
Fonte	Arial ou Times New Roman
Tamanho da Fonte	12 (observadas as exceções da norma quanto a notas de rodapé, citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas, quadros e imagens).
Número de páginas	mínimo de 10, a partir dos elementos textuais
Paginação	No canto superior direito da página, a partir dos elementos textuais.
Espaçamento	1,5

Fonte: Elaborado pelos autores

14.4 Dissertação e Tese

Trabalhos monográficos, a dissertação e a tese são trabalhos acadêmicos utilizados para a obtenção dos títulos de mestre e doutor. A dissertação é, por regra, o trabalho apresentado para a obtenção do título de mestre, enquanto a tese é o trabalho monográfico necessário à obtenção do título de doutor.

Em razão da titulação pretendida, as pesquisas realizadas no mestrado e no doutorado devem ser substanciais e realizadas com cuidado. O mestrado e o doutorado profissionais, em que se busca a elaboração de produtos que possam contribuir para a atividade profissional do futuro mestre ou doutor - e de toda a comunidade que o cerca - demandam, de igual forma, pesquisa séria e aprofundada.

Para isso, tanto a dissertação quanto a tese devem ser precedidas de um projeto bem delineado e elaborado em boa técnica.

Para Queiroz e Feferbaum (2023), dissertações e teses são diferentes especialmente no que diz respeito à profundidade. Para os autores, espera-se que a tese seja um trabalho mais profundo que a dissertação, já que na primeira é preciso haver contribuição original para a área de concentração do trabalho, sendo necessária uma tese a ser efetivamente defendida pelo doutorando. Para o doutorado, a tese deve conter uma proposição nova, que deve ser defendida ou provada.

Embora tal exigência não se aplique à dissertação, o mestrando deverá demonstrar sua capacidade de realização de pesquisa e poderá certamente trazer novos elementos em sua pesquisa. Contudo, a inovação teórica constitui exigência do doutorado, em que o futuro doutor deverá demonstrar autonomia acadêmica, inclusive quanto à proposição de linhas de pesquisa e investigação.

Assim, de maneira simplificada, exige-se em uma tese de doutorado maior profundidade acadêmica que aquela a ser demonstrada em uma dissertação de mestrado. Entretanto, para a obtenção de qualquer um dos títulos, a pesquisa séria, comprometida e ética há de prevalecer e ser exigida.

Sobre a estrutura de dissertações e teses, como trabalhos monográficos, seguem as regras já mencionadas neste Manual quando tratamos da monografia. Por tal motivo, remete-se o leitor aos capítulos que tratam da monografia.

Quanto à extensão do trabalho, tem-se que tanto a dissertação quanto a tese devem apresentar textos médios ou longos, o que decorre da própria característica e profundidade do trabalho de pesquisa.

Assim, para trabalhos a serem desenvolvidos na Emeron, tem-se:

Dissertação e tese

Elemento	Regra
Fonte	Arial ou Times New Roman
Tamanho da Fonte	12 (observadas as exceções da norma quanto a notas de rodapé, citações com mais de três linhas, fontes e identificação de tabelas, quadros e imagens.
Número de páginas	mínimo de 100, a partir dos elementos textuais
Paginação	No canto superior direito da página, a partir dos elementos textuais.
Espaçamento	1,5 para o corpo do texto

Espera-se que o presente Manual alcance os alunos da Emeron e possa auxiliá-los na consecução de seus objetivos e sonhos, de maneira a contribuir para a formação de operadores do Direito conscientes e comprometidos com a comunidade acadêmica e com a pesquisa, em prol de uma sociedade capaz e justa.

Unidade IV

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

Objetivos Desta Unidade:

Identificar os tipos de citação (direta, indireta e citação de citação) e os sistemas autor-data e numérico, incluindo regras gerais e casos especiais conforme norma da ABNT NBR 10520:2023.

Aplicar corretamente as normas de citação, o uso de expressões latinas e outros detalhes formais em trechos de texto acadêmico jurídico seguindo as normas da ABNT NBR 10520:2023.

Elaborar referências completas e formatadas para diferentes tipos de documentos (documento jurídico, legislação, jurisprudência, atos administrativos, livros, trabalhos acadêmicos e fontes em meio eletrônico), selecionando o modelo adequado ABNT NBR 6023:2025.

Citação, ou menção a uma informação extraída de outro documento (ABNT, 2023), é uma das tarefas mais comuns da escrita acadêmica e, à primeira vista, não é algo extraordinariamente complexo. O processo é até bastante intuitivo: você encontra uma ideia relevante, anota a fonte e a incorpora ao seu texto seguindo algumas regras de formatação. Contudo, não podemos nos deixar enganar confundindo a simplicidade do procedimento com insignificância. Assim como um(a) juiz(a) experiente sabe que proferir uma sentença tecnicamente correta pode ser relativamente simples, mas construir uma decisão verdadeiramente sólida e convincente exige maestria, o mesmo acontece com as citações. A facilidade de execução não diminui em nada a sua importância.

Na verdade, é justamente o contrário: quanto mais natural e fluida se torna sua habilidade de citar adequadamente, mais poderosa ela se revela como ferramenta de construção argumentativa (Severino, 2007). É como dominar a técnica de dirigir, uma vez automatizada, liberta sua mente para focar no destino, na rota mais eficiente, na paisagem ao redor.

As citações são, sem exagero, são aliadas indispensáveis para a qualidade e consistência de qualquer texto científico. Elas funcionam como as vigas de sustentação de um edifício, que, quando bem colocadas, são absolutamente essenciais para que toda a estrutura se mantenha firme e confiável. No universo da pesquisa científica, especialmente na área jurídica, elas representam a diferença entre um trabalho que transmite segurança e credibilidade e outro que, mesmo com citações, é desconexo e mais aparenta uma colcha de retalhos do que um texto orgânico e coeso (Iskandar, 2019).

Por isso, embora você descubra que citar corretamente é uma competência perfeitamente dominável, nunca subestime o poder transformador que ela exercerá sobre seus textos e, consequentemente, sobre sua credibilidade como pesquisador(a). Nesse sentido, uma citação é muito mais do que uma simples formalidade acadêmica ou uma estratégia para deixar sua monografia longa e com uma “cara” científica. Ela representa o diálogo respeitoso que estabelecemos com outros(as) pesquisadores(as), reconhecendo que nosso trabalho se ergue sobre bases sólidas construídas por quem nos antecedeu (Aquino, 2012).

Para que esse diálogo seja verdadeiramente produtivo e enriqueça seu texto de forma substancial, é fundamental observar algumas dimensões qualitativas das citações:

- **Funcionalidade estratégica:** As citações devem cumprir funções

específicas e bem definidas em seu texto. Elas são indispensáveis para **conceituar** com precisão quando você precisa da definição técnica (Iskandar, 2019); **fundamentar conclusões** apoiando suas inferências em estudos empíricos ou análises consolidadas, **sustentar hipóteses** oferecendo respaldo teórico para suas proposições e **evidenciar a consistência da argumentação** demonstrando que suas ideias dialogam harmoniosamente com o pensamento jurídico estabelecido.

- **Coerência epistemológica:** Procure autores(as) que compartilhem bases teóricas similares ou complementares, criando uma rede argumentativa coesa. Não faz sentido, por exemplo, fundamentar um argumento sobre hermenêutica constitucional citando simultaneamente um positivista rígido e um jusnaturalista radical sem explicitar as tensões entre essas correntes (Roman, 2025). A coerência não significa uniformidade absoluta, mas sim um diálogo consciente entre perspectivas que se enriquecem mutuamente.
- **Atualidade equilibrada:** Privilegie fontes dos últimos cinco anos para demonstrar que está em dia com os debates mais recentes da área (Scielo, 2020). No entanto, mantenha um diálogo respeitoso com as autoridades históricas da área. Essa combinação entre contemporaneidade e tradição evidencia a maturidade e o processo evolutivo do campo pesquisado. A exceção natural ocorre quando seu trabalho se debruça centralmente sobre o pensamento original de um(a) autor(a) clássico(a).
- **Amplitude geográfica:** Privilegie tanto pensadores(as) locais, regionais, nacionais quanto internacionais. Citar apenas pesquisadores(as) brasileiros(as) pode limitar seu horizonte argumentativo, assim como ignorar completamente a produção nacional em favor de autores(as) estrangeiros(as) pode desconectar seu trabalho da realidade nacional (Missiatto; Missiatto, 2022).
- **Diversidade e equidade acadêmica:** A escrita científica contemporânea carrega também um compromisso ético com a equidade acadêmica (César *et al.*, 2020). Procure evitar a hegemonia de citações que privilegiam exclusivamente autores de um mesmo perfil demográfico. A academia é feita por homens, mulheres, pessoas negras, brancas, indígenas, enfim, por pesquisadores(as) de diferentes regiões do país. Contudo, a diversidade não deve ser buscada como mera formalidade politicamente correta, mas como reconhecimento genuíno de que o conhecimento se constrói de forma

mais sólida quando incorpora múltiplos olhares e experiências (Cavalcante, 2011).

Outros aspectos importantes das citações é que, primeiro, evitam o plágio, e aqui falamos apenas da questão ética, numa perspectiva de respeito profundo à propriedade intelectual alheia. Segundo, honra o princípio científico da construção coletiva do conhecimento. Cada citação que você faz reconhece que a ciência é um empreendimento colaborativo, onde cada contribuição individual se soma ao todo maior do saber. Terceiro, possibilita a verificabilidade de seus argumentos. Outro aspecto importante das citações é que elas permitem aos(as) leitores(as) conferir suas fontes, aprofundar-se nos temas e até mesmo questionar suas interpretações.

Considerando estas questões, destacamos a responsabilidade dos(as) pesquisadores(as) no uso de inteligência artificial (IA) na produção de textos acadêmicos. Essa temática tem ocupado cada vez mais espaço no debate científico mediante o acelerado crescimento do uso de IA tanto na análise de dados, quanto na redação de textos científicos. É um fato inquestionável que ferramentas como *ChatGPT*, *Claude* e *Gemini* revolucionaram a produção textual, mas seu uso inadequado compromete gravemente a integridade científica, a credibilidade do(a) pesquisador(a) e das instituições acadêmicas.

Os principais riscos incluem a geração de referências bibliográficas fictícias, citações de autores(as), títulos e datas inexistentes apresentadas com naturalidade enganosa, e o plágio por IA, quando estudantes apresentam textos integralmente gerados por algoritmos sem identificação adequada (Vasconcellos, 2023). Estas práticas não apenas violam a honestidade acadêmica individual, mas comprometem a confiabilidade de toda a produção científica, gerando desconfiança na comunidade acadêmica e prejudicando especialmente o campo jurídico, onde precisão e confiabilidade das fontes são fundamentais.

Para uso ético da IA, destacamos a importância de:

- ✓ **transparência absoluta na declaração do uso de ferramentas de IA** e suas finalidades específicas quando estas tecnologias forem usadas para análises de dados e produção total e predominante de textos;
- ✓ **verificação rigorosa de toda informação**, citação ou dado apresentado por IA em fontes primárias confiáveis;
- ✓ **emprego auxiliar da tecnologia** para criação e aperfeiçoamento de ideias, organização das ideias ou correção gramatical, nunca como substituto integral do trabalho intelectual; e

✓ **manutenção da autoria intelectual genuína**, onde a IA pode auxiliar na expressão de ideias próprias, mas jamais gerá-las integralmente.

O(a) pesquisador(a) deve sempre lembrar que o trabalho acadêmico deve refletir seu pensamento, análise e contribuição intelectual pessoal, utilizando a IA apenas como ferramenta complementar no processo de construção do conhecimento científico (Sampaio *et al.*, 2024).

Como já mencionado, este Manual adota as normas da ABNT, nesse sentido, é importante considerar que as citações e as referências são duas dimensões da escrita científica que andam lado a lado, contudo, as normas que regem cada uma são separadas. As citações são reguladas pela NBR 10520, essa norma foi alterada em 2023 e apresenta modificações bem importantes; já as referências são instruídas pela NBR 6023 de 2025, mais à frente trataremos detalhadamente das referências.

15.1 *Tipos de citações*

15.1.1 *Citação direta*

A **citação direta** é utilizar outra fonte, mantendo as palavras exatas da obra consultada (ABNT, 2023), com vírgulas e pontos no lugar original.

Este tipo de citação é usada quando as palavras do(a) autor(a) de origem são tão importantes que merecem estar no seu texto, tal como no original. O modo de referenciar as autorias na citação pode mudar dependendo do tipo de sistema de citações escolhido.

15.1.2 *Citação indireta*

Na **citação indireta**, parafraseia-se a ideia contida na obra original que está sendo usada como referência, reapresentando-a com suas próprias palavras.

É importante manter fidelidade ao conceito original, mas adaptando a linguagem ao fluxo natural do seu texto.

Quando a citação direta tiver até três linhas, deve ser feita dentro do texto,

entre aspas. Caso exceda as três linhas, deve vir com recuo padronizado, ou seja, o valor escolhido deverá ser usado em todo o trabalho. Contudo, a ABNT (2023) recomenda 4 cm, com letra menor (geralmente 10, mas pode-se optar por outra), espaçamento simples entre linhas e sem aspas.

Exemplo:

- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado” (Silva, 2023, p. 15).
- Assim:

A linguagem simplificada visa garantir a compreensão dos documentos produzidos no sistema de justiça, não apenas pelos operadores do Direito. Essa é de fato uma mudança paradigmática que transcende a esfera da escrita oficial, já que reconstrói a atuação dos órgãos que compõem o sistema de justiça, motivando-os a adotar um modo de comunicação que os aproxime da comunidade em geral (Silva, 2023, p. 15).

15.1.3 Citação de citação

A citação de citação ocorre quando o(a) pesquisador(a) faz referência a um autor a que não se teve acesso direto, mas que foi mencionado em outra obra consultada. Nessas situações, utiliza-se a expressão latina “*apud*”, que significa “citado por” ou “segundo” e o termo deve ser grafado em itálico (ABNT, 2023). Sugere-se que essa modalidade de citação seja utilizada apenas quando absolutamente necessário, uma vez que é sempre preferível consultar a fonte original. Seu emprego deve vir com a autoria ou a primeira palavra do título; data; página do documento original (se houver); a expressão “*apud*”; autoria ou a primeira palavra do título; data e página da fonte consultada (se houver).

Exemplos:

- (Silva, 2023, p.15 *apud* Bezerra, 1981, p. 45).
- Segundo Silva (2023 *apud* Bezerra, 1981).
- Para Bezerra (1981 *apud* Silva, 2023).

Salientamos que o uso excessivo de citações de citação pode comprometer a qualidade e a confiabilidade da pesquisa, devendo o autor buscar sempre que possível o acesso às fontes primárias para fundamentar adequadamente seus argumentos.

Observação: Na lista de referências deve constar apenas a obra que foi consultada.

15.2 Sistema de citações

Há duas formas de colocar as citações no texto, uma delas é chamada de autor-data, em que o sobrenome da autoria vem seguido do ano da publicação do material. A outra forma de citar é usando o sistema numérico³.

15.2.1 Autor-data

15.2.1.1 Regras gerais

- O nome de quem está sendo citado pode ser expresso no texto, devendo apenas o ano vir em parênteses, ou não ser mencionado e vir dentro de parênteses seguido do ano.

Exemplos:

- a) Conforme a Constituição do Brasil (1988), não há que se fazer distinção entre pessoas, uma vez que todos estão em estado de igualdade diante da lei.
 - b) Assim, não há que se fazer distinção entre pessoas, estando todos em estado de igualdade diante da lei (Brasil, 1988).
- A citação, direta ou indireta, quando o nome da autoria vier dentro do parênteses, deve aparecer logo depois da referida menção, e o ponto final deve estar depois do fechamento do parênteses.

Exemplos:

- a) Assim, não há que se fazer distinção entre pessoas, estando todos em estado de igualdade diante da lei (Brasil, 1988, p. 5).
- b) No sistema autor-data, os sobrenomes dos(as) autores(as) citados(as) devem vir apenas com a primeira letra em caixa alta, seguido de vírgula e ano da obra para citações indiretas e, nas diretas, deve conter a página, que deve ser abreviada por “p.”.

Exemplos:

- a) (Silva, 2023).
 - b) (Silva, 2023, p. 15).
- Para obras com mais de um autor, deve-se separar com ponto e vírgula, quando dentro de parênteses, e, caso se opte por mencionar as autorias, deve-se usar vírgula, se mais de dois, com “e” entre penúltima e última..

3 Os exemplos apresentados foram criados para este Manual.

Exemplos:

- a) (Silva; Pereira, 2023).
- b) Conforme Silva, Pereira e Castro (2023)
- Para autorias institucionais, a citação deve apresentar a denominação completa da entidade ou sua respectiva sigla, podendo utilizar a formatação em caixa alta e baixa. A norma sugere que as abreviações institucionais sejam escritas exclusivamente em letras maiúsculas.

Exemplo:

- a) Os aumentos na temperatura global, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos das mudanças climáticas estão afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (ONU, 2015).
- No caso de órgãos da administração pública direta, a citação deve ser realizada utilizando a denominação da entidade hierarquicamente superior ou indicando a esfera jurisdicional à qual o órgão está vinculado.

Exemplo:

- a) O Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que ocorreu inérgia legislativa inconstitucional por parte do Poder Legislativo federal ao não aprovar norma legal que tipifique como crime condutas homofóbicas e transfóbicas (STF, 2019).

15.2.1.2 Casos especiais

- **Caso o documento citado não possua autoria**, deve ser utilizado o nome do título.

Exemplos:

- a) A linguagem simplificada na comunicação judiciária é também uma garantia de acesso à justiça (Comunicação, 2023)

Observação: Título: Comunicação: aplicações da linguagem simplificada na justiça. Ano: 2023.

- No caso de **citação de documento sem autoria, apenas com título, se o nome for composto**, deve-se suprimir o restante após a primeira palavra com [...].

Exemplos:

- a) A linguagem simplificada na comunicação judiciária é também uma garantia de acesso à justiça (Linguagem [...], 2023)

Observação título: Linguagem simplificada: comunicação como acesso à justiça. Ano: 2023.

- Quando houver **autores(as) que compartilham o mesmo sobrenome e ano de publicação**, é necessário incluir as iniciais dos nomes próprios para diferenciá-los. **Exemplos:**

- a) (Santos, M., 1962)
- b) (Santos, R., 1962)

- Caso a coincidência permaneça, utilizam-se os **nomes completos**.

Exemplos:

- a) (Santos, Miguel, 2015)
- b) (Santos, Marcos, 2015)
- c) Conforme Miguel Santos (2015) e Marcos Santos (2015)
- d) De acordo com R. Santos (2019); Segundo M. Santos (1962)

- **Obras de um mesmo autor publicadas no mesmo ano** devem ser diferenciadas por meio de letras minúsculas em sequência alfabética, colocadas imediatamente após o ano, sem espaço, seguindo a ordem estabelecida na lista de referências.

Exemplos:

- a) Conforme Almeida (2018a)
- b) (Almeida, 2018b)
- c) O Departamento de Educação Superior do Ministério da Educação coordena as políticas de ensino universitário (Brasil, 2010b).
- d) As diretrizes foram estabelecidas pelo Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação (Brasil, 2010a).

- **Em referências simultâneas de várias publicações de um mesmo autor em anos diferentes**, as datas devem aparecer em sequência cronológica, separadas por vírgula.

Exemplos:

- a) (Fernandes, 1985, 1992, 2001)
- b) (Lima; Pereira; Ribeiro, 2005, 2008, 2012)
- c) Para Lima, Pereira e Ribeiro (2005, 2008, 2012)

- **Citações simultâneas de trabalhos de autores distintos**, utiliza-se ponto e vírgula como separador, preferencialmente na ordem alfabética.

Exemplos:

- a) A questão mobiliza diferentes perspectivas e direciona, como reivindicação

- social, as demandas de diversos grupos (Almeida, 2003; Carvalho, 2005; Monteiro, 2008).
- b) Vários pesquisadores enfatizam a relevância do evento catalisador no início de processos educativos (Anderson, 1990; Johnson, 1995; Thompson, 2002).
 - c) Ao examinar as investigações longitudinais sobre bem-estar psicológico em estudantes universitários, os dados apresentam características particulares, visto que, embora as pesquisas já demonstrem elevados índices de estresse acadêmico desde o primeiro período, é frequente que essa condição se intensifique durante o curso e, posteriormente, apresente redução na fase final (Barros; Silva; Oliveira, 2019; Gomes et al., 2015; Martins; Torres, 2020).

15.3 Sistema Numérico

15.3.1 Regras gerais

- Ao adotar o sistema numérico, as citações devem receber uma **numeração sequencial** utilizando números arábicos, direcionando o(a) leitor(a) para a lista de referências localizada no fim do documento, capítulo ou seção específica ou como nota rodapé.
- A numeração deve manter a **ordem cronológica de aparição no texto e permanecer contínua** ao longo de todo o trabalho, não sendo reiniciada em cada nova página.
- Quando uma **mesma fonte é utilizada novamente no texto**, deve-se **manter o número original** atribuído a ela na primeira citação.

Exemplo:

- a) A linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado¹. Nesse sentido, não deve a escrita de documentos jurídicos ficar restrita ao modo tradicional utilizado pelos(as) operadores(as) do Direito¹.

Observação: No rodapé ou ao final do capítulo, seção, ou mesmo do trabalho, deve seguir as referências precedidas pelos seus respectivos numerais, veja o exemplo hipotético:

- a) ¹SILVA, Arthur. **A linguagem simplificada no direito**. São Paulo: Editora A, 2023.

- **Caso o texto contenha notas de rodapé, não é permitido o uso do sistema numérico.** Por tais razões, aconselhamos para os trabalhos acadêmicos mais extensos, como monografias, dissertações e teses, que se evite este modelo de citações, haja vista, vez ou outra, ser necessário o uso de alguma nota.
- **A numeração da citação pode vir**, entre parênteses, sobreescrita ou alinhada ao texto.

Exemplos:

- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado”¹.
- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado”^(1, p. 15).
- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado”^{1, p.15}.
- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado” (1, p. 15).

- O mesmo se aplica para **citar várias autorias simultaneamente**.

Exemplo:

- Nesse sentido, “a linguagem deve ser acessível ao jurisdicionado” (1, 3).
- Quando se utilizam **as referências em nota de rodapé**, a primeira vez que for citada a referência deve vir completa nos moldes da NBR 6023 (ABNT, 2025).
- Nas **citações seguintes de uma mesma obra já mencionada anteriormente**, é possível empregar uma forma reduzida de identificação, aproveitando-se a indicação bibliográfica prévia, grafada em caixa alta.
- As **notas de rodapé com as referências** que remetem a fontes já mencionadas podem reproduzir integralmente a referência bibliográfica ou simplesmente apontar para a numeração da nota prévia, antecedida pela identificação e pela forma abreviada “ref”, e, dependendo do tipo de citação (direta ou indireta), vir com a paginação ou localização específica.

Exemplo:

- a) ⁷SILVA, ref. 8, p. 16.

15.4 Uso de expressões latinas

- As anotações posteriores podem ser representadas por meio de termos latinos específicos, sendo o *Idem* aplicado exclusivamente quando a referência imediatamente precedente corresponder ao mesmo autor, porém tratando-se de obra distinta. Nesse caso, utiliza-se a forma reduzida

Id., acompanhada do ano de publicação e, quando aplicável, da numeração da página ou indicação de localização.

Exemplos:

- a) ⁸SILVA, 2023, p. 15.
- b) ⁹*Id.*, 2025, p. 9.

Observação: A abreviatura *Id.* somente pode ser empregada dentro da mesma folha ou página onde se encontra a citação à qual faz referência.

- O termo *Ibidem* é empregado quando a referência imediatamente anterior corresponde ao mesmo autor e à mesma obra. A indicação deve ser feita por meio da abreviatura *Ibid.*, acrescida, quando necessário, da paginação ou localização específica.

Exemplos:

- a) ¹¹SILVA, 2023, p. 15.
- b) ¹²*Ibid.*, p. 33.

Observação: É imprescindível que a expressão *Ibid.* seja utilizada apenas na mesma folha ou página em que se encontra a citação referenciada.

- As expressões “*opus citatum*” ou “*opere citato*” são aplicadas para referenciar a mesma obra quando as citações não aparecem de forma consecutiva. A indicação deve conter o nome do autor, seguido da abreviatura *op. cit.*, e, quando pertinente, acompanhada da numeração da página ou localização específica.

Exemplo:

- a) ¹⁵SILVA, 2023, p. 74.
- b) ¹⁶FONSECA, 1994.
- c) ¹⁷SILVA, *op. cit.*, p. 25.

Observações: A expressão *op. cit.* deve ser empregada exclusivamente na mesma folha ou página onde se localiza a citação à qual se refere. Não se pode usar a expressão *Opus citatum* no caso de haver duas obras diferentes do mesmo autor na mesma página.

Exemplo:

- a) ¹⁵SILVA, 2023, p. 74.
- b) ¹⁶FONSECA, 1994.
- c) ¹⁷SILVA, 2000, p. 25.
- d) ¹⁸BASSO, 2024.
- e) ¹⁹SILVA, 2000.

- A expressão “*Passim*” (aqui e ali) indica que determinada informação aparece distribuída ao longo de várias partes da obra consultada, não se concentrando em um local específico.

Exemplos:

- a) ⁴SILVA, [202-], *passim*.
- b) ⁵MARTINS, 2021, *passim*.

- O termo “*Loco citato*” (no lugar citado) é empregado quando tanto a fonte quanto sua localização precisa já foram mencionadas em momento anterior, porém as referências não aparecem em sequência imediata. Utiliza-se o nome do(a) autor(a) acompanhado da abreviatura *loc. cit.*

Exemplos:

- a) ¹⁹ANDRADE, 2020, v. 2, p. 856.
- b) ²⁰COSTA, 2018, p. 127.
- c) ²¹ANDRADE, *loc. cit.*
- d) ¹RIBEIRO, 2019, p. 45.
- e) ²TAVARES; LOPES, 2022, p. 8-9.
- f) ³RIBEIRO, *loc. cit.*
- g) ⁴TAVARES; LOPES, *loc. cit.*

- A expressão “*Conferre*” (confira, confronte) funciona como uma recomendação ao(a) leitor(a) para consultar determinada fonte visando comparar ou aprofundar o tema tratado. Apresenta-se por meio da abreviatura “*Cf.*”, seguida pelos dados da obra.

Exemplos:

- a) ³*Cf.* MENDES, 1995.
 - b) ⁴⁸*Cf.* OLIVEIRA, 2017, p. 249.
- *Sequentia* (seguinte ou que segue) indica que a citação abrange não apenas a página mencionada, mas também as páginas subsequentes da mesma obra. A estrutura inclui autor(a), ano, página inicial e a abreviatura *et seq.*

Exemplo:

- a) ⁶INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS, 2023, p. 34 *et seq.*

15.5 Outros detalhes

- As modificações realizadas em citações diretas, como omissões, inserções, acréscimos, observações, realces ou destaque, precisam ser sinalizadas

adequadamente. É importante lembrar que o ponto final encerra a frase, não apenas o trecho citado.

Para indicar essas alterações, utilizam-se as seguintes convenções:

- a) Omissões: [...]
- b) Inserções, acréscimos ou observações: []
- c) Realces ou destaque: sublinhado, negrito ou itálico

Exemplos:

- a) O artigo 3º da Lei Orgânica Municipal estabelece que “o município promoverá o bem-estar de todos os cidadãos, independentemente de origem [...]” (Câmara Municipal de Porto Velho, 2019, p. 12).
- b) “Naquela época eu costumava observar os [antigos] barcos que chegavam ao porto todos os dias” (Tavares, 1952, p. 18).
- c) De acordo com Lima e Castro (2018, slide 4, tradução nossa, grifo nosso), “a educação digital transforma e potencializa o aprendizado dos estudantes, gerando maior engajamento, desenvolvimento e resultados”.
- d) [...] *diversidade cultural*: a identidade regional não se limita apenas a símbolos ou se resume às características ‘típicas’ de determinado território. As diferentes formas sociais de expressar regionalismo variam conforme a localização, a história, o contexto econômico, a estrutura social, o ambiente institucional e as questões de gênero. Existem mais oportunidades de manifestar traços ‘regionais’ quando se possui recursos financeiros e se é do sexo masculino. Contudo, mesmo entre grupos economicamente desfavorecidos, é viável experienciar essa identidade através de outras manifestações, distintas daquelas propagadas pela mídia de massa, nas relações com a comunidade, com os familiares, com as organizações locais, com os mais velhos, descendentes, etc. (Rodrigues, 2015, p. 78).

Observação: Neste caso deve-se aplicar as indicações para citações diretas longas (com mais de três linhas).

- Informações provenientes de fontes não editadas oficialmente, como conferências, apresentações, comunicações pessoais e eventos similares, necessitam de identificação específica no corpo do texto ou por meio de anotações explicativas.

Exemplos:

- a) Durante apresentação realizada por Maria Helena Ferreira, em 15 de agosto de 2022, no auditório da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, foram destacados os elementos fundamentais da gestão participativa.
- b) Maria Helena Ferreira apresentou os elementos fundamentais da gestão

participativa¹.

Observação: A nota deve ser feita da seguinte forma:

- a) ¹Conferência ministrada no auditório da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, em 15 de agosto de 2022.
- b) O participante da pesquisa considera os centros culturais como espaços essenciais de democratização do conhecimento¹.

Observação: A nota deve ser feita da seguinte forma: ¹Depoimento coletado durante pesquisa de campo realizada em 25 de setembro de 2021, na cidade de Brasília.

- Quando se tratar de materiais ainda em fase de preparação, essa condição deve ser explicitamente mencionada, fornecendo-se as informações disponíveis em anotações.

Exemplo:

- a) Conforme estabelece a norma sobre periódicos científicos, atualmente em elaboração, o sumário deve aparecer nas páginas iniciais da publicação¹.

Observação: A nota deve-se fazer da seguinte forma: ¹Minuta da ABNT NBR 6022, prevista para publicação pela ABNT.

- Quando uma obra possui quatro ou mais autores, é permitido mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão “*et al.*”, ainda que a referência bibliográfica apresente todos os nomes. Independentemente da forma escolhida, é fundamental manter consistência ao longo de todo o trabalho.

Exemplos:

- a) Conforme Silva *et al.* (2020, p. 89), “a pesquisa demonstrou que 72,5% dos participantes apresentaram melhora significativa nos indicadores de qualidade de vida após a intervenção terapêutica [...]”.
- b) Segundo Silva, Oliveira, Santos e Pereira (2020, p. 89), “a pesquisa demonstrou que 72,5% dos participantes apresentaram melhora significativa nos indicadores de qualidade de vida após a intervenção terapêutica [...]”.

Observação: Ambas as formas são válidas para referenciar a mesma obra.

O importante é escolher uma estratégia e aplicá-la de modo uniforme em todas as citações do documento. A primeira opção, com *et al.*, oferece maior praticidade e fluidez na leitura, enquanto a segunda proporciona maior transparência sobre todos os autores envolvidos na pesquisa citada.

- **Quando presentes, volume, tomo e/ou seção** devem ser indicados por meio de suas formas abreviadas antes da paginação. É importante notar que volume e número de periódicos não seguem essa regra.

Exemplos:

- a) “As tendências arquitetônicas contemporâneas privilegiam espaços integrados. As linhas retas, as cores neutras, os ambientes amplos criam sensação de modernidade” (Instituto de Design, 1985, v. 2, p. 42).
- b) Costa (2021) analisa um fragmento do ensaio *O futuro da educação*: “Surgiram novas metodologias e metodologias inovadoras, naquele período de 1995, quando o ministério aprovou as diretrizes, que o presidente homologou [...]” (Freire, 2001, v. 4, p. 127).
- **Para materiais sem paginação tradicional**, recomenda-se **indicar a localização** conforme apareça no documento original.

Exemplos:

- a) “[...] a cessão parcial abrange determinados direitos autorais, exceto os de caráter pessoal e aqueles explicitamente vedados pela legislação [...]” (Brasil, 2010, cap. III, art. 28, inc. II).
- b) “Durante os anos 1940, Vygotsky estabelece uma metodologia de investigação empírica com crianças em idade escolar [...]” (Oliveira-Silva, 2015, local. 186).
- c) “Porém eu não pretendo ser nem criminoso nem delegado [...] eu tenho receio de ser ferido” (Documentário [...], 2018, 12 min 15 s).
- **Trechos enfatizados pelo(a) autor(a) da pesquisa** devem ser acompanhados das expressões “grifo nosso” ou “grifo próprio” ao final da citação. Destaques já existentes no original não necessitam identificação.

Exemplo:

- a) “[...] a fim de *evitar* o surgimento de indivíduos comprometidos, tanto física quanto mentalmente, constituindo verdadeiros riscos para a coletividade” (Ramos, 1923, p. 78, grifo nosso).
- **Trechos traduzidos pelo(a) pesquisador(a)** devem ser identificados com “tradução nossa” ou “tradução própria”.

Exemplo:

- a) Dilemas são perturbadores. Diante de um raciocínio aparentemente sólido que nos leva a uma conclusão aparentemente inaceitável, ficamos desorientados e inquietos. De um lado, a conclusão parece incorreta; de outro, parece inevitável. [...] Essa é a origem da nossa inquietação; é isso que constitui o problema (Wilson, 2008, p. 34, tradução nossa).
- Entrevistas e depoimentos seguem as mesmas regras gerais de citação, podendo omitir-se a identidade quando necessário. Materiais não publicados não geram referência bibliográfica.

Exemplo:

- a) “A comunidade representa um espaço de interação, conectado por vínculos sociais, que frequentemente divide o mesmo território” (Participante C).

16 Referências

As referências representam um dos pilares essenciais de qualquer trabalho acadêmico ou científico, configurando-se como o registro detalhado de todas as fontes que subsidiaram a investigação (Aquino, 2012). Longe de constituírem apenas uma formalidade burocrática, essas indicações exercem função vital no diálogo científico, viabilizando que o(a) leitor(a) rastreie as obras mencionadas, confirme a procedência das informações utilizadas e explore mais profundamente os temas abordados.

Do ponto de vista prático, referências cuidadosamente elaboradas constituem instrumento indispensável para a recuperação de fontes utilizadas, mediante a apresentação de informações exatas sobre autores (as), títulos, editoras, datas de publicação e outros elementos técnicos. Paralelamente, essas referências oferecem subsídios para que demais estudiosos(as) examinem a pertinência e a contemporaneidade das fontes empregadas, fortalecendo assim a legitimidade e a consistência do trabalho realizado (Aquino, 2012).

O valor das referências vai muito além de questões puramente normativas. Na verdade, elas ocupam posição estratégica na edificação do saber científico. Quando apresentam dados bibliográficos completos e sistematizados, essas referências capacitam pesquisadores(as) vindouros(as) a identificar com agilidade materiais que possam interessar às suas pesquisas, estabelecer vínculos entre trabalhos distintos e acompanhar o desenvolvimento cronológico de campos específicos do conhecimento (Norma, 2025). Assim, as referências operam como autênticos roteiros que direcionam o(a) pesquisador(a) na localização de textos alinhados com seus objetivos acadêmicos.

A Escola da Magistratura do Estado de Rondônia usa como diretriz a aplicação da norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 6023 de 2025 na formatação de referências bibliográficas. Consequentemente, todos os exemplos demonstrados neste Manual obedecem fielmente às diretrizes fixadas por tal regulamentação, assegurando coerência e uniformização nas produções acadêmicas elaboradas no âmbito institucional.

Cabe ressaltar que diferentes categorias documentais demandam tratamento referencial específico, respeitando suas singularidades e especificidades inerentes. Por essa razão, este Manual não pretende esgotar todas as modalidades

referenciais existentes, focalizando exclusivamente aquelas de uso mais corrente na rotina acadêmica. Diante de questionamentos sobre procedimentos referenciais específicos não contemplados neste material, sugere-se que o(a) pesquisador(a) recorra diretamente à NBR 6023:2025, que disponibiliza instruções minuciosas e abrangentes sobre o assunto.

Por fim, destacamos que a NBR 6023:2025 estabelece uma distinção importante entre duas categorias de elementos utilizados na construção de referências: os essenciais e os complementares. Os **elementos essenciais** compreendem as informações absolutamente necessárias para a identificação inequívoca de um documento, encontrando-se intrinsecamente relacionados ao tipo de suporte documental utilizado e variando, consequentemente, conforme a natureza específica de cada material referenciado. Por sua vez, os **elementos complementares** englobam dados adicionais que, quando incorporados aos elementos essenciais, proporcionam caracterização mais detalhada e precisa dos documentos consultados.

Considerando a natureza deste Manual e a necessidade de fornecer orientações práticas para o(a) pesquisador(a) iniciante, optou-se por apresentar predominantemente os elementos essenciais, uma vez que estes constituem o núcleo indispensável de qualquer referência bibliográfica. Essa abordagem visa garantir que o(a) estudioso(a) domine inicialmente os aspectos fundamentais da referenciação, construindo base sólida para eventual aprofundamento posterior nos elementos complementares, quando necessário para trabalhos de maior complexidade acadêmica.

16.1 Regras gerais

A estruturação adequada das referências exige observância rigorosa de princípios organizacionais e formativos específicos, conforme estabelecido pela normatização técnica. Apresentamos as regras gerais conforme a NBR 6023:2025 (ABNT, 2025):

- Os elementos essenciais devem seguir sequência padronizada, ou seja, nos casos em que haja mais de uma possibilidade de realizar a referência, o(a) pesquisador(a), ao escolher o que mais lhe convier, deve segui-la em todo o documento. Essa uniformidade garante que o(a) leitor(a) possa localizar rapidamente as informações necessárias em qualquer referência consultada.

- Do ponto de vista da apresentação gráfica, **as referências devem ser elaboradas utilizando:**
 - a) espaçamento simples;
 - b) alinhamento à margem esquerda;
 - c) separação entre cada referência por meio de linha em branco.
- **Quando inseridas em notas de rodapé**, mantêm-se o alinhamento à esquerda; porém, as linhas subsequentes da mesma referência devem iniciar sob a primeira letra da palavra inicial, destacando assim o expoente numérico e eliminando espaços desnecessários entre as referências.
- A **pontuação** constitui elemento fundamental para a padronização, devendo manter uniformidade absoluta em todas as referências do trabalho.
- Os **elementos essenciais** apresentados devem refletir fielmente as informações constantes no documento original, embora informações adicionais inseridas pelo(a) pesquisador(a) devam seguir o idioma do texto em elaboração, independentemente do idioma da fonte consultada.
- Para **materiais disponíveis em meio eletrônico**, além dos elementos tradicionais, torna-se obrigatório registrar o endereço de acesso precedido pela expressão “**Disponível em:**” e a data de consulta precedida por “**Acesso em:**”. Vale ressaltar que essa exigência não se aplica a correspondências eletrônicas ou documentos cujos endereços não estejam publicamente disponíveis.
- A **organização final das referências** deve contemplar lista única, mantendo padronização tanto nos recursos tipográficos quanto na adoção de elementos complementares.
- O **recurso escolhido para destacar títulos**, seja negrito, itálico ou sublinhado, deve permanecer consistente ao longo de todo o trabalho. Excetuam-se dessa regra as obras sem indicação autoral, cujo elemento de entrada seja o próprio título, já naturalmente destacado pelo uso de maiúsculas na palavra inicial.
- Quando o(a) pesquisador(a) decidir pela **inclusão de elementos complementares**, essa escolha deve ser aplicada sistematicamente a todas

as referências do mesmo tipo documental, evitando inconsistências que possam prejudicar a consulta.

16.2 Modelos de referências

Começaremos com os documentos mais utilizados pelos(as) pesquisadores(as) no Direito, legislações e materiais correlatos.

16.2.1 Documento jurídico

Os documentos jurídicos constituem categoria específica que abrange legislação, jurisprudência e atos administrativos normativos, demandando tratamento referencial particular devido às suas características técnicas e função no ordenamento jurídico (ABNT, 2025). O(a) pesquisador(a) deve compreender as especificidades de cada tipo de documento jurídico para aplicar corretamente as normas de referenciamento. É importante distinguir essa categoria da doutrina jurídica, que segue as orientações gerais para monografias e publicações periódicas.

16.2.2 Legislação

A legislação engloba diversos tipos normativos como Constituição, leis ordinárias e complementares, decretos, medidas provisórias, emendas constitucionais e outros instrumentos normativos primários (ABNT, 2025). Os elementos essenciais compreendem a jurisdição ou entidade responsável em letras maiúsculas, epígrafe e ementa transcritas conforme publicação oficial, seguidas dos dados de publicação. Para ementas excessivamente longas, permite-se supressão parcial do texto, indicada por reticências entre colchetes, desde que seja preservado o sentido original.

Exemplos:

- a) MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 3. ed. atual. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2020.
- b) BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 62, p. 1-108, 1 abr. 2021. PL 1.292/1995.

16.2.3 Legislação em meio eletrônico

Para legislação disponível em formato eletrônico, aplica-se a estrutura básica acrescida de informações sobre o suporte digital utilizado. Para consultas online, devem ser incluídos endereço eletrônico e data de acesso.

Exemplos:

- a) BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.
- b) FORTALEZA. **Lei nº 11.385, de 20 de dezembro de 2021**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Fortaleza para o exercício financeiro de 2022. Fortaleza: Câmara Municipal, [2022]. Disponível em: <http://www.cmfor.ce.gov.br/legislacao/lei-orcamentaria-2022>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- c) BRASIL. Decreto nº 10.888, de 15 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal e estabelece diretrizes para modernização administrativa. *In: CÓDIGO administrativo brasileiro*. São Paulo: Editora Jurídica, 2022. 1 CD-ROM, p. 245-289.

16.2.4 Jurisprudência

A jurisprudência abrange acórdãos, decisões interlocutórias, sentenças, súmulas e outros pronunciamentos judiciais. Os elementos essenciais incluem jurisdição em maiúsculas, nome do tribunal, turma ou região entre parênteses, tipo de documento, número do processo, ementa (quando houver), unidade judiciária, nome do relator precedido da palavra “Relator”, data de julgamento e dados de publicação. Para ementas longas, permite-se supressão parcial com indicação por reticências entre colchetes.

Exemplos:

- a) BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). Recurso Extraordinário 895.760/PE. Lei municipal 13.789/2008 de Recife. Taxa de segurança pública. Inconstitucionalidade material. Shopping centers, estabelecimentos comerciais e empresas com área superior a quinhentos metros quadrados. Recorrente: Município de Recife. Recorrido: Supermercados Bompreço S/A. Relator: Min. Marco Aurélio, 15 de setembro de 2021. **Lex: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, São Paulo, v. 45, n. 534, p.

89-95, 2021.

- b) BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 612. É admissível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária quando o valor sonegado for inferior ao mínimo para ajuizamento da execução fiscal. **Diário da Justiça**: seção 1, Brasília, DF, ano 96, n. 143, p. 578, 28 jul. 2021.

16.2.5 Jurisprudência em meio eletrônico

Para jurisprudência consultada em formato eletrônico, aplica-se a estrutura referencial tradicional, acrescida de informações específicas sobre o suporte digital utilizado. Quando a consulta é realizada online, devem ser incluídos o endereço eletrônico completo e a data de acesso. É importante observar que, quando a fonte consultada não for oficial, deve-se destacar adequadamente o tipo de ato referenciado.

Exemplos:

- a) BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Recurso Extraordinário 895.760/PE**. Lei municipal 13.789/2008 de Recife. Taxa de segurança pública. Inconstitucionalidade material. Shopping centers, estabelecimentos comerciais e empresas com área superior a quinhentos metros quadrados. Recorrente: Município de Recife. Recorrido: Supermercados Bompreço S/A. Relator: Min. Marco Aurélio, 15 de setembro de 2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342687542&ext=.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.
- b) BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 612**. É admissível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária quando o valor sonegado for inferior ao mínimo para ajuizamento da execução fiscal. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2021]. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=612&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- c) BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 1.198.727 RG/MG – Minas Gerais. Repercussão geral no Recurso Extraordinário. Constitucional. Aplicação de multa administrativa por descumprimento de normas ambientais. Competência legislativa concorrente entre União e Estados. Análise da legislação infraconstitucional específica. Ausência de

repercussão geral constitucional. Relator: Min. Dias Toffoli, 25 de junho de 2021. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=meio%20ambiente&base=baseRepercussao>. Acesso em: 15 jul. 2021.

16.2.6 Atos administrativos normativos

Os atos administrativos normativos constituem manifestações da administração pública com caráter regulamentar, abrangendo instruções normativas, portarias, resoluções, circulares, editais, contratos administrativos, pareceres normativos, regulamentos, deliberações e outros instrumentos administrativos. O(a) pesquisador(a) deve compreender que esses documentos possuem força normativa específica e demandam referência precisa para permitir sua localização e verificação. A estrutura referencial deve contemplar elementos que identifiquem claramente a origem institucional e o conteúdo do ato.

Os elementos essenciais para referênciação de atos administrativos normativos incluem a jurisdição ou entidade emissora em letras maiúsculas, epígrafe completa contendo tipo, número e data de assinatura do documento, ementa ou síntese do conteúdo e dados completos de publicação.

Exemplos:

- a) BELO HORIZONTE (MG). Corregedoria-Geral de Justiça. Aviso nº 847, de 10 de dezembro de 2021. [Dispõe sobre a suspensão do expediente na 12ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2021]. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**: parte 3: seção 2: Poder Judiciário, Belo Horizonte, ano 129, n. 234, p. 156, 11 dez. 2021.
- b) BANCO CENTRAL DO BRASIL (Brasília-DF). Diretoria Colegiada. Circular nº 4.128, de 8 de dezembro de 2021. Altera o Regulamento do Sistema Financeiro Nacional e estabelece novos procedimentos para operações de crédito. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 233, p. 78-82, 9 dez. 2021.
- c) CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasília-DF). Resolução nº 395, de 15 de novembro de 2021. Aprova a Política Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário e estabelece diretrizes para implementação de práticas ambientalmente responsáveis. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 216, p. 234-238, 16 nov. 2021.

- d) RECIFE (PE). Edital de licitação nº 456/2021. Pregão eletrônico nº 298/2021. [Aquisição de equipamentos de informática para modernização administrativa]. **Diário Oficial do Município de Recife**, Recife, ano 12, n. 567, p.65-79, 4 jun. 2021.

16.2.7 Atos administrativos normativos em meio eletrônico

Para atos administrativos normativos disponíveis em formato eletrônico, mantém-se a estrutura referencial básica, acrescida de informações sobre o suporte digital utilizado. Para documentos consultados online, devem ser incluídos o endereço eletrônico e a data de acesso conforme orientações gerais para materiais digitais.

Exemplos:

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 395, de 15 de novembro de 2021**. Aprova a Política Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário e estabelece diretrizes para implementação de práticas ambientalmente responsáveis. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos/resolucoes/resolucao-395>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Instrução Normativa nº 87, de 28 de outubro de 2021**. Estabelece procedimentos para registro de medicamentos genéricos no Brasil. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legislacao/in_87_2021.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

16.2.8 Documentos civis e de cartórios

Os documentos civis e de cartórios constituem categoria específica de registros públicos que demandam tratamento referencial próprio, considerando sua natureza jurídica e função probatória no ordenamento civil. Essa modalidade documental abrange certidões de nascimento, casamento, óbito, registros de imóveis, escrituras públicas, procurações, testamentos e outros atos notariais e registrais.

A estrutura referencial para documentos civis e cartorários exige elementos essenciais que incluem a jurisdição territorial, nome completo do cartório ou órgão expedidor, tipo específico do documento com identificação destacada e data de registro precedida da expressão “Registro em:”.

Exemplos:

- a) BRASÍLIA (DF). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito de Brasília. **Certidão de casamento [de] João Santos Silva e**

Ana Paula Oliveira. Registro em: 15 jun. 2021.

- b) FORTALEZA (CE). 1º Cartório de Registro de Imóveis de Fortaleza. **Escritura pública de compra e venda [do imóvel situado na] Rua das Flores, 234, Aldeota.** Registro em: 22 set. 2021. Matrícula n. 45.678, livro 2-G, fls. 123. Cartório do 3º Tabelionato: escritura lavrada em 18 set. 2021.
- c) RIBEIRÃO PRETO (SP). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 3º Subdistrito de Ribeirão Preto. **Certidão de óbito [de] Carlos Alberto Ferreira.** Registro em: 8 nov. 2021. Certidão registrada às fls. 89 do livro C-156 de assentamento de óbito n. 23.456. Data do falecimento: 6 nov. 2021. Local do óbito: Hospital Santa Casa de Ribeirão Preto.
- d) SALVADOR (BA). 2º Cartório de Notas de Salvador. **Procuração pública [outorgada por] Maria Helena Costa a Roberto Silva Santos.** Registro em: 3 dez. 2021. Livro 45-A, fls. 234, ordem 1.789. Reconhecimento de firma por autenticidade em 1º dez. 2021.
- e) BELO HORIZONTE (MG). Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício. **Contrato social [da empresa] Inovação Tecnológica Ltda.** Registro em: 17 jan. 2022. Protocolo n. 2022/001234, livro B-67, fls. 45. CNPJ: 12.345.678/0001-90.

16.2.9 Livros

As referências de livros devem conter: autoria, título, subtítulo (caso haja), edição (caso haja), local, editora e data de publicação.

Exemplos:

- a) SILVA, Marina Aparecida. **Pedagogia contemporânea e suas vertentes.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- b) COSTA, Roberto Fernando. **Sociedade digital:** transformações e desafios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- c) SILVA, M. A. **Pedagogia contemporânea e suas vertentes.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- d) SILVA, M. A.; COSTA, R. F. **Sociedade digital:** transformações e desafios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

16.2.10 Trabalhos acadêmicos

A referênciação de trabalhos acadêmicos exige a apresentação de elementos

essenciais que permitam a identificação completa e precisa do documento. Esses elementos incluem o nome do(a) autor(a), o título da obra e eventual subtítulo, o ano de depósito do trabalho na instituição, a tipologia específica (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, entre outros), o grau acadêmico correspondente (especialização, mestrado, doutorado) acompanhado da área de concentração ou curso entre parênteses, a vinculação acadêmica (faculdade, instituto ou departamento), seguida da instituição de ensino, o local de defesa e a data de apresentação ou defesa.

Exemplos:

- a) MARTINS, Fernanda Silva. **Responsabilidade civil do Estado na prestação de serviços públicos essenciais.** 2022. Tese (Doutorado em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- b) COSTA, Rafael Andrade. **Aplicação de tecnologias sustentáveis na construção civil: estudo de caso.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília, 2021.
- c) PEREIRA, Juliana Santos. **Impactos da educação digital no desenvolvimento cognitivo de crianças em idade escolar.** 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

16.2.11 Monografias no todo em meio eletrônico

Essa categoria engloba tanto documentos armazenados em suportes físicos digitais (CD-ROM, DVD, *pen drives*, *blu-ray disc*) quanto materiais disponíveis em ambiente online. O(a) pesquisador(a) deve estar atento(a) às particularidades referenciais desses documentos, que mantêm a estrutura básica das monografias tradicionais, porém incorporam elementos específicos relacionados ao suporte eletrônico utilizado.

Para documentos eletrônicos em suporte físico, a referência segue os padrões estabelecidos para monografias convencionais, acrescida da descrição física do meio de armazenamento. Quando se trata de *e-books* ou outros formatos digitais, essa informação deve ser claramente indicada na referência. Para materiais disponíveis online, torna-se obrigatório incluir o endereço eletrônico, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data de acesso, precedida por “Acesso em:”.

Exemplos:

- a) SILVA, Roberto Carlos; SANTOS, Maria Fernanda (ed.). **Dicionário jurídico contemporâneo**. Brasília: Jurídica Brasileira, 2020. 3 CD-ROM.
- b) OLIVEIRA, Ana Paula. **Gestão estratégica para pequenas empresas: ferramentas práticas para o sucesso**. São Paulo: Empresarial, 2019. *E-book*.
- c) FERREIRA, João Marcos; COSTA, Patrícia Lima; ALMEIDA, Carlos Eduardo (org.). **Metodologias ativas na educação superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/metodologiasativas.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- d) PEREIRA, Luciana Rodrigues. **Análise dos impactos ambientais na mineração brasileira: perspectivas sustentáveis**. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://www.biblioteca.ufmg.br/teses/2020/luciana_rodrigues.pdf. Acesso em: 8 jun. 2020.
- e) MACHADO, Carlos Antonio. **Sonetos da madrugada**. [s. l.]: Livros Digitais, 2018. Disponível em: <http://www.livrosdigitais.com.br/literatura/sonetos-madrugada.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

Observação: Quando não houver local, usar [s. l.].

- a) RIBEIRO, M. C.; TAVARES, L. P. **Principais desafios da educação pública no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2019. Disponível em: <http://www.editora-nacional.br/educacao/desafios-educacao-publica.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

16.2.12 Parte de monografia em meio eletrônico

As partes de monografias constituem seções específicas de obras maiores que possuem autor e/ou título próprios, diferenciando-se do conjunto da obra. Essa categoria referencial abrange capítulos, seções, volumes, fragmentos e outras subdivisões de uma publicação que merecem identificação individualizada. O(a) pesquisador(a) frequentemente necessita referenciar apenas uma porção específica de uma obra, seja por se tratar de capítulo elaborado por autor(a) diferente daquele(a) responsável pela obra completa, seja por abordar tema específico que não se confunde com o escopo geral da publicação.

A estrutura referencial para partes de monografias exige a apresentação do autor e título da seção específica, seguidos da expressão “*In:*” ou “*Separata de:*”,

precedendo a referência completa da obra que contém a parte citada. Ao final da referência, deve-se informar a descrição física da parte consultada, indicando páginas, volume ou outras especificações que delimitem exatamente o trecho utilizado.

Exemplos:

- a) ESTRUTURA celular dos vertebrados. *In:* ATLAS de biologia molecular. [S. l.]: Científica Universal, 2019. CD-ROM 5.
- b) DEMOCRACIA. *In:* VOCABULÁRIO político contemporâneo. Brasília: Editora UnB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.unb.br/vocabulario/democracia.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- c) BRASIL. Ministério da Justiça. Direitos humanos e cidadania no século XXI. *In:* BRASIL. Ministério da Justiça. **Construindo a justiça social**. Brasília: Ministério da Justiça, 2021. v. 2. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/publicacoes/justica-social/direitos-humanos.htm>. Acesso em: 22 maio 2021.
- d) SANTOS, Maria Clara. O papel da mulher na literatura brasileira contemporânea. *In:* FERREIRA, João Carlos (org). **Estudos literários modernos**. São Paulo: Acadêmica, 2018. p. 145-167.D=-22 Acesso em: 23 dez. 2020.

16.2.13 Publicações periódicas

As publicações periódicas constituem uma das principais fontes de informação científica e acadêmica, caracterizando-se por sua continuidade temporal e organização sistemática em fascículos, volumes ou números. Essa categoria abrange revistas científicas, jornais, boletins informativos e outras publicações que circulam em intervalos regulares predeterminados.

16.2.14 Coleção de publicação periódica

A referênciação de coleções completas de periódicos destina-se principalmente a catálogos bibliográficos, listas especializadas e acervos institucionais. Os elementos essenciais incluem título e subtítulo da publicação, local de edição, editora responsável, datas de início e encerramento da circulação e número ISSN, quando disponível. Para publicações ainda em circulação, utiliza-se hífen após a data inicial.

Exemplos:

- a) CADERNOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL. Brasília: Editora UnB, 2005- .
- b) REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro: FGV, 1967- .

16.2.15 Coleção de publicação periódica em meio eletrônico

Para periódicos disponíveis em formato eletrônico, mantém-se a estrutura básica da referência, acrescida de informações sobre o suporte digital, número DOI, quando disponível, e dados de acesso online conforme orientações gerais para materiais eletrônicos.

Exemplos:

- a) REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. São Paulo: Associação Nacional de Educação Superior, 2010- . Disponível em: <http://www.educacaosuperior.org.br/revista>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- b) BOLETIM DE PESQUISA CIENTÍFICA. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015- . DOI 10.5007/2447-8385. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/pesquisa/index>. Acesso em: 8 dez. 2021.

16.2.16 Parte de coleção de publicação periódica

Quando se referencia apenas um período específico de uma coleção, deve-se indicar o intervalo temporal consultado entre as datas de circulação e o ISSN.

Exemplo:

- a) REVISTA DE ESTUDOS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Editora Social, 1985- . 1990-2000.

16.2.17 Fascículo, suplemento e outros

Esta subcategoria abrange volumes, fascículos, suplementos, números especiais e outras subdivisões de periódicos. Os elementos essenciais compreendem título da publicação, local de edição, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo e informações sobre períodos e datas de publicação.

Exemplos:

- a) ECONOMIA BRASILEIRA: revista mensal de análises. São Paulo:

- Econômica, n. 95, 15 mar. 2021.
- b) REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS HISTÓRICAS. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de História, t. 45, pt. 2, 2020.

16.2.18 Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica

Esta modalidade engloba artigos científicos, comunicações, editoriais, entrevistas, resenhas, reportagens e outras partes específicas de publicações periódicas. Os elementos essenciais incluem autor(a), título do artigo ou matéria, título do periódico, local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número e/ou edição, tomo (quando houver), páginas inicial e final, e data ou período de publicação.

Exemplos:

- a) SILVA, Marcos Antonio. Tendências contemporâneas do direito administrativo. **Revista Jurídica Brasileira**, São Paulo, ano 5, p. 15-28, jan./fev. 2021.
- b) FERREIRA, A. C.; SANTOS, L. M.; OLIVEIRA, P. R.; COSTA, J. L.; PEREIRA, R. S.; ALMEIDA, M. F. Análise comparativa de metodologias educacionais inovadoras: estudo multicêntrico. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 145-162, 2020. Supl. 2.
- c) RODRIGUES, Patricia. O futuro da tecnologia na educação. **Panorama Educacional**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 892, p. 22-28, 12 jun. 2021.
- d) BROWN, Michael; JOHNSON, Sarah K. Digital libraries and information management systems. **Library Science Quarterly, Boston**, v. 15, n. 2/3, p. 89-105, Spring/Summer 2020.
- e) CAMPOS, D. R. A revolução digital nas pequenas empresas. **Negócios Hoje**, São Paulo, ano 28, n. 15, ed. 756, p. 44-47, 8 set. 2021.
- f) BARBOSA, Carlos; MARTINEZ, Elena. Estratégias de marketing digital para o século XXI. Entrevistado: Roberto Silva. **Gestão Empresarial**, São Paulo, ano 10, v. 3, n. 45, p. 78-84, jul./ago. 2021.
- g) MENDES, Luciana. A batalha de Guararapes e seus desdobramentos históricos. **Revista do Instituto Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 98, t. 67, p. 234-267, 2020.
- h) RIBEIRO, V. L. Políticas públicas de habitação: o Programa Moradia

Digna. **Questões Sociais**: revista da Faculdade de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n. 18, p. 89-112, 2021.

16.2.19 Artigo, seção e/ou matéria de publicação periódica em meio eletrônico

A referenciamento de artigos e matérias de periódicos em formato eletrônico segue a estrutura básica estabelecida para publicações impressas, incorporando elementos específicos do suporte digital. O(a) pesquisador(a) deve atentar para a inclusão do número DOI quando disponível e informações sobre o meio eletrônico utilizado. Para materiais consultados *online*, torna-se obrigatório incluir o endereço eletrônico e a data de acesso conforme orientações gerais para documentos digitais.

Exemplos:

- a) MARTINS, Eduardo Silva; COSTA, Ana Paula. A revolução dos dados na era contemporânea. **Tecnologia Hoje**, Rio de Janeiro, n. 8, verão 2021. 1 CD-ROM.
- b) PEREIRA, L. R. Crimes cibernéticos no Brasil contemporâneo. **Direito Digital**, Rio de Janeiro, dez. 2021. Seção Análises Jurídicas. Disponível em: <http://www.direitodigital.com.br/analises/crimes-ciberneticos.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- c) SANTOS, C. M. Adoção internacional: perspectivas jurídicas atuais. **Revista Jurídica Online**, São Paulo, ano 8, n. 24, nov. 2021. Disponível em: <http://www.revistajuridica.com.br/artigos/adocao-internacional.html>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- d) SISTEMA operacional Linux: alternativa viável para empresas. **Informática Empresarial**, São Paulo, n. 156, out. 2021. Disponível em: <http://www.informaticaempresarial.com.br/sistemas/linux-empresas.htm>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- e) RODRIGUES, M. F. Custos hospitalares: modelo dinâmico de análise comparativa. **Revista de Administração Hospitalar**, [s. l.], v. 18, n. 7, p. 45-62, jul. 2021. Disponível em: <http://administracaohospitalar.com.br/custos-hospitalares/rodrigues.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- f) OLIVEIRA, Carlos Roberto. Reflexões contemporâneas. **Boletim Filosófico**, São Paulo, 15 Adar 5782 = 18 fev. 2022. Disponível em: <http://www.boletimfilosofico.com.br/reflexoes/reflexoes-contemporaneas.php>.

Acesso em: 25 mar. 2022.

- SILVA, João Marcos *et al.* Regulamentação do mercado financeiro: análise do cenário nacional e fatores determinantes. **Revista Economia & Mercado**, São Paulo, v. 30, n. 45, p. 78-95, jan./mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2358-12342022000100005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-12342022000100005. Acesso em: 12 abr. 2022.

16.2.20 Artigo e/ou matéria de jornal

A referenciamento de matérias jornalísticas abrange comunicações, editoriais, entrevistas, reportagens, resenhas e outros tipos de conteúdo veiculados em jornais. Os elementos essenciais compreendem autor(a), título e subtítulo da matéria, título do jornal, local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número quando houver, data de publicação, seção ou caderno e paginação correspondente. Quando não há indicação de seção ou caderno, a paginação precede a data de publicação.

Exemplos:

- a) CARVALHO, Marina Santos. Economia brasileira apresenta sinais de recuperação após crise sanitária. **Folha Econômica**, São Paulo, ano 85, n. 28.756, 12 nov. 2021. Caderno Economia, p. C4.
- b) INVESTIMENTOS em educação pública crescem 45% no último triênio. **Jornal Econômico**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 287, p. A8, 5 out. 2021.

16.2.21 Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Para matérias jornalísticas disponíveis em formato eletrônico, aplica-se a estrutura referencial dos jornais impressos, acrescida do número DOI quando disponível e informações sobre o suporte digital utilizado. Para consultas *online*, devem ser incluídos o endereço eletrônico e a data de acesso.

Exemplos:

- a) FERNANDES, Raul. Reflexões sobre a vida urbana contemporânea. **Diário Metropolitano**, Porto Alegre, ano 52, n. 18.892, p. 15, 20 set. 2021. Disponível em: <http://www.diariometropolitano.com.br/opiniao/reflexoes-vida-urbana>. Acesso em: 25 set. 2021.
- b) EDUCADORES passarão por avaliação para ingresso na carreira docente.

Gazeta Educacional, Campinas, v. 22, n. 6.543, 18 jun. 2021. Caderno Educação, p. 12. Disponível em: <http://www.gazetaeducacional.com.br/leitura/avaliacao-docentes.aspx>. Acesso em: 22 jun. 2021.

16.2.22 *Evento*

Os eventos científicos e acadêmicos geram documentação específica que requer tratamento referencial particular, incluindo atas, anais, *proceedings* e outros materiais resultantes de congressos, simpósios, seminários e encontros acadêmicos. O(a) pesquisador(a) deve distinguir entre a referenciamento do evento como um todo e trabalhos específicos apresentados no evento.

16.2.23 *Evento no todo em monografia*

Para eventos publicados em formato monográfico, os elementos essenciais incluem nome do evento, numeração (quando houver), ano e local de realização, título do documento resultante, seguidos dos dados editoriais tradicionais.

Exemplos:

- a) SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS, 5., 2021, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Editora Universitária, 2021.
- b) CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL, 12.; ENCONTRO DE PESQUISADORES EM DIREITO PÚBLICO, 8., 2021, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Editora UnB, 2021. 320 p. Tema: Democracia e Direitos Fundamentais no Século XXI. Inclui bibliografia.

16.2.24 *Evento no todo em publicação periódica*

Quando os trabalhos de eventos são publicados em periódicos, mantém-se a identificação do evento seguida dos dados da publicação periódica que os abriga.

Exemplos:

- a) ENCONTRO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, 7.; MOSTRA REGIONAL DE PRODUTOS VETERINÁRIOS, 4., 2021, [Goiânia]. [Trabalhos científicos e relatos de casos]. **Medicina Veterinária Brasileira**. Goiânia: UFG, dez. 2021. Suplemento 2.

- b) CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 25.; SEMINÁRIO SOBRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, 3., 2021, Piracicaba. Palestras, trabalhos científicos, resumos expandidos. **Agricultura Tropical**. **Piracicaba**: ESALQ, v. 45, n. 4, out. 2021. Suplemento. Tema: Inovação e sustentabilidade na agricultura brasileira.

16.2.25 Documentos com autoria desconhecida

Quando uma publicação não apresenta identificação de autoria, a referenciamento deve iniciar-se pelo título do trabalho, com a primeira palavra grafada em letras maiúsculas, incluindo artigos definidos, indefinidos e palavras monossilábicas iniciais, quando presentes. Essa situação é comum em reportagens jornalísticas, editoriais não assinados, matérias institucionais e outros textos onde não há indicação específica de autor(a).

Exemplos:

- a) INFLAÇÃO acumula alta de 8,5% no primeiro semestre do ano. **Folha Econômica**, São Paulo, ano 92, n. 15.678, 15 jul. 2021. Caderno Economia, p. B3.
- b) EDUCAÇÃO superior apresenta crescimento de matrículas em cursos tecnológicos. **Jornal da Educação**, Brasília, v. 18, n. 234, 22 nov. 2021. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.com.br/noticias/ensino-superior-tecnologico.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- c) A sustentabilidade ambiental nas empresas brasileiras. **Revista Meio Ambiente & Negócios**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 89, p. 34-41, set. 2021.
- d) DESCOBERTA de nova espécie de primata na Amazônia marca avanço científico. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 67, n. 401, p. 12-15, out. 2021. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/descobertas/nova-especie-primata-amazonia>. Acesso em: 18 out. 2021.

Referências

- ABRAHAMSOHN, Ises de Almeida. **A Ciência que nos rodeia:** Contos Sobre Ciência e Tecnologia para Jovens Curiosos. Curitiba: Artêra Editorial, 2021.
- ANTISERI, Dario. **Epistemologia e hermenêutica:** o método da ciência após Popper e Gadamer. São Paulo: Edições Loyola, 2024.
- AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 9. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentação — citações em documentos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287:** Informação e documentação — projeto de pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** Informação e documentação — artigo em publicação periódica técnica e/ou científica. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação — Referências. 3. ed. Rio de Janeiro, 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027:** Informação e documentação — Sumário. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012.
- ASSUMPÇÃO, Clarissa de *et al.* Compreensão do termo de consentimento em pesquisa clínica. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 184-194, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/6KV9gvxwcqvMfDcxXFVBRTN/>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BACCHI, André Demambre. **Afinal, o que é ciência?**: e o que não é. São Paulo: Contexto,
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BISPO JÚNIOR, João Patrício. Viés de desejabilidade social na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, p. 101, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Pd97TJ8dw6kHpwzh3B4DnQC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. [s. p.], 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRANCO, Anne Karynne Almeida Castelo. **Difusão científica**: da universidade à escola. São Paulo: Pacco Editorial, 2015.

BYNUM, William. **Uma breve história da ciência**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

CARDOSO, Victor de Souza; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Considerações sobre a ciência e a tecnologia. **Geopauta**, v. 6, p. e10345, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geop/a/SdJ5V9bTnVm9IgZxF8PZJMr/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CASTRO, Carolina Fernandes de *et al.* Termo de consentimento livre e esclarecido na assistência à saúde. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 522-530, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/nSNCDJq7zx8FynjmV7m9fqh/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil**: uma análise de sua evolução recente. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/8f3af6d0-6715-41d6-9136-a528eac5b483>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CÉSAR, Eloi Teixeira *et al.* (org.). **Ciência em dia**: jornadas de divulgação científica: ciência para a redução das desigualdades. São Paulo: LF Editorial, 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSAC, Danielle Cristina dos Santos. Termo de assentimento: pesquisas com crianças e adolescentes. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 33, p. e3820PT, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/s7B3wDXL9HKHcrTcHhXJqZM/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

CRESWELL, John W. **Educational research**: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research. 4. ed. Boston: Pearson, 2012.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. **O que é ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; LIMA, Verônica Maria Cadena; CARVALHO, Fernando Martins. O uso crítico da inferência estatística na epidemiologia ocupacional: ensaio. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s. l.], v. 50, p. e1, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbs0/a/ftdWkMwWgvdFPnvwnDjFKZh/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FIALHO, Flavia Andrade Nunes; DIAS, Ieda Maria Ávila Vargas; REGO, Marisa Palacios de Almeida. Termo de assentimento: participação de crianças em pesquisas. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 423-433, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/597qqLKTFCrxG86r4gsYtjr/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. A ciência e a sociedade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, [s. l.], v. 14, n. 3, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/SMGRsrVBk5scPFSCpCfLvtD/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FURLAN, Reinaldo. Reflexões sobre o método nas ciências humanas: quantitativo ou qualitativo, teorias e ideologias. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 83-92, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/fQTHKGYS66YJCrwrhb8jccF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 109-122, ago. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CMZhfgQZbFHBdTjg9ffWpkd/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. Petrópolis: Vozes, 2025. E-book.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. **Estudos de caso**: manual para a pesquisa empírica qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2024.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica:** teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HENIG, Robin Marantz. **O monge no jardim.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

HOMEM é capaz de correr a mais de 60 km/h, diz estudo. **BBC News Brasil**, [s. l.], 26 jan. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/01/100126_homemcorridam. Acesso em: 5 ago. 2025.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOSSENFELDER, Sabine; SCHULZ, Peter. **A ciência tem todas as respostas?** São Paulo: Contexto, 2023.

KAHN, Jonathan. **Race in a bottle:** the story of BiDil and racialized medicine in a post-genomic age. New York: Columbia University Press, 2013.

IPCC. Summary for policymakers. In: IPCC. **Climate change 2023:** synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023. p. 1-34. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT:** comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Juruá, 2019.

JAFFE, Noemi. **Escrita em movimento:** sete princípios do fazer literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

JAQUELINE Goes de Jesus, cientista que mapeou o genoma do coronavírus, é homenageada pelo CNS. **gov.br**, [s. l.], 17 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/dezembro/jaquelle-goes-de-jesus-cientista-que-mapeou-o-genoma-do-coronavirus-e-homenageada-pelo-cns>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica.** 10. ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2014. (Métodos em Direito).

LIMA, Cristina Maria Garcia de *et al.* Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 21-30, jan. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/R44XpJ9nSdv4R6jGCdXR7qy/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LIMA, Nathan Willig; HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque. Diferentes níveis de hipóteses científicas: uma proposta para discutir fatores epistêmicos e sociais das Ciências na formação de professores de Física a partir de fontes históricas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, [s. l.], v. 45, p. e20220330, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/zZsb8nCDnkTGDzNyvTQ7r3f/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LÍVIO, Mario. **Por quê? O que nos torna curiosos?** Rio de Janeiro: Record, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: GEN Atlas, 202.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025. E-book.

MENDONÇA, Ana Waley (org.). **Metodologia para estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/5a6aeab8-82d0-44c4-964b-7d7ba28a41d8/content>. Acesso em: 30 out. 2024.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual do pesquisador**. Plataforma Brasil, versão 3.8. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [20—]. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf;jsessionid=NBWr2FbHOOTEVeQw4C4lhNro>. Acesso em: 6 mai. 2025.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, [s. l], v. 10, n. 4, p. 275-278, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jvb/a/Dxg84WBMPnNrVcpKMXyVfHd/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MIRANDA, Juliana de Oliveira Freitas *et al.* Construção e aplicação de um termo de assentimento: relato de experiência. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l], v. 26, n. 3, p. e2460016, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/TqvW6GpKXnJqSy39MYWdSFN/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; MISSIATO, Héverton Magno. A colonialidade do saber em pós-graduações stricto sensu: a emergência da decolonização das epistemologias do conhecimento. **REALIS**, [s. l], v. 12, n. 1, p. 95-115, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1227/d23c0bb12c54ce6b2047e560f815ab6a29aa.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MITRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. **Estudos Avançados**, [s. l], v. 30, n. 87, p. 279–298, maio 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3xdXXRk5TnXgVtQv9snfjsH/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MOCHEL FILHO, William de Jesus Ericeira (org.). Legado científico brasileiro. São Luís: Pascal, 2022. Vol. 9. Disponível em: <https://editorapascal.com.br/wp-content/uploads/2024/01/135.-LEGADO-CIENTIFICO-BRASILEIRO-VOL.-09.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MONTEIRO, Marcia Cristina *et al.* **Metodologia quantitativa**: técnicas e exemplos de pesquisa. Curitiba: Appris, 2024.

NOVAES, Marcos Bidart Carneiro; SOUZA, Andréa Claudia de; DRUMMOND, Joceli Regina. Pesquisa participante a serviço da emancipação e da ruptura de silêncios: uma experiência no Brasil. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 39-51, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932019000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2025.

OLIVEIRA, Alberto. **Teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. *E-book*.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. *In*: OLIVEIRA, Luciano. **Sua excelência o comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4213608/mod_resource/content/1/OLIVEIRA%20Hamurabi.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARANHOS, Ranulfo *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, [s. l.], v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/WtDMmCV3jQB8mT6tmpnzkKc/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PEREIRA, Laís de Toledo Krücken; GODOY, Dalva Maria Alves; TERÇARIOL, Denise. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 422-429, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/Rjm8bQcZJjSn4MXZCpNzyLj/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2025.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

Por que o guepardo é o animal terrestre mais rápido do mundo? **National Geographic Brasil**, [s. l.], 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/animais/2022/12/por-que-o-guepardo-e-o-animal-terrestre-mais-rapido-do-mundo>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PRAIA, João; CACHAPUZ, António; GIL-PÉREZ, Daniel. A hipótese e a experiência científica em educação em ciência: contribuições para uma reorientação epistemológica. **Ciência & Educação**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 253-262, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/NBjWWJKPbdVW4qQJNBc5LVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PYRRHO, Monique; BARCELLOS, Débora Costato Brescianini; CAMBRAIA, Leonardo. Flexibilização dos padrões éticos em pesquisa no Brasil: uma análise da Lei 14.874/2024. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], nov. 2024. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/flexibilizacao-dos-padroes-eticos-em-pesquisa-no-brasil-uma-analise-da-lei-148742024/19426?id=19426>. Acesso em: 8 ago. 2025.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da pesquisa em Direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

REGO, Arménio; CUNHA, Miguel Pina e; MEYER JR., Victor. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 43-57, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rgplp/article/view/78224>. Acesso em: 6 ago. 2025.

ROMAN, Maria Luiza. **Ciência com Norma**: guia completo para elaborar artigos científicos segundo a ABNT. [s. n.], 2025. *E-book*.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 32, p. e008, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rfSfWXpWqJWgrbRktcpXq9v/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SCIELO. **Guia de citação de dados de pesquisa**. Scielo, 2020. Disponível em: https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Anair Araújo de Freitas; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ATAÍDES, Fernanda Barros. Pesquisa-ação: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno manual de metodologia da pesquisa jurídica: ou roteiro de pesquisa para estudantes de direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2021.

SOUSA, Eduardo Gomes R. de (org). **Manual para elaboração de projetos de intervenção como trabalho de conclusão de curso**: *lato sensu*. Educação Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos. Disponível em: <https://www.far.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/06/MANUAL-PARA-ELABORACAO-DE-TRABALHOS-DE-CONCLUSAO-DE-CURSO-%E2%80%93-PROJETO-DE-INTERVENCAO-1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SOUZA, Miriam Karine *et al.* Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. ABCD. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abcd/a/PZYGqFG7mwwDH9sBzZjZ4Vw/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugenico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 89, p. 93-115, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

TASSIGNY, Mônica Mota *et al.* A aplicabilidade do método do estudo de caso em pesquisas jurídicas. **Revista Acadêmica**, Recife, v. 88, n. 1, p. 39-57, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347903900_A_APPLICABILIDADE_DO_METODO_DO_ESTUDO_DE_CASO_EM_PESQUISAS_JURIDICAS. Acesso em: 6 ago. 2025.

TEIXEIRA, Monica. **O projeto genoma humano**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

TOLEDO, Cláudia; PESSOA, Daniel. O uso de inteligência artificial na tomada de decisão judicial. **Revista de Investigações Constitucionais**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e237, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/qRC4TmVXVDJ8Wkv7Ns49jxH>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TONETTO, Leandro Miletto; BRUST-RENCK, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumidor. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 180-195, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/b4YYN9wycwMHNhdMn9dVXsv/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 443-466, set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). Coordenadoria Geral de Bibliotecas. RededeBibliotecas. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos: apresentação**: ABNT. São Paulo, 2023. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1ipkGiAUAr_YBTrpFJpnud3aa4llBsROpBdkUfw91L0/edit?tab=t.0. Acesso em: 04 ago. 2025.

2024.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. Editorial – Inteligência artificial e coautoria de trabalhos científicos: discussões sobre utilização de ChatGPT em pesquisa e redação científicas. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1047-1057, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbdpp/a/N6v3JDGgcZsxkFsHZVtgc4P/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

VENÂNCIO, Joaquim (org.). **Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. 224 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dydn3/pdf/escola-9788575412671-10.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025. *E-book*.

WITIUK, Ilda Lopes *et al.* **Ética em pesquisa envolvendo seres humanos**. Curitiba: PUCPRess, 2018. *E-book*.



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania